

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Damaris Heidi Cristobal Suvderlan

**OS SENTIDOS DE “DESENVOLVIMENTO” E “PROGRESSO” EM
NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS DO BRASIL E DO
PERU**

Santa Maria, RS
2016

Damaris Heidi Cristobal Suvderlan

**OS SENTIDOS DE “DESENVOLVIMENTO” E “PROGRESSO” EM NOTÍCIAS
INSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS DO BRASIL E DO PERU**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Eliana Rosa Sturza

Santa Maria, RS
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Cristobal Suvderlan, Damaris Heidi
OS SENTIDOS DE "DESENVOLVIMENTO" E "PROGRESSO" EM
NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS DO BRASIL E DO PERU
/ Damaris Heidi Cristobal Suvderlan.- 2016.
165 p.; 30 cm

Orientadora: Eliana Rosa Sturza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2016

1. Enunciação 2. Progresso 3. Desenvolvimento 4.
Semântica do Acontecimento 5. Designação I. Sturza, Eliana
Rosa II. Título.

Damaris Heidi Cristobal Suvderlan

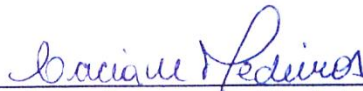
OS SENTIDOS DE “DESENVOLVIMENTO” E “PROGRESSO” EM NOTÍCIAS
INSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS DO BRASIL E DO PERU

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Aprovado em 1º de agosto de 2016:



Eliana Rosa Sturza, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientador)



Caciane Souza de Medeiros, Dra. (UFSM)



Mariângela Peccioli Galli Joaquinho, Dra (UEL)

Santa Maria, RS
2016

À memória de Victoria, minha mãe, quem me deu a força para continuar...

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, pelo impulso, apesar da dor.

A Jair, pelo amor, a espera, o apoio incondicional, os debates teóricos e a força nos momentos mais difíceis.

À minha orientadora, professora Eliana Sturza, pela empatia, pelos ensinamentos neste percurso do trabalho.

À minha família, meu pai Rafael, por despertar em mim o interesse pela leitura e o pensamento crítico.

A Tatiana e Romina, por seu respaldo cada dia neste duro processo.

Aos meus amigos no Brasil, Maria Cristina, José e Felipe, que receberam a esta estrangeira como família.

Àquelas pessoas que, mesmo longe, estiveram perto, Carmen e Vanessa.

A OEA-GCUB e ao PPGL, por me permitirem ser parte da UFSM.

E a todos os que acreditaram em mim.

*La palabra pregunta y se contesta
tiene alas o se mete en los túneles
se desprende de la boca que habla
y se desliza en la oreja hasta el tímpano*

*la palabra es tan libre que da pánico
divulga los secretos sin aviso
e inventa la oración de los ateos
es el poder y no es el poder del alma
y el hueso de los himnos que hacen patria*

*la palabra es un callejón de suertes
y el registro de ausencias no queridas
puede sobrevivir al horizonte
y al que la armó cuando era pensamiento
puede ser como un perro o como un niño
y embadurnar de rojo la memoria
puede salir de caza en silencio
y regresar con el moral vacío*

[...]

(Mario Benedetti)

RESUMO

OS SENTIDOS DE “DESENVOLVIMENTO” E “PROGRESSO” EM NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DOS GOVERNOS DO BRASIL E DO PERU

AUTORA: Damaris Heidi Cristobal Suvderlan
ORIENTADORA: Eliana Rosa Sturza

Este trabalho tem como objetivo principal investigar, através de uma análise enunciativa, o que designam as palavras *Progreso* e *Desenvolvimento* nas notícias institucionais nas páginas web dos órgãos de desenvolvimento social dos governos do Peru e do Brasil. Para isso, nos enquadrámos na linha da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005) que nos fornece os pressupostos teóricos e metodológicos para atingir nosso objetivo. O corpus está formado por seis notícias (três do Peru e três do Brasil) que contêm como temática principal o progresso e o desenvolvimento, juntos, com a finalidade de analisar seu funcionamento no texto, cada um como um acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2005). Procuramos observar como se reescrevem e se reescreveram essas palavras e que sentidos mobilizam dentro do texto. Em síntese, buscamos analisar se tais palavras mobilizam os mesmos sentidos no texto. Para isso, fizemos recortes das notícias onde se encontravam as palavras mencionadas, analisando suas proximidades e, posteriormente, como se integram no texto. Finalmente, construímos um quadro que relaciona aqueles sentidos mobilizados, resultado desse viés semântico-enunciativo. A análise deste estudo mostrou que, no caso do Brasil, no texto 1, as duas palavras estão relacionadas por reescrituração e mobilizam sentidos similares, como “avanço”, “políticas do governo” e “órgãos internacionais”. Existe, portanto, certa complementariedade entre elas. No texto 2, pôde-se identificar que, além da relação de reescrituração, existem algumas diferenças entre elas, pois o *desenvolvimento* designa o processo pelo qual os governos cumprem as metas que estabelecem os órgãos internacionais, e os resultados desse processo são designados como *progressos*. E, no texto 3, as duas palavras designam o processo, e não o resultado específico. Isto é, reescrevem-se, mas em sentidos distintos. No caso do Peru, no texto 1, identificamos um processo de reescrituração da palavra *desenvolvimento* a respeito de *progresso*, mas com algumas diferenças nos sentidos, pois com *desenvolvimento* se designa o processo pelo qual as pessoas expandem suas capacidades para gerar seu próprio bem-estar, que é designado como *progresso*. No texto 2, a reescrituração é muito mais evidente, pois com uma palavra designa a outra e esta, por sua vez, designa a primeira. Finalmente, no terceiro texto, a relação é também de reescrituração, mas o *desenvolvimento* designa um âmbito mais amplo ou, como se afirma no texto, uma “perspectiva integradora”. Em síntese, embora fosse muito forçado estabelecer vínculos diretos entre as notícias dos dois países, sendo que correspondem a acontecimentos diferentes em temporalidades diferentes, é possível confirmar algumas coincidências. Constatamos que, em seus distintos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2005), essas palavras designam sentidos similares nas notícias do Peru e do Brasil.

Palavras-chave: Enunciação. Progresso. Desenvolvimento. Semântica do Acontecimento. Designação.

RESUMEN

LOS SENTIDOS DE “DESARROLLO” Y “PROGRESO” EN NOTICIAS INSTITUCIONALES DE LOS GOBIERNOS DE BRASIL Y PERÚ

AUTORA: Damaris Heidi Cristobal Suvderlan
ORIENTADORA: Eliana Rosa Sturza

Este trabajo tiene por objetivo principal investigar por medio de un análisis enunciativo lo que designan las palabras Progreso y Desarrollo en las noticias institucionales en las páginas web de los órganos de desarrollo social de los gobiernos de Perú y Brasil. Para esto, nos enmarcamos en la línea de la Semántica del Acontecimiento (Guimarães, 2005) que nos da los presupuestos teóricos y metodológicos para alcanzar nuestro objetivo. El corpus está formado por seis noticias (tres de Perú y tres de Brasil) que contenían como temática principal las palabras progreso y desarrollo juntas con el fin de analizar su funcionamiento en el texto, cada uno como un acontecimiento enunciativo (Guimarães, 2005). Buscamos ver cómo se reescribe y reescritura las palabras y cuáles son los sentidos que moviliza dentro del texto. En síntesis, buscamos analizar si estas palabras movilizan los mismos sentidos en el texto. Para esto, hicimos recortes de las noticias donde se encontraban las palabras mencionadas, analizándolas con sus proximidades y posteriormente como se integran en el texto. Finalmente, realizamos un cuadro que relaciona aquellos sentidos movilizados resultado de esta mirada semántica-enunciativa. El análisis de este estudio dio como resultado que, en el caso de Brasil, el texto 1 que mostraba las dos palabras estaban relacionadas por reescrituración y movilizan sentidos similares como “avance”, “políticas de gobierno” y “órganos internacionales”. Existe, por tanto, cierta complementariedad entre ellas. En el texto 2, se puede identificar que, además de la relación de reescrituración, existen algunas diferencias entre ellas. Pues, *desarrollo* designa el proceso por el cual los gobiernos cumplen las metas que establecen los órganos internacionales y los resultados de este proceso son designados como *progresos*. Finalmente, en el texto 3, las dos palabras designan ahora el proceso, ya no el resultado específico. Es decir, se reescriben, pero en sentidos distintos. En el caso del Perú, en el texto 1, identificamos un proceso de reescrituración de la palabra *desarrollo* respecto de *progreso*, pero con algunas diferencias en los sentidos, pues con *desarrollo* se designa al proceso por el cual las personas expanden sus capacidades para generar su propio bienestar, que es designado como *progreso*. En el texto 2, la reescrituración es mucho más evidente, pues con una palabra se designa a la otra y con esta se designa a la primera. En el tercer texto, finalmente, la relación es también de reescrituración, pero *desarrollo* designa a un ámbito más amplio o, como se afirma en el texto, una “perspectiva integradora”. En síntesis, si bien sería muy forzado establecer vínculos directos entre las noticias de los dos países, debido a que corresponden a acontecimientos diferentes en temporalidades diferentes, es posible confirmar algunas coincidencias entre estas. Obtuvimos que en sus distintos espacios de enunciación (Guimarães, 2005), estas palabras designan sentidos similares en las noticias de Perú y Brasil.

Palabras clave: Enunciación. Progreso. Desarrollo. Semántica del acontecimiento. Designación.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Percurso histórico-crítico do progresso	97
Quadro 2 – Percurso histórico-crítico do desenvolvimento	99
Quadro 3 – Descrição do corpus da pesquisa.....	101
Quadro 4 – <i>Progresso e desenvolvimento</i> nas notícias do Brasil	139
Quadro 5 – <i>Progresso e desenvolvimento</i> nas notícias do Peru	141

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: UMA DESCONSTRUÇÃO HISTÓRICA	17
2.1 NOÇÕES DE PROGRESSO	17
2.1.1 Um olhar filosófico: lei, cooperação e confronto	20
2.1.2 Um olhar sociológico: lei, evolução e liberdade.....	25
2.1.3 Um olhar desde a teoria econômica: educação, indústria e desigualdade	28
2.1.4 Um olhar na História das ideias: ação, reação e modernidade.....	35
2.2 NOÇÕES DE DESENVOLVIMENTO	40
2.2.1 Surgimento do desenvolvimento como deslocamento da noção de progresso.....	41
2.2.2 O desenvolvimento nas teorias de modernização e dependência	44
2.2.3 O desenvolvimento como conceito sujeito a medições	51
3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO COMO “PROJETOS DE PAÍS”	57
3.1 O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO NAS CONSTITUIÇÕES DE BRASIL E PERU.....	57
3.2 OS ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS: SENTIDOS EM MOVIMENTO	64
3.3 AS NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS NA INTERNET COMO EXPRESSÃO DOS ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS.....	68
4 ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS	74
4.1 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: O HOMEM NA LÍNGUA	75
4.2 A ENUNCIÇÃO EM DUCROT: POLIFONIA E RELAÇÃO SOCIAL.....	80
4.3 A ENUNCIÇÃO EM GUIMARÃES: UM OLHAR DESDE A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO.....	86
4.3.1 Acontecimento, Sujeito e Temporalidade	87
4.3.2 O sentido e a historicidade.....	90
4.3.3 O político e o espaço de enunciação.....	93
5 DISPOSITIVOS DE ANÁLISE: O SENTIDO NO TEXTO	96
5.1 A DESIGNAÇÃO	102
5.2 PROCEDIMENTOS DE ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO.....	104
6 “PROGRESSO” E “DESENVOLVIMENTO” NAS NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DE PERU E BRASIL	107
6.1 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO EM NOTÍCIAS DO BRASIL.....	108
6.1.1 O que designa “Progresso” e “desenvolvimento”	108
6.1.1.1 Análise Texto 1 (05/03/2015)	108
6.1.1.2 Análise Texto 2 (11/02/2016)	114
6.1.1.3 Análise Texto 3 (30/10/2015)	120
6.2 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO EM NOTÍCIAS DO PERU.....	125
6.2.1 O que designa “Progresso” e “desenvolvimento”	125
6.2.1.1 Análise Texto 1 (11/12/2014)	125
6.2.1.2 Análise Texto 2 (07/10/2015)	130
6.2.1.3 Análise Texto 3 (26/11/2014)	134
6.3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: OBJETIVO LATINO-AMERICANO...	139
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	150
ANEXO A – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – TEXTO 1 BRASIL	155

ANEXO B – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – TEXTO 2 BRASIL.....	157
ANEXO C – MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – TEXTO 3 BRASIL.....	159
ANEXO D – MINISTERIO DE DESARROLLO E INCLUSIÓN SOCIAL – TEXTO 1 PERÚ	161
ANEXO E – MINISTERIO DE DESARROLLO E INCLUSIÓN SOCIAL – TEXTO 2 PERÚ	163
ANEXO F – MINISTERIO DE DESARROLLO E INCLUSIÓN SOCIAL – TEXTO 3 PERÚ	165

1 INTRODUÇÃO

Compreender o sentido de uma palavra, segundo Guimarães (2005), implica considerar como ela está funcionando em um enunciado que, por sua vez, é parte de um texto. Uma revisão do Dicionário Aurélio (1999, p.1645) menciona, por exemplo, que a palavra *progreso* faz referência a uma “marcha para diante” ou a um “conjunto de mudanças ocorridas no curso do tempo”. A palavra *desenvolvimento*, por sua parte, denota “adiantamento, crescimento, progresso”. Não obstante, compreender, realmente, os sentidos inscritos nelas não será possível, de acordo com Guimarães (2005), se não se leva em conta um estudo de suas enunciações, isto é, das relações existentes entre o sujeito que enuncia, a língua e a história.

As palavras *progreso* e *desenvolvimento*, como todos os nomes, não só significam. Ao contrário, essas palavras designam, quer dizer, como afirma Guimarães (2005), remetem, na linguagem, ao real e ao histórico. Entender o que designa cada uma dessas palavras exigirá, então, conhecer as noções com as quais elas se associam através da história e como estas se retomam nas enunciações, isto é, onde, segundo Benveniste (1989), a língua se coloca em funcionamento. Para isso, portanto, deve-se analisar o sentido das palavras, de acordo com Guimarães (2005), em suas relações com outras dentro de um texto.

Precisamente, a presente pesquisa buscou aproximar-se a essa tarefa. Através de uma análise enunciativa enquadrada na Semântica do Acontecimento proposta por Guimarães (2005), buscamos compreender como se mobilizam os sentidos das palavras *progreso* e *desenvolvimento* em notícias institucionais, produzidas pelos órgãos que os governos peruano e brasileiro criaram para alcançar os objetivos relacionados com essas noções. Especificamente, nos referimos ao Ministério de Desarrollo e Inclusión Social (Midis) do Peru e ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) do Brasil.

A pesquisa se centrou nos países do Peru e do Brasil em razão de, na agenda política desses países, as noções de *Progreso* e *Desenvolvimento* serem fundamentais, o que se pode comprovar em suas atuais constituições políticas. No preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil, se menciona que o Estado democrático está destinado a assegurar, entre outros princípios, o desenvolvimento como valor supremo da sociedade. Além disso, o art. 4º afirma que

o país rege-se pelo princípio de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. No caso da Constituição Política do Peru, o seu art. 2º refere que toda pessoa tem direito: à vida, à sua identidade, à sua integridade moral, psíquica e física e a seu livre desenvolvimento e bem-estar. E o art. 23º menciona que o Estado promove as condições para o progresso social e econômico dos indivíduos.

É tal a importância dos sentidos que adquirem as palavras *Progreso* e *Desenvolvimento* para os dois Estados que estes estabelecem diferentes ações desde seus órgãos institucionais, como os diferentes Ministérios. Nesse sentido, essas entidades utilizam seus sites web para produzir notícias que se referem aos resultados conseguidos. Portanto, através da análise dessas notícias, é possível pesquisar os sentidos que adquiriram as palavras *Progreso* e *Desenvolvimento* para os governos dos países mencionados.

Além das razões teóricas, não se pode omitir as motivações individuais que conduziram a realização desta pesquisa. Como jornalista no Peru, tive a possibilidade de entrar em contato com notícias econômicas, reportagens, histórias de sucesso e outros textos jornalísticos que tratavam, constantemente, do *progresso* ou *desenvolvimento* que o Peru ou os peruanos experimentavam. O interessante é que essas palavras sempre apareciam articuladas, seja em relações de sinonímia, hponímia, hiperonímia ou somente mobilizadas no interior dos textos como equivalentes.

Desse modo, tal fato despertou o interesse de pesquisar os sentidos que se aludiam a essas palavras. De qualquer maneira, indistintamente do tema da notícia, os sentidos de *progresso* e de *desenvolvimento* sempre expressavam valorações positivas. “Bem-estar”, “crescimento”, “sucesso”, “auge”, entre outras palavras, só reiteravam esta visão de otimismo que girava em torno do *progresso* e do *desenvolvimento*. E, ao acessar as notícias do Brasil, se pôde comprovar que o panorama das informações desse país não era distinto: o *progresso* e o *desenvolvimento* eram vistos sempre juntos, sempre positivos e sempre necessários.

Partindo dessas observações frequentes, surgiu a curiosidade de explicar o que se entendia, realmente e em profundidade, com essas palavras nos textos jornalísticos, tanto peruanos como brasileiros. Também, por que essas palavras eram sempre compreendidas de forma similar nos dois países, apesar de estes se situarem em cenários diferentes. E, finalmente, o que fazia do *progresso* e o

desenvolvimento princípios sempre positivos e nunca submetidos à discussão. Observou-se que essas palavras continham, além de seus significados, um passado, um imperativo, um poder implícito ou, como diria Bourdieu (1989), um poder simbólico naturalizado nelas. É por isso que se entendeu como necessário delinear uma abordagem desde os estudos discursivos, especificamente os enunciativos, para, assim, atingir uma maior compreensão. Dessa maneira, iniciou-se a finalidade desta indagação.

Nesse sentido, esta pesquisa se propôs a compreender, através de uma análise enunciativa, enquadrada na Semântica do Acontecimento, o que designam as palavras *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias institucionais dos ministérios executores do desenvolvimento social no Peru e no Brasil. Com esse fim, realizou-se, no primeiro capítulo, um percurso histórico que tem como finalidade desconstruir a noção de *progresso* através do tempo. Para isso, tomou-se como ponto de partida a definição de Bury (1971), que associa a palavra *progresso* com uma crença na qual a civilização se move constantemente, se movimenta e seguirá movimentando-se na direção desejável. Depois, analisa-se essa noção desde quatro disciplinas distintas: a filosofia, através de Condorcet, Kant e Marx; a sociologia, desde Comte e Spencer; a teoria econômica, a partir de Turgot, Smith e Hayek, e a história das ideias, com o aporte de Le Goff e Starobinski.

Nas páginas seguintes, apresenta-se a noção de *desenvolvimento*. Assume-se, para isso, a proposta de Le Goff (2003), que propõe que essa palavra surge como queda e posterior fragmentação da noção de *progresso*. A perspectiva esboçada se centra, em princípio, em uma desconstrução da noção do desenvolvimento na Carta das Nações Unidas (1945), pois se entende que, a partir disso, começam a se associar as duas palavras. Depois dessa análise, segue-se com a abordagem das distintas teorias que debateram a noção de *desenvolvimento*. Como enfoques principais, analisa-se essa palavra a partir da teoria da modernização, a teoria da dependência e o enfoque do desenvolvimento humano, proposto por Sen (2009).

No capítulo seguinte, abordamos os sentidos de *progresso* e *desenvolvimento* como parte de “projetos de país”, promovidos pelos Estados de Peru e Brasil. Explica-se, com base nas constituições de ambos os países, a relevância que as duas noções representam em suas políticas públicas. Desenvolve-se, também, a partir das leis que os criaram, a associação entre os ministérios analisados e os

referidos conceitos. Além disso, definem-se os conceitos de notícia e notícia institucional, explicando-se o que as caracteriza quando são emitidas através de uma plataforma digital. Finalmente, considera-se o sentido da notícia institucional como reprodutor das noções de *progresso* e *desenvolvimento* assumidas pelos dois países.

No terceiro capítulo, desenvolvem-se os conceitos de enunciação e acontecimento, a partir das propostas teóricas de Benveniste (1989), Ducrot (2001) e Guimarães (2005). Estabelece-se, além disso, uma distinção entre a perspectiva de Benveniste (1989), que destaca a inserção do sujeito na língua por meio da enunciação, e a de Ducrot (2001), que propõe a existência de vários locutores definidos pela própria enunciação. Finalmente, desenvolve-se, com amplitude, a proposta da Semântica do Acontecimento de Guimarães (2005), que sintetiza a teoria de seus predecessores e traz para sua teoria os conceitos de temporalidade e historicidade como parte da enunciação, entendida como acontecimento. Assim, explicam-se conceitos fundamentais da teoria de Guimarães, como sujeito, temporalidade, sentido, historicidade, o político, espaço de enunciação, locutor e cena enunciativa.

No quarto capítulo, apresentam-se conceitos implícitos nos procedimentos de análise desta dissertação. Previamente, aprofunda-se na relação de designação, definida por Guimarães (2005). Esclarecem-se as diferenças entre esse conceito e outros similares, como referência e nomeação. Finalmente, explicam-se os procedimentos de articulação e reescrituração enquanto mecanismos semânticos que permitirão analisar os sentidos das palavras do estudo nas suas relações com as demais palavras enunciadas. Além disso, descreve-se o corpus desta pesquisa, procedendo-se à seleção das notícias institucionais, três do ministério do Brasil e três do ministério do Peru, na quais está incluído o uso das palavras *progresso* e *desenvolvimento* em seus enunciados.

Por fim, depois de explicar os critérios de seleção e a maneira como se realizou a análise enunciativa dos textos descritos, o quinto capítulo se centra na análise propriamente dita. Desse modo, buscou-se, no corpus, compreender o que designam essas palavras e como estas mobilizam seus sentidos em cada notícia, entendida, enquanto texto, como um acontecimento (Guimarães, 2005). Para isso, opera-se a análise considerando os procedimentos de articulação e de reescritura. Esses procedimentos permitiram explicar como são reescritos os sentidos dessas

palavras e como, através de relações de proximidade, se compreende o seu funcionamento no interior do texto.

Dessa maneira, com a presente pesquisa, analisou-se o que designam as palavras *progresso* e *desenvolvimento* e como estas mobilizam sentidos nas sequências enunciativas recortadas dos textos de nosso corpus. A Semântica do Acontecimento de Guimarães (2005) nos permitiu analisar seu funcionamento, entendendo-as como um acontecimento linguístico, com temporalidade própria, associada a uma historicidade motivada pelo político, isto é, por um espaço de divisões. Apesar das limitações que possam ter acontecido ao longo deste trabalho, esperamos, com muita expectativa, ter cumprido com os fins desta breve indagação.

2 **PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: UMA DESCONSTRUÇÃO HISTÓRICA**

2.1 NOÇÕES DE *PROGRESSO*

Compreender como se mobilizam os sentidos da palavra *progresso*, em recortes específicos, seria muito difícil sem uma prévia discussão acerca da noção representada nessa palavra. Portanto, apesar de um procedimento válido de análise ser a observação dos sentidos que a palavra *progresso* coloca em funcionamento em textos de distintos momentos históricos, realizaremos um percurso histórico-crítico através de quatro disciplinas que desenvolveram a noção de *progresso* em distintas épocas.

Em outras palavras, realizar-se-á uma desconstrução da noção de *progresso* desde a abordagem da filosofia, sociologia, teoria econômica para, finalmente, refletir sobre ela a partir da história das ideias. Isso permitirá compreender, através dos recortes do corpus, como os sentidos dessa palavra constituem uma memória histórica de suas enunciações, que é posta em funcionamento como um acontecimento enunciativo (GUIMARÃES, 2005).

Para compreender isso, é necessário esclarecer que não entenderemos o *progresso* como uma realidade que é nomeada, isto é, que recebe um nome. Para encontrar os sentidos do *progresso*, buscamos não o que é chamado com essa palavra, mas o que designa essa palavra em sua enunciação. Para isso, tomamos o conceito de designação definido por Guimarães (2005). De acordo com esse linguista, designar não é significar algo que existe simbolicamente, mas que remete ao real, ao histórico.

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (não vou aqui discutir este processo). A *designação* é o que se poderia chamar de significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2005, p.9)

Com base nesse conceito proposto por Guimarães (que explicaremos com maior detalhe nos próximos capítulos), tentaremos observar como, nos textos analisados, são mobilizados os sentidos de *progresso* enquanto acontecimento linguístico. Para isso, primeiro, retomaremos as noções de *progresso* extraídas de

duas recopilações clássicas dedicadas ao estudo desde uma revisão histórico-crítica. Referimo-nos, particularmente, a *História da ideia do progresso*, do sociólogo Robert Nisbet, e a *A ideia do progresso*, de Jhon Bury.

Na sua análise histórico-crítica do progresso, Bury (1971) afirma que o *progresso* pressupõe a crença de que a humanidade se moveu, se move e seguirá movendo-se para um destino desejável. Tal afirmação, de acordo com o autor, pode ser verdadeiramente falsa, mas não se poderia demonstrar. Portanto, constitui um olhar ascendente da história, baseada num ato de fé.

La idea del Progreso humano es, pues, una teoría que contiene una síntesis del pasado y una previsión del futuro. Se basa en una interpretación de la historia que considera al hombre caminando lentamente en una dirección definida y deseable e infiere que este progreso continuará indefinidamente. Ello implica que, al ser el fin del problema máximo de la Tierra, se llegará a alcanzar algún día una condición de felicidad general, que justificará el proceso de total de la civilización. (BURY, 1971, p.16).¹

Como se pode notar, Bury (1971) associa a noção de *progresso* a uma visão linear da história, enquadrada em uma crença de que a civilização tem melhorado, mas, acima de tudo, de que irá melhorar em direção a um estado de bem-estar geral, que não necessariamente depende da vontade ou da capacidade de indivíduos, mas do próprio deslocamento dos fatos. Pelo contrário, para Nisbet (1996), embora concordasse que "a ideia de progresso sustenta que a humanidade tem feito progressos no passado e continuará a progredir no futuro" (NISBET, 1996, p.19), esta não se limita somente ao caminho da sociedade para a sua *felicidade*. De acordo com seu volumoso relato histórico dessa noção, Nisbet (1996) afirma que existe um sentido do *progresso* orientado ao avanço do saber humano e outro associado à aquisição dos valores espirituais, considerados superiores.

Para algunos autores el progreso consiste de hecho en el lento y gradual perfeccionamiento del saber en general, de los diversos conocimientos técnicos, artísticos y científicos, de las múltiples armas con que el hombre se enfrenta a los problemas que plantea la naturaleza o el esfuerzo humano por vivir en sociedad [...] La otra respuesta o tendencia que aparece en la historia del progreso se centra más bien en la situación moral o espiritual del hombre en la tierra, en su felicidad, en su capacidad para liberarse de los

¹ A ideia de progresso humano é, portanto, uma teoria que contém uma síntese do passado e uma previsão do futuro. É baseada em uma interpretação da história que considera o homem caminhando lentamente em uma direção definida e desejável e infere que este progresso continuará indefinidamente. Isso implica que, se for o fim do problema máximo da terra, se alcançará um dia uma condição de felicidade geral, que vai justificar o processo de total de civilização. (BURY, 1971, p.16, tradução nossa)

tormentos que le infligen la naturaleza y la sociedad, y por encima de todo en su tranquilidad. Para esta corriente, el objetivo del progreso es la consecución en la tierra de las virtudes morales o espirituales. (NISBET, 1996, p.21).²

Dessa distinção, desprende-se que Nisbet (1996) encontra a noção de *progreso* como o eixo em torno do qual se desenvolve a história do pensamento ocidental, desde a Grécia Clássica até o século XX. De acordo com o autor, outras ideias, como a liberdade, a igualdade ou a justiça, surgiram dela, pois, à diferença das noções anteriores, a crença no progresso se forjou ao longo de três milênios. Segundo Nisbet (1996), na história, os gregos e romanos acreditavam que a salvação só era possível mediante um aumento dos conhecimentos. E esse mesmo pensamento permanecia na Idade Média e, sobretudo, na Era Moderna.

Para Bury (1971), ao contrário, a noção de *progreso* é essencialmente moderna e surge desse contexto, pois implica uma mudança no sistema ético da humanidade. Essa reforma conduziu, segundo o autor, a priorizar o alcance de uma sociedade feliz para as futuras gerações neste mundo, diferente do pensamento clássico, que supunha, em muitos autores, a ideia do futuro como degeneração, ou o medieval, em que prevaleciam noções como o sacrifício e a privação para um futuro melhor em outro mundo. Segundo o autor, o conceito de progresso deriva seu valor, seu interesse e seu poder nas referências ao futuro. Conforme Bury (1971), embora houvesse referências dela no passado, a ideia de Progresso não aparece até que se entende que o destino da civilização era avançar indefinidamente no futuro. Os climas intelectuais da Antiguidade Clássica e dos tempos posteriores não foram propícios para o nascimento da doutrina do Progresso. Foi durante o século XVI que os obstáculos desapareceram e surgiu uma atmosfera mais favorável.

Não obstante, esse pertinente debate teórico, essa desconstrução da noção de *progreso*, não tem por objetivo a exploração da origem do conceito. Por isso, nos deteremos não em uma revisão histórica dos autores que desenvolveram a noção, mas no sentido do que esta adotou nas distintas disciplinas das quais foi objeto de estudo. Particularmente, a discussão se centrará em quatro olhares. No

² Para alguns autores o progresso consiste de fato na lenta e gradual melhoria do conhecimento em geral, dos diversos conhecimentos técnicos, artísticos e científicos, das muitas armas com que o homem enfrenta os problemas que propõe a natureza ou o esforço humano por viver em sociedade [...] A outra resposta ou tendência que aparece na história do progresso se centra na sua situação moral ou espiritual do homem na terra, na sua felicidade, na sua capacidade para liberar-se dos tormentos que lhe confere a natureza e a sociedade, e acima de tudo em sua tranquilidade. Para esta corrente, o objetivo do progresso é a consecução na terra das virtudes morais ou espirituais. (NISBET, 1996, p.21, tradução nossa)

princípio, refletir-se-á sobre a noção filosófica do *progresso* nas propostas de Condorcet, Kant, Hegel e Marx. Depois, observar-se-á como essa noção se reescreve no estudo sociológico inicial de Comte e Spencer. Também, será discutido o alcance da noção na teoria econômica de Turgot, Smith e Hayek. Finalmente, essa discussão será retomada a partir das posturas críticas de Le Goff e Starobinski, como parte do aporte da história das ideias.

2.1.1 Um olhar filosófico: lei, cooperação e confronto

Nicolas de Condorcet (1993) foi um dos defensores mais dogmáticos da noção de *progresso* no contexto da Ilustração. No seu *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*, propõe sua concepção ascendente e evolutiva da história no desenvolvimento das capacidades racionais dos indivíduos, regido pelas leis gerais de avanço, que se pode refletir nos deslocamentos dos grupos humanos através das gerações. Ao determinar o desenvolvimento dos homens, por extensão, essas leis se aplicariam à sociedade em conjunto. Isto é, para Condorcet (1993), a noção de *progresso* é, em princípio, real, concreta, evidente no indivíduo e razoável na sociedade.

Mas se consideramos este mesmo desenvolvimento em seus resultados, relativamente aos indivíduos que existem na mesma época em um dado espaço, e se o seguimos de gerações em gerações, ele apresenta agora o quadro dos progressos do espírito humano. Este progresso está submetido às mesmas leis gerais que se observam no desenvolvimento individual de nossas faculdades, já que ele é o resultado deste desenvolvimento, considerado ao mesmo tempo em um grande número de indivíduos reunidos em sociedades. Mas o resultado que cada instante apresenta depende daquele que os instantes precedentes ofereciam; ele influi naquele dos instantes que devem segui-lo. (CONDORCET, 1993, p.20).

A partir desse sentido de *progresso* como lei universal, Condorcet (1993) propõe um quadro ou classificação das sociedades em nove etapas. Se bem a França do início do século XIX se encontra na finalização da nona etapa, o autor assegura que é possível que a espécie humana alcance a décima quando termine o caminho que ela segue “em direção à verdade ou à felicidade” (CONDORCET, 1993, p.20). Esse fato terá acontecido quando a humanidade tenha conseguido reduzir três questões, como “a destruição da desigualdade entre as nações; os

progressos da igualdade em um mesmo povo; enfim, o aperfeiçoamento real do homem” (CONDORCET, 1993, p.176).

Podemos observar, portanto, que a noção de *progresso* em Condorcet mobiliza conceitos, como igualdade, paz, cooperação, integração internacional. E, sobretudo, que eles constituem o *aperfeiçoamento real*. Em consequência, o *progresso* se evidencia no trânsito do imperfeito ao perfeito, como um efeito da soma de capacidades dos seres humanos que, ao se desenvolverem, por lei natural, se expandem à sociedade em geral.

Respondendo a essas três questões nós encontraremos na experiência do passado, na observação dos progressos que as ciências que a civilização fizeram até aqui, na análise da marcha do espírito humano e do desenvolvimento de suas faculdades, os motivos os mais fortes de acreditar que a natureza não pôs nenhum termo às nossas esperanças. (CONDORCET, 1993, p.178).

Contrariamente, Kant (1994) não assume a noção do *progresso* como um dogma universal. Inclusive, no seu *Replanteamiento de la cuestión sobre si el género humano se halla en continuo progreso hacia lo mejor*, discute a lei do progresso geral das sociedades. Kant tenta demonstrar que uma antecipação do progresso no futuro não está sujeita à vontade humana, pois não é necessariamente boa, nem é consequência lógica dos próprios acontecimentos históricos, pois “só cabe vaticinar um acontecimento a partir de uma causa dada quando convergem as circunstâncias que coadjuvam nesse acontecimento” (KANT, 1994, p.83). Dentro dessa lógica do autor, uma pessoa não poderia prever que será testemunha da ocorrência daquelas circunstâncias.

Assim, para que se possa afirmar sobre a existência de uma tendência da história da humanidade ao progresso, teriam que acontecer certos pressupostos necessários. Segundo Kant (1994), teria que se buscar um fato que comprove, à margem do contexto das épocas, que possua uma causalidade universal para a espécie humana, que possa assegurar o progresso como um corolário inexorável da história do homem. Não só isso, pois, conforme o autor, esse corolário teria que se confirmar no passado e se validar como uma causa do estado presente. Somente dessa forma, dentro da lógica de Kant (1994), se poderia falar de um progresso contínuo e universal.

Este sentido de *progresso*, não como lei geral que rege a história, mas como concepção subjetiva e relativa *a priori* do desenvolvimento dos fatos, não é alheia ao próprio Kant (1994). O autor não considera demonstrável nem crível que o homem, como sujeito moral, se irá aperfeiçoar. Discute, além disso, a possibilidade de que o porvir histórico siga uma sequência necessariamente ascendente. Contudo, afirmava, mais por fé que por razão prática, que, em uma tendência para a sociedade cosmopolita, a humanidade começará a quebrar, progressivamente, os conflitos existentes, a violência entre os indivíduos e a desconfiança como eixo comum das relações humanas e intersociais.

Poco a poco irá descendiendo la violencia ejercida por parte de los poderosos y prevalecerá el acato a las leyes. En parte por pundonor y en parte también a causa de un egoísmo bien entendido, cada vez se originará un poco más de beneficencia, algo menos de pendencia en los litigios, una mayor confianza en la palabra dada, etc., dentro de la comunidad y esto acabará por extenderse a las relaciones interestatales de los pueblos hasta llegar a la sociedad cosmopolita, sin que con ello haya de aumentar en lo más mínimo la base moral del género humano, para lo cual sería indispensable una especie de nueva creación (una influencia sobrenatural). (KANT, 1994, p.92).³

Dessas afirmações, despreendem-se os sentidos kantianos do *progresso*. Essa noção mobiliza, para o autor, ideias, como confiança, cooperação, integração, comunidade, respeito à lei. Em outras palavras, para Kant (1994), a noção de *progresso* não é nem uma lei universal nem um princípio que rege a história das distintas sociedades. *Progresso* designa, na lógica kantiana, esperança num futuro mais integrado dos Estados e dos povos que conformam o Estado. Não depende nem de uma lei natural nem da vontade humana, só de uma leitura subjetiva da história, a partir de alguns fatos considerados por ele como signos históricos.

Outra concepção filosófica que contribui para a noção de *progresso* é a proposta por Marx (1997). De acordo com Bottomore (1988), esse conceito é subjacente a toda a obra de Marx. No entanto, não é desenvolvido explicitamente nela. Nesse sentido, se consideramos que nosso objeto não é, especificamente, a abrangência de todo o sentido do *progresso* em toda a obra marxista, pois suporia

³ Pouco a pouco irá descendendo a violência exercida por parte dos poderosos e prevalecerá o acato das leis. Em parte pela honra e em parte também por causa de um egoísmo bem entendido, cada vez se originará um pouco mais de beneficência, algo menos de pendência nos litígios, uma maior confiança na palavra dada, etc., dentro da comunidade e isso acabará por estender-se às relações interestatais dos povos para chegar à sociedade cosmopolita, sem que com isso tenha de aumentar o mínimo que seja a base moral do gênero humano, para o qual seria indispensável uma espécie de nova criação (influência sobrenatural). (KANT, 1994, p.92, tradução nossa)

um novo tema de pesquisa, o objetivo de nossa análise se restringe a somente oferecer um quadro de discussão prévio. Por isso, abordaremos, assim, apenas o que concebe Marx como *progresso*, em princípio, no prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política (2008) e no Manifesto Comunista (1997).

No prefácio da Contribuição, Marx (2008), embora não utilize explicitamente a palavra *progresso*, mobiliza palavras cujos sentidos se associam a ela. Por exemplo, em sua explicação dialética do percurso da história, sustenta que existe uma lógica contraditória que move os acontecimentos, devido à oposição das forças produtivas às relações de produção. Nesse conflito, produz-se, para Marx (2008), a mudança nos fatos, isto é, o *progresso*.

Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. (MARX, 2008, p.47).

Do fragmento, deduz-se que o progresso, embora implícito, existe para Marx (2008) como efeito do percurso dialético da sociedade. O princípio que rege, portanto, essa evolução, segundo o autor, é o conflito entre a capacidade produtiva e as posições que os indivíduos ocupam na estrutura. A partir disso, pode depreender-se que o sentido que sugere Marx (2008) para o progresso se associa a e é reescrito por palavras, como “desenvolvimento”, “evolução”, “contradição” e “revolução”. O *progresso*, assim, é o efeito do conflito necessário e constante na sociedade.

Nesse sentido, para Marx (2008), esse princípio organizador da sociedade, que, tal como assinala Bottomore (1988), é nomeado como Materialismo Histórico, determina a existência de distintas etapas na história da humanidade. Assim, é a partir da evolução das forças produtivas e das relações sociais de produção que um período novo e superior toma o lugar do anterior, quando suas condições materiais deixam de existir. Em outras palavras, o processo da humanidade é linear e tem uma tendência ao melhor.

E porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo

existem ou estão em vias de existir. Em grandes traços, podem ser os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno designados como outras tantas épocas progressivas da formação da sociedade econômica. (MARX, 2008, p.47).

A partir disso, é possível inferir que, para Marx (2008), a história, centrada no determinismo econômico aplicado à sociedade, tem um caráter *progressivo*. Nesse sentido, essa palavra mobiliza noções, como “avanço”, “adiantamento”, “mudança”, “evolução”. Em outros termos, dentro da lógica do fragmento, um processo é progressivo quando conduz a um estágio melhor. No entanto, esse processo, diferentemente de outros autores já mencionados, como Condorcet ou Comte, não é um avanço contínuo e indeterminado. Ao contrário, é completamente descontínuo. A proposta de Marx (2008) é que a história se move de maneira contraditória e dialética com direção ao melhor.

No segundo texto observado, Manifesto Comunista, Marx (1997) também entende a história como uma sucessão dialética de acontecimentos orientados por um percurso evolutivo. No entanto, o critério para que esse avanço se consolide é a aquisição de estágios melhores por parte de uma classe social, neste caso, o proletariado, obtendo terreno no conflito permanente em que se desenvolve.

Cada um destes estágios de desenvolvimento da burguesia foi acompanhado de um correspondente progresso político. Estado oprimido sob a dominação dos senhores feudais, associação armada e auto administrada na comuna, a cidade-república independente, além terceiro-estado na monarquia sujeito a impostos, depois ao tempo da manufatura contrapeso contra a nobreza na monarquia de estados ou na absoluta, base principal das grandes monarquias em geral — ela conquistou por fim, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a dominação política exclusiva no moderno Estado representativo. O moderno poder de Estado é apenas uma comissão que administra os negócios comunitários de toda a classe burguesa. (MARX, 1997, p.31).

Marx (1997), como se pode observar, associa *progresso* a conceitos, como participação política, direitos, controle, dominação e modernidade, que a classe menos favorecida vai conquistando no desenvolvimento da história. Essa aquisição constitui um processo dialético que se produz num cenário de conflito: o progresso do proletariado pressupõe o declive de quem o oprime, o que, por sua vez, constitui um progresso, em geral, da humanidade. Em síntese, a noção de *progresso* retoma a noção de confronto. Mesmo assim, existe um progresso particular que não resulta da disputa, do conflito. É o progresso natural e histórico da indústria que avança indistintamente de seus rompimentos. Isso acontece, como afirma Marx (1997), em

contraste com o proletário que, em lugar de se elevar com esse progresso, submerge ainda mais nas condições de sua própria classe. Essa situação reforça, portanto, o estado de conflito.

Para Marx (1997) e para o marxismo⁴, o *progresso*, tanto como fenômeno natural quanto como disputa de classes, é um percurso dialético baseado no desenvolvimento industrial das sociedades. Ainda que sejam diferentes, as duas formas de progresso não são alheias ao princípio dialético que rege o avanço da história, pois “com o progresso da grande indústria é retirada debaixo dos pés da burguesia a própria base sobre que ela produz e se apropria dos produtos” (MARX, 1997, p.41). A noção de *progresso*, seja como porvir histórico seja como um cenário de conflito, não se desprende de seu sentido dialético.

2.1.2 Um olhar sociológico: lei, evolução e liberdade

Vinculada à análise desde a filosofia, a teoria sociológica inicial, principalmente a de perspectiva evolucionista, não se desvincula da noção de *progresso* como motor da história. De acordo com Comte, tanto a sociedade como o que ele denomina espírito positivo exigem a satisfação de duas exigências necessárias e simultâneas: “a ordem e o progresso, que constitui as duas condições fundamentais da civilização moderna” (COMTE, 1978, p.52).

Precisamente, esse progresso constitui o princípio que rege o movimento entre os três estados do conhecimento propostos por Comte (1978): teológico, metafísico e positivo. “Esse progresso contínuo, que de início havia mesmo determinado no fundo a transformação do fetichismo em politeísmo, constituiu em seguida, sobretudo, a fonte essencial da redução do politeísmo ao monoteísmo”. (COMTE, 1978, p.59). Essa noção de *progresso* retoma conceitos, como mudança, movimento, mas também, como avanço e evolução. Para o autor, é o *progresso*,

⁴ É preciso indicar que nossa observação se limita aos sentidos que mobiliza Marx (1997, 2008) do conceito de progresso. Portanto, esclarecemos, tal como refere Bottomore (1988), que a teoria de Marx não é a mesma teoria marxista. Como afirma Bottomore (1988), muitos autores posteriores a Marx, na base da sua teoria, em maior ou menor medida, propuseram abordagens distintas. Por exemplo, segundo Bottomore (1988), os trabalhos de Childe em arqueologia, ao afirmar que as revoluções econômicas promoveram a civilização. Hobsbawn, também, desde a história, menciona que Marx formula a história desde sua forma mais geral e que essa generalidade é o progresso. Finalmente, Friedmann, também citado por Bottomore (1988), assegura que Marx retoma a ideia de progresso da burguesia e, depois da sua queda, a burguesia abandona sua crença nela, mas a teoria de Marx segue confiando nessa visão. Em síntese, o marxismo não se limita a Marx. É resultado de reflexões e interpretações posteriores.

entendido como evolução, o princípio que garante a ordem social, e este, por sua vez, permite, então, o progresso. Essa ordem, para Comte (1978), constitui a condição fundamental do progresso que, por sua vez, é também meta necessária da ordem e, assim “como no mecanismo animal, o equilíbrio e a progressão são mutuamente indispensáveis a título de fundamento ou destinação” (COMTE, 1978, p.69).

Dessa proposta, desprende-se o sentido do *progresso* não só como mudança, mas também como necessidade. Para que a estrutura social se perpetue, as sociedades precisam desse princípio. E essa manutenção também constitui uma forma de progresso. Essa noção vai ser um dos eixos da obra de Comte (1978), pois pretende construir uma lei geral de ordem e progresso que reja todas as sociedades no caminho do espírito positivo e da modernidade.

Sob o aspecto mais sistemático, a nova ciência indica diretamente, como destino necessário de toda nossa existência, ao mesmo tempo pessoal e social, o melhoramento contínuo de nossa condição e, sobretudo, de nossa natureza, enquanto comportar, em todas as esferas, o conjunto das leis reais exteriores ou interiores. Elevando assim a noção de progresso a de dogma verdadeiramente fundamental da sabedoria humana, seja prática, seja teórica, imprime-lhe o caráter mais nobre e, ao mesmo tempo, o mais completo, sempre representando o segundo gênero de aperfeiçoamento como superior ao primeiro. (COMTE, 1978, p.70).

Nesse fragmento, evidencia-se a importância do pensamento comtiano. O *progresso* é lei universal, sendo também melhoramento, evolução, aperfeiçoamento contínuo e constante. Além disso, é condição necessária para a manutenção da estrutura social e para a existência humana. É também como um dogma no qual o pensamento científico acredita e que tenta demonstrar. Em resumo, é o princípio fundamental do pensamento e da vida moderna.

Como no caso de Comte, segundo Spencer (1939), o *progresso* é uma lei universal que governa o comportamento dos indivíduos na sociedade. Mas, a sua proposta não se limita a isso. Para Spencer (1939), existem diferentes formas de progresso, de acordo com o âmbito do desenvolvimento humano, nas quais se pode encontrar um eixo comum: o *progresso* implica passar do simples para o complexo e do homogêneo para o heterogêneo.

O único caráter patente pelo qual são semelhantes todos os gêneros de progresso é o de consistir, sem exceção, numa série de *transformações*; e, portanto, a solução desejada deve encontrar-se em algum caráter comum

que tenham as modificações em geral. Há motivos para crer *a priori* que a transformação universal do homogêneo para o heterogêneo assenta-se em alguma lei da transformação. (SPENCER, 1939, p.59, grifo do autor)

Segundo Spencer (1939), a divisão da sociedade em governantes e governados, a existência de um clero como distinto de um laicado e a separação dos indivíduos como resultado da divisão social do trabalho são importantes exemplos que a história oferece para apoiar a existência de uma lei geral de progresso. Uma sociedade onde já existe um estado constituído por hierarquias, portanto, *teria mais* progresso que uma comunidade onde a maioria das pessoas desempenham funções semelhantes.

Na afirmação de Spencer (1939), há um sentido único da noção de *progresso*: ser uma lei científica que explica que um evento na história pode provocar vários efeitos e, ainda, modificar um conjunto de comportamentos na direção de se passar a um estado melhor do que o anterior. Em outras palavras, “toda força ativa produz mais de uma transformação: toda a causa produz mais de um efeito” (SPENCER, 1939, p.59). Para provar isso, Spencer utiliza exemplos de princípios tomados da geologia, astronomia, química, anatomia, botânica, economia e da sociologia propriamente dita. Seu objetivo é argumentar que, da mesma forma que esta transformação constante para a heterogeneidade é um indicativo de evolução em várias ciências naturais, assim será na sociedade. “Se o progresso do homem para uma maior heterogeneidade se explica pela multiplicação de efeitos devidos a uma causa única, seria ainda mais fácil aplicar este princípio ao progresso social” (SPENCER, 1939, p.86).

A noção de *progresso* dada por Spencer (1939), sendo uma lei aplicável a todo ambiente científico (sociais ou naturais), constitui um princípio verificável, mensurável, quantificável. A partir disso, pode-se dizer que a noção de *progresso*, designada no campo científico, mobiliza, de acordo com Spencer (1939), ideias, como "lei", "evidência", "demonstração". No entanto, associa-se a outras noções, como "transformação", "evolução", "bem-estar", "desenvolvimento". Segundo o autor, a evidência empírica dessa lei do progresso são as mudanças nas formas de trabalho, cada vez mais especializado, como resultado da industrialização. Portanto, segundo Spencer (1939), as noções de *progresso* e de industrialização são conceitos complementares.

Estes resultados multiplicam-se com a crescente necessidade dos meios de subsistência numa população numerosa, vendo-se cada pessoa obrigada, mais ou menos, a ocupar-se daquilo para qual tem mais aptidão; o progresso industrial ganha com isso, assegura-se a produção futura e favorece-se o desenvolvimento da população, fato que volta a influenciar no mesmo sentido de antes, de forma que é evidente a multiplicação de efeitos. Graças a estes estímulos nascem novas ocupações. (SPENCER, 1939, p.89).

A urbanização e aquisição de recursos são entendidas como o trânsito para um estágio melhor, como um progresso. Em consequência, essa noção significa também outro sentido: o desenvolvimento individual. Isso se explica porque, para Spencer (1939), as transformações da infraestrutura e da produção elevam os trabalhadores a uma posição melhor. O que acontece porque seus hábitos e seus gostos se fazem mais diversos, mais complexos. E é precisamente nessa heterogeneidade que se produz o progresso.

No entanto, essa noção de *progresso*, embora incorpore o sentido do material, não se limita a ele. *Progresso*, para Spencer (1939), envolve a completa felicidade do indivíduo, a realização final de suas aspirações, a libertação de todas as formas de sofrimento. A esse respeito, o autor retoma a crença de Condorcet, Comte, Marx e Kant neste progresso universal e inegável das sociedades. A principal distinção da noção para Spencer (1939) é que essa condição não é apenas um princípio geral de sociedades, senão a lei fundamental de todas as disciplinas científicas. Esse progresso, portanto, é a lei que leva a humanidade à felicidade individual.

Assim, é clara a nova designação, a qual distingue o progresso como um princípio universal. Essa tendência geral é chamada por Spencer (1939) como *progresso social*. A partir dessa designação, como afirma Giddens (2010), embora os estudos sociológicos de Durkheim em diante já não tenham como foco a noção de *progresso*, concentrando-se na análise da ordem, essa noção é transferida para outras disciplinas. A teoria econômica, que estuda o progresso desde o Iluminismo, é um deles.

2.1.3 Um olhar desde a teoria econômica: educação, indústria e desigualdade

Para a revisão da noção de *progresso* desde essa perspectiva, serão tomados como referência basicamente três autores. Devido à sua relevância nas

principais recopilações historiográficas dessa noção (BURY, 1971; NISBET, 1996), iniciar-se-á esse percurso com a análise que realiza Turgot sobre o progresso. Depois, recorrer-se-á a Adam Smith (1996), com a finalidade de compreender como se mobilizou essa noção na teoria econômica clássica, e, finalmente, se irá desconstruir essa noção em Hayek (1998), representante da teoria econômica contemporânea. O objetivo dessa retomada é analisar os sentidos dessa palavra que são compartilhados por essa disciplina.

De acordo com Bury (1971) e Nisbet (1996), Turgot, filósofo e economista da ilustração, é considerado o autor da primeira declaração sistemática da noção moderna de *progresso*. Segundo Nisbet (1996), Turgot concebe o progresso como “uma cadeia de causas e efeitos que vinculam o estado atual do mundo com todo o ocorrido anteriormente” (NISBET, 1996, p.255). Em outras palavras, *progresso* mobiliza, para Turgot, conceitos, como deslocamento e avanço. Além disso, agrega outra ideia que, na perspectiva filosófica, se associa a de progresso: a integração, entendida como cooperação interna e internacional.

En medio de sus estragos, las costumbres van suavizándose, la inteligencia humana se ilumina, las naciones aisladas se unen; los vínculos políticos y económicos acaban por unir todas las partes del globo; y la totalidad de seres humanos avanza siempre, a través de alternativas de calma y tempestad, de buena y mala fortuna, hacia un mayor perfeccionamiento. (NISBET, 1996, p.256).⁵

Em seu *Discurso sobre o progresso humano*, Turgot (1991) considera o progresso como o avanço constante das ciências, artes e letras, que se traduz no bem-estar geral da sociedade. Contudo, reconhece que esse movimento, por sua vez, é um dos fatores que gera a desigualdade entre os seres humanos. Estes, segundo Turgot (1991), nasceram iguais, mas foram diversificados pelo desenvolvimento de cada um. “El progreso social inscribe cada vez más la desigualdad entre los hombres. Podemos decir que con el nacimiento de las artes o de las ‘luces’ nace la desigualdad humana” (TURGOT, 1991, p.47)⁶.

⁵No meio de seus estragos, os costumes vão atenuando-se, a inteligência humana se ilumina, as nações isoladas se unem; os vínculos políticos e econômicos acabam por unir todas as partes do globo; e a totalidade de seres humanos avança sempre, através de alternativas de calma e tempestade, de boa e má fortuna, para um maior aperfeiçoamento. (NISBET, 1996, p.256, tradução nossa)

⁶ O progresso social inscreve cada vez mais a desigualdade entre os homens. Podemos dizer que com o nascimento das artes ou das ‘luces’ nasce a desigualdade humana. (TURGOT, 1991, p.47, tradução nossa)

Essa desigualdade, de acordo com o autor, se constitui pelo efeito de uma contínua gradação, que inicia com as formas primitivas de agrupamento de pessoas até os estágios maiores de ilustração. Assim, a diferença na velocidade dos avanços de distintas sociedades determina que, segundo Turgot (1991), existam nações que irão progredir mais que outras; não é um efeito de uma lei universal, senão da própria cultura de cada sociedade. E isso acontece, conforme Turgot, porque a história quebra a legalidade natural em que se os homens são iguais pela e devido à natureza humana, se diferenciam pela e devido à cultura. Mas, isso não acontece porque a desigualdade está na natureza humana, e sim porque a desigualdade se apresenta nos progressos.

Turgot (1991), portanto, assume que todas as nações estão inscritas em uma linha única de progresso e que, se podem produzir-se interrupções ou retrocessos, a trajetória sempre é progressiva, pois “o bem fica e a humanidade sempre se aperfeiçoa” (TURGOT, 1991, p23). Dessa forma, o autor destaca como fator que amplia ou estimula esta desigualdade os diferentes graus de educação alcançados pelos povos em seu caminho inevitável para a ilustração. Em consequência, essa noção do *progresso* mobiliza a ideia de “diferença”, “desigualdade”, “avanço educativo”. O grau de progresso de um povo seria evidente em comparação com outro, mas os dois, com mais ou menos lentidão, acabariam por alcançar esse estado de ilustração necessário para que se alcance o progresso.

El hombre ya no se deja engañar tan fácilmente por sus espontáneos prejuicios o las visiones defectuosas del mundo. Poco a poco, las opiniones y las ideas se van perfeccionando; si el hombre yerra en un momento dado, esta misma experiencia le ayuda a no errar en el futuro. Este camino es lento, pero es un camino, es el camino que conduce a la ilustración y que necesariamente todos los pueblos han de transitar. Es un camino lento, errático, pero cierto el camino de progreso. (TURGOT, 1991, p.47).⁷

Smith (1996), por sua vez, no primeiro livro *A riqueza das nações*, associa a noção de *progresso* a conceitos, como produção, divisão do trabalho ou industrialização. Para Smith (1996), existe uma correlação entre as nações que avançam, a capacidade produtiva de seus indivíduos e o grau de atividade industrial

⁷ O homem já não se deixa enganar tão facilmente por seus espontâneos preconceitos ou as visões defeituosas do mundo. Pouco a pouco, as opiniões e as ideias vão se aperfeiçoando; se o homem erra em um momento dado, esta mesma experiência lhe ajuda a não errar no futuro. Este caminho é lento, mas é um caminho, é o caminho que conduz à ilustração e que necessariamente todos os povos têm de transitar. É um caminho lento, errático, mas um certo caminho de progresso (TURGOT, 1991, p.47, tradução nossa).

existente. O emprego diversificado constitui, conseqüentemente, um indicador desse avanço. Isso se explica, segundo o autor, porque a divisão do trabalho gera num ofício um incremento das forças produtivas do trabalho. Em conseqüência, para Smith (1996), se produz uma diferenciação entre aqueles que se especializam e os que não se especializam. Mas, isso não se limita aos indivíduos. A diferença se expressa nos países, o que faz com que alguns destes sejam vistos como sociedades mais evoluídas que outras, por seus trabalhos serem mais diversos e específicos.

Dessa afirmação, entende-se que o progresso, em Smith (1996), é um efeito da divisão do trabalho e, particularmente, da tendência das nações ao desenvolvimento da atividade industrial. Segundo o autor, a fabricação de máquinas conduz a uma especificidade do emprego e a um incremento da destreza do trabalhador. Smith (1996) afirma que essa busca de especialização se estende a outras áreas do conhecimento e, de certa forma, esse novo princípio de organização do trabalho conduz ao progresso e aperfeiçoamento das distintas disciplinas científicas.

Com o progresso da sociedade, a filosofia ou a pesquisa torna-se, como qualquer ofício, a ocupação principal ou exclusiva de uma categoria específica de pessoas. Como qualquer outro ofício, também esse está subdividido em grande número de setores ou áreas diferentes, cada uma das quais oferece trabalho a uma categoria especial de filósofos; e essa subdivisão do trabalho filosófico, da mesma forma como em qualquer outra ocupação, melhora e aperfeiçoa a destreza e proporciona economia de tempo. Cada indivíduo torna-se mais hábil em seu setor específico, o volume de trabalho produzido é maior, aumentando também consideravelmente o cabedal científico. (SMITH, 1996, p.70).

Smith (1996) não limita a concatenação de efeitos da divisão do trabalho ao progresso científico. De acordo com o autor, a maior retribuição do trabalhador por seu desempenho em um emprego diferenciado e de maior destreza, somada ao crescente desenvolvimento da atividade científica em todas suas áreas, permite que, por um lado, os vínculos entre os indivíduos também se diversifiquem e que o poder aquisitivo do operário qualificado aumente. Segundo Smith (1996), isso facilita o livre intercâmbio entre os indivíduos e, por extensão, a melhor organização da sociedade em seu caminho para a opulência.

Esta noção de *progresso* como opulência, proposta por Smith (1996), se constitui, como podemos ver, em um efeito da industrialização, da divisão do

trabalho, do desenvolvimento científico e da acumulação de recursos dos indivíduos. A particular distinção dessa noção consiste em que a diferença das perspectivas filosóficas e sociológicas iniciais não resulta da aplicação de uma lei universal que rege o comportamento da humanidade e da história. O progresso expressado na sociedade opulenta de Smith (1996) é resultado do trabalho do indivíduo e seus desejos de superação.

O esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar sua própria condição, quando sofrido para se exercer com liberdade e segurança, é um princípio tão poderoso, que ele é capaz, sozinho e sem qualquer ajuda, não somente de levar a sociedade à riqueza, ao progresso e à prosperidade, mas de superar centenas de obstáculos impertinentes com os quais a insensatez das leis humanas muitas vezes obstaculiza seus atos. (SMITH, 1996, p.54).

Não obstante, o cenário dos séculos XX e XXI difere muito dos vaticínios otimistas da teoria econômica clássica de Smith em *A riqueza das nações*. De acordo com Lipovetsky (2006), o contexto de guerras mundiais e as crises econômicas influenciaram diretamente na crença *no* progresso, seja como lei universal ou como consequência da vontade humana. A crença na importância da acumulação de recursos como garantia do avanço da sociedade ou do Estado é substituída por um estado de angústia. “As inquietudes do porvir substituem a mística do progresso” (LIPOVETSKY, 2006, p.61).

Nesse contexto, desde uma teoria econômica mais atual, Hayek (1983) reconhece que a existência de um princípio geral do progresso é um fato questionável e difícil de demonstrar. Para o autor, tudo o que se escreveu e falou sobre progresso não tinha fundamento, pois nunca se justificou a ideia de que a civilização caminha e caminhará numa direção desejável, pois não se tinham motivos para pensar que haveria mudança ou progresso infalível e sempre benéfico.

Apesar das limitações que encontra essa noção no novo século, de acordo com Hayek (1983), o progresso não desaparece, mas sim adota um sentido de incerteza. Assume-se, segundo o autor, que, como a única constante é a transformação, embora exista fé no progresso, o desenlace deste permanece como desconhecido.

Embora o progresso consista, em parte, em conseguir coisas pelas quais estivemos lutando, isso nem sempre quer dizer que gostaremos de tudo aquilo que nos proporciona, ou que todos seremos ganhadores. E, já que nossos desejos e metas também estão sujeitos a mudanças no decorrer do

processo, devemos questionar a afirmação de que as novas situações criadas pelo progresso são sempre melhores. O progresso, no sentido de um crescimento cumulativo de conhecimento e poder sobre a natureza, é um termo que não nos diz se o novo estado nos dará maior satisfação do que o anterior. (HAYEK, 1983, p.41).

Do que o autor afirma, entendemos que a noção de *progresso*, além da essencial noção de mudança, pode implicar certa contradição, ideias, como perda, insatisfação, desigualdade ou incerteza. Sobretudo, enquanto conceito de desigualdade, para Hayek (1983), o progresso se constitui como um elemento fundamental para a compreensão desse novo sentido de *progresso*. Particularmente, quando se considera a designação *progresso econômico*, segundo o autor, a tendência à melhoria da sociedade pressupõe uma diferença necessária entre seus membros. O progresso, em síntese, seria incompatível com a igualdade.

O rápido avanço econômico com que passamos a contar parece, em grande medida, resultar dessa desigualdade e ser impossível sem ela. O progresso num ritmo tão rápido não pode ocorrer em uma frente uniforme, mas de forma escalonada, ficando alguns bem adiante dos outros. A razão disso nos é ocultada pelo nosso hábito de encarar o progresso econômico principalmente como um acúmulo de quantidades sempre maiores de bens e equipamentos. (HAYEK, 1983, p.43).

Essa natureza desigual da noção econômica de *progresso* demanda uma necessidade de incremento do conhecimento nos indivíduos. Hayek (1983) afirma que o incremento desse conhecimento permite o melhor aproveitamento dos recursos, que são escassos, e, portanto, mais importante, inclusive, que a própria acumulação de capital. Assim, Hayek (1983) afirma que o caráter irrestrito dos conhecimentos, frente ao caráter limitado dos recursos, se torna gratuito e, portanto, mais acessível. Nesse sentido, para o autor, diferentemente dos recursos, o conhecimento possui um caráter ilimitado e, através de sua aquisição por parte de alguns e sua reprodução nos outros, é possível estender-se à população em geral. Aí, segundo Hayek (1983), está o verdadeiro progresso.

Esta associação entre a noção de *progresso* e a de *desenvolvimento* do conhecimento em suas distintas formas, que já se apreciava em Turgot (1991), permite compreender a condição necessária da desigualdade. Segundo Hayek (1983), a existência de diferenças significativas entre nações com maior ou menor grau de progresso facilita a possibilidade de que o que é considerado um privilégio para um determinado setor no futuro se massifique para toda a população, pois “um

produto novo é, em geral, o capricho dos poucos escolhidos, antes de se tornar algo desejado por todos, passando a fazer parte das necessidades da vida. Pois, o luxo de hoje, é a necessidade de amanhã” (HAYEK, 1983, p.44).

Nessa proposta, pode-se encontrar um sentido de *progresso* que retoma conceitos como “integração” ou “cooperação internacional”. De acordo com o autor, a importância da divisão entre países ricos e pobres é que o desenvolvimento dos primeiros permitirá que os bens e serviços próprios de seu estilo de vida sejam estendidos, por meio da produção massificada, ao restante dos países com menor grau de progresso. Portanto, segundo Hayek (1983), a manutenção da desigualdade econômica é um indicador de progresso, pois pressupõe que o país rico, como consequência de seu maior desenvolvimento e capacidade produtiva, saiba identificar as carências das outras nações e massificar os benefícios que, até esse momento, eram privativos de sua condição.

O caminho do progresso é bastante facilitado pelo fato de já ter sido trilhado por outros. É graças à ação dos pioneiros de ontem que, hoje, os menos afortunados ou os menos dinâmicos podem percorrer novos caminhos. Aquilo que hoje pode parecer mera extravagância, ou até desperdício, porque é usufruído por uma minoria e nem mesmo sonhado pelas massas, é o preço da experimentação com um estilo de vida que, eventualmente, também se tornará acessível à maioria. A gama de empreendimentos lançados e posteriormente aperfeiçoados, a experiência que se tornará disponível a todos, ampliar-se-á significativamente como resultado da distribuição desigual dos atuais benefícios. De fato, muitas conquistas nunca se teriam transformado em possibilidade para todos se, bem antes disso, não houvessem estado ao alcance de alguns. (HAYEK, 1983, p.45).

Além da legitimação da divisão social, essa afirmação de Hayek (1983) contém um sentido distinto de *progresso* em relação aos autores anteriores, a existência de um *índice de progresso* implica que essa noção deixe de ser uma manifestação de uma crença universal, um ideal científico, e passe a ser uma variável mensurável, quantificável. O *progresso*, que retoma noções, como lei, liberdade, cooperação, poder, evolução, desigualdade, integração, educação, conhecimento, fé, é, desde a perspectiva da teoria econômica, um valor quantificável.

2.1.4 Um olhar desde a história das ideias: ação, reação, modernidade

Com o objetivo de compreender como se mobilizaram os sentidos de *progresso* ao longo de distintas épocas, estenderemos nosso percurso, na perspectiva da história das ideias. Para isso, explora-se a revisão histórico-crítica realizada por Jacques Le Goff (2003), em *História e Memória*, e Jean Starobinski (2002), em *Ação e reação: vida e aventura de um casal*.

Em sua análise sobre viabilidade da oposição binária progresso/reação, repensada em um contexto em que “estas concepções estão em plena crise”, Le Goff (2003) afirma que a noção de *progresso* é um conceito eminentemente ocidental, que antes do século XVI ainda não se manifestava explicitamente. Décadas depois, começou a representar um sentido dual: um objetivo e, por sua vez, um juízo de valor. Para o século XVIII, essa noção, de acordo com o autor, começou a designar tanto o avanço científico como o progresso moral, alcançando seu período de maior influência. Já no século XX, a correlação entre as duas formas de progresso começou a ser discutida, propondo-se, inclusive, um caráter trágico a essa noção.

Por outro lado, distinguiram-se e, por vezes, contrapuseram-se duas formas de progresso, primeiro de forma implícita, e, depois, na época moderna, explícita. Com efeito, a idéia de progresso é dupla. Implica, por um lado, um objetivo ou, pelo menos, uma direção, e, por outro, tal finalidade implica um juízo de valor. Quais os critérios e valores em que deve assentar a idéia de progresso? E aqui que intervém a distinção entre progresso científico e técnico e progresso moral. Se o primeiro foi, desde a Antiguidade, semi-percebido, o segundo foi negado quase sistematicamente até o século XVIII. (LE GOFF, 2003, p. 237).

Em seu sentido explícito, a noção de *progresso* nasce, segundo Le Goff (2003), no longo período entre a difusão da imprensa na Europa, no século XV, e a Revolução Francesa, ao final do século XVIII. No contexto científico, essa noção de *progresso* foi muito comemorada durante os séculos XVII e XVIII favorecida pelas invenções, o surgimento da ciência moderna (sistema copernicano, física de Galileu, mecanicidade de Newton), o incremento da crença na razão e a convicção de que o mundo tanto físico como social está governado por leis gerais.

Como contribuição ao movimento histórico dessa noção, Le Goff (2003) traz as reflexões de Nicolau Maquiavel, François Rabelais, Petrus Ramus, Jean Bodin, Francis Bacon, René Descartes, Blas Pascal, o *abade* San Pierre, Montesquieu,

Voltaire, os enciclopedistas e os demais representantes da Ilustração, precisamente no que se refere à Revolução Francesa, apesar de ter sido considerada por outros autores (BURY, 1971; NISBET, 1996) como a consolidação da noção de *progresso* tanto no âmbito científico como no social. Para Le Goff (2003), esse período histórico não se associa muito a essa noção, pois o progresso pressupõe uma continuidade na história e, portanto, a Revolução traz uma ruptura, um novo começo. Para o autor, esse evento histórico se relaciona muito mais com noções particulares desse princípio geral. Raramente se faz referência de forma explícita, estando relacionada a formas particulares desse progresso, como liberdade, igualdade e fraternidade.

Não obstante, as disputas depois da Revolução permitiram, de acordo com Le Goff (2003), o surgimento da designação “reação” ou seu derivado “reacionário”, para nomear pejorativamente o pensamento de grupos políticos adversários. Dito de outro modo, a Revolução teria constituído uma “reação” que, ao se consolidar, mobiliza a sua noção contrária e é entendida como “progresso”. Esses novos sentidos são transferidos à palavra reação, como evidencia sua inclusão no *Dictionnaire*, de 1869, citado por Le Goff (2003). Assim, o autor registra que, nesse dicionário, a palavra reação adota o sentido de “conjunto de atos de um partido oprimido que se torna o mais forte”. Por sua vez, de acordo com a pesquisa de Le Goff (2003), sua derivação para o adjetivo “reacionário” é definida como “quem coopera contra a Revolução”. Nesse sentido, o autor percebe que as disputas da Revolução geram o uso da palavra reação.

No entanto, a chegada do século XIX, segundo Le Goff (2003), supôs a hegemonia da noção de *progresso*, frente ao seu oposto “reação”. Eventos, como a Revolução Industrial, a difusão do pensamento liberal, o incremento da alfabetização e outros acontecimentos estimularam a crença nos progressos científicos e técnicos, refletindo-se em mudanças sociais. Isso permitiu, de acordo com o autor, a aspiração, em distintas disciplinas, como as citadas anteriormente, por encontrar uma lei que oriente o progresso da humanidade.

Mas o século XIX foi o grande século da idéia de progresso. Na linha dos dados adquiridos e das idéias da Revolução Francesa. Como sempre, o que mantém esta concepção e a faz desenvolver são os progressos científicos e técnicos, os sucessos da Revolução Industrial, a melhoria, pelo menos para as elites ocidentais, do conforto, do bem-estar e da segurança, mas também os progressos do liberalismo, da alfabetização da instrução e da democracia. Na França da Segunda República e na Prússia do século XIX,

por exemplo, as instituições difundem eficazmente a idéia de progresso. Mas houve, sobretudo, a procura de leis e, se possível, de uma lei do progresso. Foi essa a preocupação dos pensadores burgueses e dos precursores do socialismo. (LE GOFF, 2003, p.257-258).

Como podemos ver, o *progresso*, segundo o percurso histórico-crítico desenvolvido por Le Goff (2003), mobiliza conceitos como “melhora”, “bem-estar”, “segurança”, “educação”, “democracia”. Mas, também, retoma outros, como “indústria”, “ciência” e “tecnologia”. Em outras palavras, como considera o autor, essa noção constitui um traslado da leitura ascendente da história da ciência à revisão do desenvolvimento da sociedade. Citando Saint Simon, Le Goff (2003) refere que “os industriais devem ser colocados à cabeça do governo, pois eles constituem os motores do progresso, pois se tudo é feito através da indústria tudo deve ser feito para ela” (LE GOFF, 2003, p.260).

No século XX, segundo afirma Le Goff (2003), apesar dos enfrentamentos mundiais e das crises econômicas, que poderiam ser designados como manifestações de “reação”, a crença na noção de *progresso* permaneceu no pensamento da sociedade ocidental. Para o referido autor, esse foi o contexto em que Bury (1971) publica, em 1920, A ideia de progresso, recopilação historiográfica na qual essa noção é entendida como avanço, continuação, felicidade, bem-estar. Contudo, Le Goff (2003) afirma que, com o advento da Segunda Guerra Mundial, tal noção sofre uma mudança significativa de sentido. A palavra *progresso* passa a ser delimitada como uma categoria econômica equiparável a de *desenvolvimento* ou, mais especificamente, a de crescimento.

Entre 1945 e 1975, é o progresso econômico que se torna a linha de força da ideologia do progresso, mas o termo ‘progresso’ cede muitas vezes lugar ao termo ‘crescimento’. Certos economistas adquiriram uma noção estrita do progresso. Outros distinguiram o crescimento do desenvolvimento. J.D. Gould (1972), por exemplo, lembra que o crescimento é o aumento durável do rendimento real per capita, enquanto desenvolvimento inclui a ‘diversificação da estrutura econômica que se afasta da atividade primária para os setores industrial e de serviços, e talvez também por um processo de substituição de importações e de uma redução da dependência em relação ao comércio internacional’ (op. cit., p.1-4). Não há verdadeiro progresso – mesmo econômico – se não houver crescimento e desenvolvimento. (LE GOFF, 2003, p.272).

Diferentemente de Le Goff (2003), em uma análise diacrônica das palavras ação e reação, Starobinski (2002) desenvolve um percurso histórico-crítico da noção de *progresso*, a partir das mudanças que esta experimenta e de obstáculos que se

apresentam a ela sob a designação de reação. Para iniciar essa revisão, cita Diderot, quem afirma que a natureza se perpetua pela ação e reação de suas partes, mas que, paradoxalmente, essa perpetuação não é infinita, pois existem períodos de avanços e outros de retrocesso. Naquele tempo, o progresso era entendido como um termo neutro que significava tanto aperfeiçoamento como degradação. Isto é, de acordo com Diderot, a noção de *progresso* não necessariamente pressupõe uma mudança para o melhor.

Starobinski (2002) considera que a noção de *progresso*, no sentido de avanço para algo melhor, constitui uma consequência do desenvolvimento do pensamento científico. O autor destaca a contribuição das leis da mecânica de Newton. Como afirma Starobinski (2002), as mudanças no conhecimento científico começaram a ser concebidas como indicadores de uma tendência geral ao aperfeiçoamento. É nessa lógica que a palavra “reação” começa a designar toda manifestação que se situa contra esse *progresso*.

Os desenvolvimentos do conhecimento científico foram pensados como os índices de uma perfectibilidade muito mais geral, que não se limita apenas ao domínio da ciência. Ora, não vai tardar em se pegar emprestado da linguagem já vulgarizada das leis da mecânica a palavra ‘reação’, para nomear o que contraria o progresso. Se atribuirá a ela o papel que a expressão ‘passo retrógrado’ ocupa no texto que acaba de ser citado. (STAROBINSKI, 2002, p.300).

Tal como Le Goff (2003), a desconstrução realizada por Starobinski (2002) toma os mesmos sentidos de *progresso* que evidenciam autores, como Condorcet ou Constant, mas, principalmente, para compreender a dicotomia progresso/reação, considerando indispensável uma revisão da análise da história humana proposta por Kant. De acordo com a genealogia de Starobinski (2002), a leitura do progresso que propõe o filósofo alemão pode ser entendida desde uma colisão constante entre formas de ação e reação, que, diferente do pensamento de Condorcet, nem sempre tende ao aperfeiçoamento, pois o retrocesso é também uma possibilidade. Nesse sentido, Starobinski (2002), tomando como referência Kant, se pergunta se os conflitos, que surgem das tendências ao avanço e ao retrocesso, implicam risco de fazer desaparecer os progressos e submergir-nos na barbárie. Evidentemente, para o autor, a resposta é negativa, pois o fracasso é sempre possível.

Assim, para Kant, segundo Starobinski (2002), “as ações e reações formam a trama da história” (STAROBINSKI, 2002, p.302). Não obstante, isso não exclui a

possibilidade de que se leia nela uma direção universal, que, com a mediação do homem, se possa realizar. Kant encontraria a consecução dessa finalidade (como já se viu na perspectiva filosófica) na aproximação dos Estados mais educados, motivados pela razão prática. Nisso, mais que na própria antinomia, encontrar-se-ia o sentido kantiano do *progresso*.

Em relação à barbárie primitiva, nossas civilizações, embora imperfeitas, atestam melhoras (Verbessemng). Kant vê nisto uma razão para esperar novos progressos, graças aos quais laços contratuais aproximariam todos os Estados pertencentes a uma humanidade mais bem educada. A missão da razão prática é, portanto, estender às instituições de toda a sociedade humana o poder universalizante da razão, da qual cada indivíduo pode virtualmente servir-se: que sejam garantidas publicamente a autonomia das consciências, livre exercício da razão e da vontade, o respeito à dignidade do outro. Vemos, portanto, afirmar-se, em Kant, a idéia de um sentido possível da história, que logo ganhará, em outros autores, o nome de Progresso, no singular. (STAROBINSKI, 2002, p.302-303).

Entendido no sentido kantiano, de *progresso* como integração, cooperação, se assume que o oposto antinômico seria a violência que se possa produzir nas relações humanas. Essa noção, segundo Starobinski (2002), não constitui uma lei geral que move a sociedade, como destacam outros teóricos do progresso, mas sim um efeito da ação/reação do homem sobre o seu meio e sobre a história. A noção de *progresso* remete, portanto, à vontade do indivíduo.

O que se opõe ao progresso é, para Kant, a violência humana, ou seja, 'a cepa torta' da qual são feitos os homens. Ele constata a 'insociável sociabilidade' (um gesellige Geselligkeit) destes, o que é suficiente para explicar a lentidão das transformações morais e políticas mais desejadas. A história, segundo ele, é o campo de atividade de uma natureza que deu ao homem a disposição (Anlage) para o progresso. A natureza erigiu, portanto, a espécie humana, em ator responsável de seu destino. Kant não imputa unicamente à imaturidade e aos preconceitos as dificuldades do progresso: o entrave está na própria natureza do homem. (STAROBINSKI, 2002, p.303).

Starobinski (2002) coincide com Kant em afirmar que, a partir do século XVIII, a noção de *progresso* sofreu uma mudança significativa em seus sentidos neutros, para começar a designar, necessariamente, a ideia de aperfeiçoamento. Não obstante, isso não supôs uma ruptura na antinomia progresso/reação. De acordo com o autor, as constantes resistências e disputas e a crença no aperfeiçoamento vão inseri-la nesta oposição ao debate de forças políticas, o que evidenciaria a vigência dessa estrutura nos espaços de conflito. "Sem ser desertada pelas

acepções anteriores, a palavra, carregada de um novo valor, vai introduzir-se na linguagem das lutas políticas” (STAROBINSKI, 2002, p.303).

2.2 NOÇÕES DE *DESENVOLVIMENTO*

Depois da Segunda Guerra Mundial, se produz uma mudança significativa no conceito de *progresso*. Como consequência da aparição dos organismos internacionais, como a ONU, em 1945, ocorre um trânsito de um sentido fundamentalmente teórico ou ideal do progresso, conforme observado acima, a uma palavra antes de tudo operativa, que é hoje considerada como a sua concepção mais *autorizada*. Para explicar por que um sentido aparece como dominante e, em certo modo, relega os outros ao esquecimento ou ao desuso, retomamos Bourdieu (1989), quem afirma que a linguagem enquanto sistema simbólico permite legitimar socialmente uma relação de dominação de uma classe sobre outra, em um cenário social caracterizado não por relações de comunicação, mas por relações de poder.

[...] as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nessas relações e que, como dom ou o *potlatch*, podem permitir acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que ‘os sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’. (BOURDIEU, 1989, p.11, grifo do autor).

Falar é, para Bourdieu (1989), reproduzir poder simbólico. Isto é, o poder que acumulam os agentes sociais ou as instituições que os respaldam ou representam, segundo a posição em que se situam no espaço social. Assim, o fato de pertencer a uma organização econômica, cultural, religiosa ou jornalística e ocupar uma posição dominante nela permite que, por meio da linguagem, um agente “faça crer” uma determinada realidade aos outros. É uma força que não precisa da força, que faz com que uma classe dominada, nesse espaço social, aceite um fato como certo, como válido, como real, como natural.

Poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o

equivalente daquilo que é obtido pela força – física ou econômica – graças ao efeito específico de mobilização, só se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 1989, p.14).

Dessa maneira, por meio do exercício de poder simbólico na enunciação, um determinado agente social pode-se converter em voz *autorizada* sobre um tema específico. Assim, segundo Bourdieu (1989), as palavras pressupõem o poder de manter a ordem ou de subvertê-la. O poder simbólico, portanto, permite que, a partir da legitimidade de quem as pronuncia na enunciação, um fato se assuma como real e, tudo o que se opõe a ele, como arbitrário. Nesse sentido, propõe-se que, como efeito desse poder simbólico, conforme Bourdieu (1989), se produz um domínio, nos últimos anos, de uma teoria econômica que absorve as demais, sendo proposta desde os organismos internacionais, como ONU, OEA, OIT, Unesco, entre outros. Essa proposta pressupõe substituir o uso de *progresso* pela palavra *desenvolvimento*.

2.2.1 Surgimento do *desenvolvimento* como deslocamento da noção de *progresso*

Considerando a mudança descrita nos parágrafos anteriores, desde uma perspectiva similar à análise realizada da noção de *progresso*, tentaremos compreender como se mobilizam os sentidos da palavra *desenvolvimento* nos textos selecionados como corpus de trabalho. Para poder analisar esses procedimentos, partimos da premissa de que, quando se produz a queda da noção de *progresso* descrita por Le Goff (2003), tal palavra começa a mudar seus sentidos de avanço, felicidade e bem-estar para funcionar como equivalente a crescimento ou, mais precisamente, *desenvolvimento*.

Segundo Le Goff (2003), episódios, como as guerras mundiais, as crises econômicas e a supressão das liberdades em distintas regiões do mundo, tiveram um impacto significativo na noção de *progresso*. De acordo com o autor, esse novo cenário ocasionou a fragmentação dessa noção em denominações particulares.

Constata-se, em primeiro lugar, que já quase não se fala de progresso em geral, mas de progressos setoriais. Desintegrada a noção de progresso, é necessário não esquecer que cada tipo de progresso apela para outras formas complementares de progresso. (LE GOFF, 2003. p.274).

Entre essas formas complementares, particulares ou diversas do *progresso*, aparece a noção de *desenvolvimento*. De acordo com Le Goff (2003), a partir de 1945 a crença no progresso focaliza uma noção econômica que, para muitos especialistas, se intercambia em muitos textos por palavras, como crescimento ou *desenvolvimento*. “Mas o termo ‘progresso’ cede muitas vezes lugar ao termo ‘crescimento’. Certos economistas adquiriram uma noção estrita do progresso. Outros distinguiram o crescimento do desenvolvimento” (LE GOFF, 2003, p.272).

Esta redução da noção de *progresso* a um conceito particularmente econômico a transforma, em certa medida, em um sinônimo de *crescimento*, mas não necessariamente de *desenvolvimento*. Sen (2009) delimita claramente a distinção entre as três palavras, pois considera que tanto o conceito de progresso vinculado estritamente à ideia de modernização e de crescimento como o ligado à acumulação de capitais constituem somente meios pelos quais uma nação pode atingir o que define como *desenvolvimento*.

O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como meio de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades também dependem de outros determinantes [...] Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida. (SEN, 2009, p.17).

No entanto, como veremos mais adiante, a distinção entre as noções é relativamente recente. Desde 1945, ano em que se produz, de acordo com Le Goff (2003), a fragmentação de sentidos do *progresso*, as palavras *desenvolvimento* e *progresso* eram consideradas intercambiáveis. Não obstante, de forma progressiva, a primeira delas foi colocando-se em funcionamento, sobretudo nos textos publicados pelos organismos internacionais que aparecem, mais precisamente, a partir de 1945. Como exemplo para explicar o surgimento da noção de *desenvolvimento* como queda da noção de *progresso*, se apresenta a Carta das Nações Unidas, documento por meio do qual se cria a ONU, em 1945.

No preâmbulo dessa Carta, a declaração assegura reafirmar o compromisso dos países subscritos nela por distintos objetivos comuns, como a preservação da paz, a igualdade de direitos entre mulheres e homens, o respeito aos tratados

internacionais, a promoção da justiça social e outros. Entre eles, sobressai um compromisso de particular utilidade para este estudo, o de “promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade ampla” (ONU, 1945, p.3).

Nesse trecho, pode-se observar que a noção de *progresso* está determinada pela cooperação entre países. Se as nações se unem e respeitam os acordos que a declaração estabelece, o progresso é viável. Além disso, o sentido desta mobiliza ideias, como melhores condições de vida, isto é, bem-estar. Mas, não é um bem-estar geral, universal e inevitável, conforme propunham as “leis do progresso”, desconstruídas no primeiro capítulo. Ao contrário, para esse organismo internacional, o progresso está associado e condicionado a um marco de liberdade do indivíduo. Em outros termos, a liberdade constitui um requerimento para a consecução desse progresso, que é, antes de tudo, social. Isso demonstra o sugerido por Le Goff (2003), a particularização da noção de *progresso* ocorrida desde o século XX.

Por outro lado, este segundo recorte, “a empregar um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos” (ONU, 1945, p.4), permite explicar e reforçar a interpretação do anterior. Os organismos multinacionais possibilitam não só o progresso social, mas também o progresso econômico. Em consequência, as duas formas particulares e casualmente fragmentadas dessa noção são um efeito da cooperação internacional e, por sua vez, a finalidade desta. Tal conclusão também se manifesta no seguinte fragmento, retirado do artigo 55 da Carta das Nações Unidas.

Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social. (ONU, 1945, p.33).

Do fragmento extraído, entende-se que o *progresso* e o *desenvolvimento* são efeito do estabelecimento de distintas medidas de cooperação internacional, como a existência de relações pacíficas entre países e o respeito à igualdade de direitos. Essas noções se associam a ideias, como bem-estar, trabalho efetivo e níveis mais altos de vida. Portanto, se a existência de uma conjunção “e”, semanticamente,

sugere a delimitação das duas noções como elementos relacionados, mas diferentes desde um olhar enunciativo, os vínculos entre as duas designações são muito mais próximos.

Os sentidos das duas palavras são determinados por conceitos, como estabilidade política e cooperação internacional, e, por sua vez, mobilizam a ideia de bem-estar e qualidade de vida que, como se indicou antes, constituía uma característica do sentido de *progresso* desde os olhares sociológico e econômico. Em consequência, ainda que o trecho não esclareça as diferenças entre as duas noções, podemos observar que *desenvolvimento* mobiliza sentidos que a palavra *progresso* costumava apresentar.

Em outro fragmento selecionado, *desenvolvimento* mobiliza sentidos mais claros. De acordo com o artigo 73 da Carta, os países assinantes assumem o compromisso com aquelas nações sem governos próprios de:

Promover medidas construtivas de desenvolvimento, estimular pesquisas, cooperar uns com os outros e, quando for o caso, com entidades internacionais especializadas, com vistas à realização prática dos propósitos de ordem social, econômica ou científica enumerados neste Artigo. (ONU, 1945, p.41).

Entendemos, portanto, que o sentido de *desenvolvimento* mobiliza ideias, como liberdade, cooperação, bem-estar social, econômico e educativo. Tais noções costumam associar-se ao progresso. Assim, por exemplo, de acordo com a Carta, quando os países assistem, através de mecanismos de cooperação internacional, a outros que não contam com autonomia de governo, se constroem neles bem-estar e liberdade. Em consequência, gera-se *desenvolvimento*. Não obstante, também *progresso*, pois mobiliza sentidos de bem-estar e liberdade dos povos. Desse modo, as duas palavras se mostram como similares.

2.2.2 O desenvolvimento nas teorias de modernização e dependência

A noção de *desenvolvimento*, de acordo com Conterato e Fillipi (2009), é, antes de tudo, um espaço de controvérsia. Segundo os autores, essa característica se deve fundamentalmente a que “o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana” (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p.11). Desse

modo, essa palavra pressupõe assumir que a mudança baseada nas ações dos indivíduos como agentes dela é real e constante.

No entanto, como a mudança nem sempre será valorizada como positiva, segundo Conterato e Fillipi (2009), o conceito de *desenvolvimento* estará sempre submetido a debates tanto teóricos como metodológicos, pois “nem sempre as ações (das pessoas) promovem a melhoria do nível de vida de todos” (CONTERATO; FILLIPI, 2009, p.11). A partir disso, desde sua aparição no contexto das guerras mundiais, a palavra *desenvolvimento* foi objeto de distintos enfoques teóricos que abordam esse fenômeno. Nos primeiros anos, segundo Conterato e Fillipi (2009), a medição foi centrada no econômico, por exemplo, por meio do crescimento do Produto Interno Bruto. As propostas atuais, em reação contrária às outras, buscam aportar mais dimensões, como a social, a cultural e a ambiental.

Um desses enfoques é a teoria da modernização, desenvolvida na Europa e na América do Norte. Segundo Shishito (2012), tal teoria surge num contexto marcado pelas polêmicas sobre qual o percurso deve seguir o mundo a partir do pós-guerra. No princípio, a *modernização* foi entendida como sinônimo de *modernidade*, de *desenvolvimento* e *crescimento econômico*. Nas palavras de Schumpeter (1997), por exemplo, a noção de *desenvolvimento* se reduz às “mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa” (SCHUMPETER, 1997, p.74).

De acordo com de Schumpeter (1997), as mudanças não econômicas envolvidas no desenvolvimento (aspectos sociais, naturais, culturais) só são consideradas quando afetam diretamente as mudanças dos dados econômicos. Portanto, esses fenômenos devem ser medidos em função das variações na produção dos indivíduos e das nações, à luz de uma teoria estritamente econômica. No entanto, segundo o autor, o *desenvolvimento* não se define como “um processo de desenvolvimento ou mero crescimento da economia, demonstrado pelo crescimento da população e da riqueza” (SCHUMPETER, 1997, p.74). Esse fenômeno, para o autor, é um processo mais amplo, qualitativamente novo e, portanto, de difícil medição.

Entre as principais dificuldades para analisar o desenvolvimento de uma coletividade, Schumpeter (1997) destaca o fato de que a teoria econômica clássica se baseou numa visão da história construída sobre um “preconceito metafísico” (SCHUMPETER, 1997, p.68). Devido a isso, é que a crença de que as nações

mostram um desenvolvimento uniforme e unilinear foi tão difundida. Outra razão dessa limitação é o fato de, conforme o autor, esse processo sempre ter sido estudado pela história econômica como parte da história universal. Por isso, incluíram-se outros elementos de avaliação, como a mentalidade do homem econômico, a organização social, etc. O desenvolvimento, de acordo com Schumpeter (1997), é um assunto somente da teoria econômica.

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes. (SCHUMPETER, 1997, p.75).

A partir desse fragmento, pode-se entender a estreita vinculação entre as noções de *desenvolvimento*, segundo Schumpeter (1997), e de crescimento econômico. A diferença fundamental entre as duas, a partir desse autor, é que o crescimento mede mudanças de dados, mas o desenvolvimento analisa as variações de ciclos de crescimento. No entanto, isso não exclui a possibilidade de que uma palavra mobilize sentidos da outra.

Isso é, precisamente, um dos preceitos em que se fundamenta a teoria da modernização, um enfoque muito difundido após o pós-guerra que, segundo Rostow (1978), parte da ideia de que todas as sociedades atravessam cinco estados de desenvolvimento econômico em um processo, em direção à modernização. Assim, de acordo com a proposta do autor:

It is possible to identify all societies, in their economic dimensions, as lying within one of five categories: the traditional society, the preconditions for take-off, the take-off, the drive to maturity, and the age of high mass-consumption. (ROSTOW, 1960, p.4).⁸

Dessa maneira, Rostow (1960) entende que as sociedades tradicionais realizam uma atividade comercial incipiente, baseada no intercâmbio, com funções limitadas e uma produção essencialmente agrícola. Depois deste nível, a especialização do trabalho humano permite que se produza o *take-off* ou decolagem

⁸ É possível identificar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, como estando dentro das cinco categorias: a sociedade tradicional, as condições prévias para a decolagem, a decolagem, a unidade até a maturidade e a idade de alto consumo de massa. (ROSTOW, 1960, p.4, tradução nossa).

econômica. Isso acontece, finalmente, quando a população se traslada da atividade agrícola ao trabalho industrial, o que pressupõe uma expansão do intercâmbio comercial e uma diversificação da produção.

The take-off is the interval when the old blocks and resistances to steady growth are finally overcome. The forces making for economic progress, which yielded limited bursts and enclaves of modern activity, expand and come to dominate the society. Growth becomes its normal condition. Compound interest becomes built, as it were, into its habits and institutional structure. (ROSTOW, 1960, p.7).⁹

O incremento da tecnologia como consequência da maior atividade industrial, para Rostow (1960), é denominado como maturidade. Finalmente, a etapa de maior desenvolvimento para uma sociedade, segundo essa proposta unilinear, é a etapa do consumo em grande escala. Nessa instância, a oferta de bens de consumo e o incremento significativo da demanda de uma população com trabalho mais diferenciado constitui, para esse autor, o indicador de uma sociedade econômica desenvolvida.

Essa proposta de trânsito, que passa por cinco etapas do desenvolvimento, constitui, de acordo com Shishito (2012), uma teoria da modernização. Embora a proposta de Rostow (1960) sugira uma equivalência entre as noções de *desenvolvimento* e *modernização*, ela é rebatida por Eisenstadt (1999), pois afirma que tal associação parte de uma conceituação errada do que se entende por moderno e, portanto, por modernizar.

Esse sociólogo austríaco traz uma distinção entre modernidade e modernização, pois considera que o primeiro fenômeno não implica um modelo único de sociedade ou um Estado com características definidas. Contrariamente, segundo Eisenstadt (1999), a modernidade, enquanto “cristalização de um novo tipo de civilização” (EISENSTADT, 1999, p.40), pressupõe somente o rompimento com as sociedades do passado, o que implica uma mudança constante, mas não uma única concepção de sociedade. Além disso, ao se difundir esse sistema a distintos países do mundo, foi adotando muitas variantes completamente diversas entre si.

⁹ A decolagem acontece quando no intervalo no qual os velhos blocos e a resistência em um crescimento contínuo finalmente se superam. As forças que geram o progresso econômico, e que produzem a expansão e os limites das atividades modernas aumentam e conseguem dominar a sociedade. O crescimento se transforma então na condição normal. E o interesse composto se integra como se fosse habitual nas formas e estruturas institucionais. (ROSTOW, 1960, p.7, tradução nossa).

A nova civilização, que surgiu primeiro na Europa e depois expandiu-se pelo mundo, criou diferentes sistemas ou enquadramentos internacionais baseados em algumas das suas premissas básicas e radicados numa das suas dimensões institucionais básicas. Surgiram, quase à escala mundial, diversos sistemas económicos, políticos e ideológicos - todos eles multi-centrados e heterogêneos. (EISENSTADT, 1999, p.40)

Como consequência desse encontro de civilizações, segundo Eisenstadt (1999), produz-se uma alteração significativa nas dimensões institucionais e, sobretudo, simbólicas das sociedades onde *moderno* se adicionou. Isso, definitivamente, supôs o incremento de populações, regiões ou nações consideradas modernas ou em modernização, embora possuam grandes diferenças entre si. Portanto, a tentativa de homogeneização que caracterizou este projeto de mudança social produz, contrariamente, um incremento da diversidade de formas de vida e de cosmovisões.

Não obstante, de acordo com Eisenstadt (1999), os projetos de modernização posteriores à Segunda Guerra Mundial assumiram que, em forma natural, os países conseguiriam adequar-se ao novo programa cultural. Nisso, precisamente, consistiu o erro de achar que esse caminho ao desenvolvimento se daria inevitavelmente e em nível mundial.

Os estudos da modernização e da convergência das sociedades modernas assumiram, efetivamente, que o projeto da modernidade, a par das suas tendências hegemônicas e hegemônicas, perdurará no Ocidente e que, com a sua expansão, irá prevalecer em todo o mundo. Havia, em todas estas abordagens, a assunção implícita que os modos de integração institucional decorrentes do desenvolvimento de esferas, relativamente autônomas e institucionalmente diferenciadas, seriam globalmente semelhantes em todas as sociedades modernas. (EISENSTADT, 1999, p.41).

Segundo o autor, esse projeto não considerou, portanto, que as premissas que o sustentavam terminariam por colidir com os resultados. A ideia de aproximar a humanidade a um modelo mais perto do bem-estar, de acordo com Eisenstadt (1991), terminou por construir uma sociedade instável, efêmera, similar à pré-moderna. A única diferença entre elas consistiu em que, na modernidade, o futuro não está determinado por forças externas, mas é gerado por uma construção social em que a expectativa vai de encontro às inumeráveis possibilidades de risco. A este confronto entre as bases e os efeitos da modernização, Beck, Giddens e Lach (2000) atribuem a denominação modernização reflexiva.

Se a modernização simples (ou ortodoxa) significa, no fundo, primeiro o descontextualizar e segundo o recontextualizar das formas tradicionais pelas formas industriais, então, a modernização reflexiva significa primeiro a descontextualização e segundo a recontextualização das formas sociais industriais por outro tipo de modernidade. (BECK; GIDDEN; LASH, 2000, p.2).

Esse processo de modernização da sociedade industrial, de acordo com os autores, implica uma reestruturação das bases da sociedade moderna. Em referência a isso, Beck, Giddens e Lash (2000) discutem que tal fenômeno pode associar-se com formas de *progresso* ou *desenvolvimento* apesar de, comumente, ser caracterizado por períodos de crescimento econômico.

Precisamente, como uma forma de reação às contradições à noção de modernização, baseado no despertar de uma consciência latino-americana. (URIBE, 2008), aparece em distintos países da América Latina um enfoque alternativo que pretende compreender fenômenos, como a pobreza desse continente, desde um olhar autóctone do *desenvolvimento*. Esse enfoque é conhecido genericamente como teoria de subdesenvolvimento ou teoria da dependência.

Um dos fundamentos mais comuns desse marco teórico, de acordo com Furtado (1983), é que o fenômeno do subdesenvolvimento de alguns países latino-americanos não é um estado inicial de um percurso para um bem-estar maior. Contrariamente, esse problema é um efeito da estrutura mesma do modelo de desenvolvimento aparecido desde a Revolução Industrial. Segundo o autor, o contato das grandes nações capitalistas europeias com as regiões pré-capitalistas colonizadas não foi similar em todos os casos. Como consequência, Furtado (1983) afirma que esse confronto de modelos produziu uma estrutura econômica dualista, que é a causa do subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento. Para captar a natureza das atuais economias subdesenvolvidas, necessário se torna levar em conta essa peculiaridade. (FURTADO, 1983, p.142).

O trecho sugere uma associação do sentido de modernização não como um *processo*, mas como *um sistema*, uma estrutura que propicia e legitima o subdesenvolvimento. Esse modelo econômico que não se ajusta a um capitalismo real, pois coexistem dinâmicas capitalistas e pré-capitalistas, é denominado por

Furtado (1983) como “capitalismo bastardo” (FURTADO, 1983, p.143). A característica principal desse modelo, que não chega a constituir um sistema em si, é a falta de autonomia econômica. Segundo o autor, existem possibilidades de que, sob esse regime, se gere um crescimento da produção e dos ingressos. Não obstante, o subdesenvolvimento persiste porque a economia local mantém o vínculo de *dependência* com as economias capitalistas estrangeiras.

A relação de dependência, consequência da expansão das economias capitalistas, determina, conforme Furtado (1983), a continuidade do subdesenvolvimento. Para o autor, tal fenômeno adquire uma condição circular devido a fatores de ordem tecnológica. Especificamente, as limitações técnicas e uma economia pré-capitalista impedem a atenção da demanda externa, geralmente de economias capitalistas. Isso faz com que a situação de *dependência* se perpetue, devido às heterogeneidades tecnológicas. Um processo similar acontece com outros fatores produtivos, como a relação oferta-demanda no caso da mão de obra. Em linhas gerais, a estrutura econômica de modernização e desenvolvimento, de acordo com a análise de Furtado (1983), se caracteriza por um estado de desequilíbrio constante e, paradoxalmente, de subdesenvolvimento.

A estrutura econômica subdesenvolvida pode ser descrita como um desequilíbrio ao nível dos fatores de produção, isto é, como um desajustamento permanente entre oferta e procura de fatores decorrentes de certa articulação entre o perfil da demanda e as formas das funções de produção [...] Desta forma, a própria orientação da técnica, ao reforçar, nas estruturas subdesenvolvidas, as tendências à concentração da renda, cria obstáculos à difusão das inovações e contribui para reproduzir o chamado desequilíbrio ao nível dos fatores. (FURTADO, 1983, p.149).

Em função desse desequilíbrio permanente, segundo Furtado (1983), os episódios de crescimento dos indicadores econômicos que podem ser experimentados por uma população de estrutura pré-capitalista não garantem uma mobilidade nos graus de subdesenvolvimento. A razão principal atribuída pelo autor é a transplantação de modelos econômicos, pois “tende a frustrar cada vez mais a eficácia da autonomia de decisões de tipo estritamente econômico, como meio de liquidação do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1983, p.156). De certa forma, o abandono do subdesenvolvimento, para Furtado (1983), e a Teoria da Dependência estão ligados às noções de autonomia e liberdade nas economias.

2.2.3 O desenvolvimento como noção sujeita a medições

Como uma reação às teorias de modernização e dependência, em cujo confronto se estabeleceu o debate sobre o desenvolvimento, surge uma perspectiva distinta promovida explicitamente pelos novos organismos internacionais, como o Programa das Nações Unidas (PNUD). Assim, a palavra deixa de se circunscrever ao âmbito econômico para abranger outros aspetos da vida humana. Nessa linha, encontra-se a teoria do economista Amartya Sen (2009), quem propõe uma perspectiva distinta de desenvolvimento. Embora a bibliografia do autor seja bastante ampla, nesta seção tentaremos encontrar o sentido de *desenvolvimento*, segundo a perspectiva de Sen no livro *Desenvolvimento como liberdade* (2009), pois é um dos trabalhos que aborda o fenômeno com maior amplitude.

Para Amartya Sen (2009), o desenvolvimento não foi entendido adequadamente durante várias décadas. Esse conceito, segundo sua proposta, não se deve confundir com outras palavras, como crescimento ou *progresso* econômico, pois estas são somente meios que, junto a outros elementos, permitem que o desenvolvimento se realize. Sen (2009) entende o desenvolvimento como “um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2009, p.17). Nesse sentido, o desenvolvimento da noção implica que seus indivíduos adquiriram um estado de maiores liberdades que, transformadas em capacidades, possibilitam seu próprio bem-estar.

De acordo com o autor, existe uma relação recíproca entre a existência de mais liberdade no homem e o nível de desenvolvimento que ele consegue. Essa relação, de acordo com Sen (2009), pressupõe que, por ação de medidas institucionais, se reduzam as limitações econômicas, sociais e políticas que impedem o exercício das liberdades dos indivíduos; não obstante, para que isso aconteça, é necessária a intervenção, como afirma Sen (2009), da própria liberdade sob a forma de participação em decisões públicas, que permitirão a consolidação das medidas institucionais que necessita um país para se aproximar do desenvolvimento.

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e

aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEN, 2009, p.19).

Dessa relação, desprende-se um sentido de *desenvolvimento* associado à satisfação de demandas sociais, econômicas e políticas por parte das instituições, mas também dos próprios indivíduos. De acordo com Sen (2009), essas condições habilitadoras podem constituir indicadores que permitem avaliar os níveis de desenvolvimento que adquire uma determinada população. Essa característica é identificada pelo autor como razão avaliadora, isto é, o fato de que o aumento das liberdades dos indivíduos pode ser verificado através desses elementos. Sen (2009) afirma que isso pode demonstrar a importância da liberdade na teoria do desenvolvimento, pois estes indicadores de expansão de liberdades constituem, por sua vez, os indicadores de melhora em uma população.

A esse respeito, o fato de que o *desenvolvimento* seja entendido por Sen (2009) como uma maior liberdade não exclui a importância que a abertura do mercado pode gerar nele. Como se indicou, a diferença na proposta do autor consiste em que o livre mercado é um meio para o *desenvolvimento*, mas não um equivalente dele. Inclusive, Sen (2009) precisa que essa relação causal não se centra na capacidade do mercado para industrializar um país ou fazer crescer uma economia. A abertura comercial promove desenvolvimento enquanto constitui uma forma de expressão da liberdade. Segundo Sen (2009), isso se deve ao fato de que “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (SEN, 2009, p.23).

Como notamos, Sen (2009) associa sua noção de *desenvolvimento* ao ato de conseguir liberdade, entendida em um sentido amplo e integrado, que envolva “não só dar o devido valor aos mercados, mas também apreciar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas que melhoram e enriquecem a vida que as pessoas podem levar” (SEN, 2009, p.24). O autor nega a importância de que uma economia cresça, mas só é suficiente se essa característica interage com outros indicadores ou formas de liberdade, que o autor distingue como elementos necessários para que o desenvolvimento seja real.

Assim, Sen (2009) identifica cinco tipos de liberdades, vistos como “instrumentos” que permitem o desenvolvimento progressivo de uma sociedade. Entre elas, destaca a existência de “(1) liberdades políticas, (2) facilidades econômicas, (3) oportunidades sociais, (4) garantias de transparência e (5) segurança protetora” (SEN, 2009, p.25). Em outras palavras, é evidente a existência de um desenvolvimento, segundo a teoria de Sen (2009), quando as capacidades humanas e as liberdades humanas se expandem e, sobretudo, coexistem em uma determinada coletividade. Em consequência, o desenvolvimento, para o autor, está ligado à redução de limitações, às oportunidades de participação política, ao acesso a serviços sociais fundamentais e às suas relações entre si.

Embora a análise do desenvolvimento precise, por um lado, ocupar-se de objetivos e metas que tornam importantes as consequências dessas liberdades instrumentais, é necessário igualmente levar em conta os encadeamentos empíricos que unem os tipos distintos de liberdade *uns aos outros*, fortalecendo sua importância conjunta. Essas relações são fundamentais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade. (SEN, 2009, p.25, grifo do autor)

Pelo fragmento, podemos verificar uma noção de *desenvolvimento* entendido como processo de expansão das chamadas liberdades instrumentais e, simultaneamente, como o resultado deste. A designação “instrumental” sugere, dentro da proposta de Sen (2009), a ideia de medição, avaliação, verificação. Em tal sentido, pode-se afirmar que o desenvolvimento, segundo o autor, constitui um conceito sujeito à verificação. De tal modo, isso legitima a existência de índices de medição de desenvolvimento, a partir de elementos que são, precisamente, essas distintas formas de liberdade.

Conforme isso, um dos índices elaborados para medir rigorosamente os avanços no desenvolvimento dos países é o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. Nesse cálculo, elaborado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) ininterruptamente desde 1990, pode-se inferir um sentido de *desenvolvimento* associado à proposta de Sen. De acordo com o IDH (PNUD, 1990), se entende o *desenvolvimento* como “um processo mediante o qual se ampliam as oportunidades dos indivíduos” (PNUD, 1990, p.33). A partir disso, infere-se que tal palavra se relaciona com a “liberdade” referida por Sen (2009). A liberdade, como explica o autor, constitui, pois, uma oportunidade de desenvolvimento para um indivíduo e, por extensão, para uma sociedade.

O IDH como instrumento de medição se caracteriza, conforme afirma o PNUD (1990), por conceber o crescimento econômico ou a acumulação de riqueza como meios para alcançar um fim, que é o desenvolvimento humano. Com a finalidade de que a medição seja efetiva, aquele mecanismo reúne três indicadores essenciais: gozo de uma vida prolongada e saudável, aquisição de conhecimentos e acesso a recursos suficientes para uma vida decente (PNUD, 1990, p.36). Com isso, entende-se que, dentro da noção de *desenvolvimento* concebida por o PNUD (1990), se mobilizam ideias, como saúde, educação e trabalho digno.

Não obstante, de acordo com a noção exposta, o desenvolvimento humano abrange também oportunidades, como a possibilidade de participação política, a igualdade de direitos e respeito e seu pleno exercício. Além disso, segundo o PNUD (1990), o desenvolvimento está relacionado às medições, não contemplando somente a verificação do cumprimento de metas através de indicadores estatísticos. Conforme afirma o documento, este pretende avaliar também o uso que os indivíduos fazem das capacidades adquiridas.

El desarrollo humano tiene dos aspectos. La formación de capacidades humanas – tales como un mejor estado de salud, conocimientos y destrezas – y el uso que la gente hace de las capacidades adquiridas – para el descanso, la producción o las actividades culturales, sociales y políticas. Si el desarrollo humano no consigue equilibrar estos dos aspectos, puede generarse una considerable frustración humana. (PNUD, 1990, p.34).¹⁰

Como podemos observar, o fragmento mostra que o sentido de *desenvolvimento* se associa a um rol ativo de indivíduo em sua expansão de capacidades. De acordo com a noção que propõe o PNUD (1990), a medição do uso que o indivíduo faz de sua liberdade o transforma em agente de seu desenvolvimento. Segundo esse documento, o objetivo central é o ser humano (PNUD, 1990, p.35). Portanto, uma vez mais se evidencia a associação que a ideia de desenvolvimento humano compartilha com o enfoque de liberdade proposto por Sen (2009).

Nos diferentes relatórios de Desenvolvimento Humano elaborados pelo PNUD (1990-2015), distinguem-se três critérios principais de medição, que se vinculam à

¹⁰ O desenvolvimento humano tem dois aspectos. A formação de capacidades humanas – tais como um melhor estado de saúde, conhecimentos e destrezas – e o uso que as pessoas fazem das capacidades adquiridas – para o descanso, a produção ou as atividades culturais, sociais e políticas. Se o desenvolvimento humano não consegue equilibrar estes dois aspectos, pode-se gerar uma considerável frustração humana. (PNUD, 1990, p.34, tradução nossa).

noção que propõe essa instituição. O primeiro critério é o gozo de uma vida saudável, o qual se mede com o indicador de esperança de vida ao nascer, partindo da ideia de que a longevidade é valiosa em si mesma, e se associa aos elementos susceptíveis de medição estatística, como os avanços nutricionais e de acesso à saúde. O segundo critério constitui o desenvolvimento humano, segundo o PNUD (1990), a aquisição de conhecimento, que é avaliado a partir da *taxa de alfabetismo*. E o terceiro e último componente, o desenvolvimento de acordo com a instituição, o acesso a recursos para uma vida decente, é verificado com o indicador de ingresso per capita. De acordo com o PNUD (1990), utiliza-se esse elemento devido à complexidade, buscando medir a quantidade de recursos com a qual uma pessoa deve contar para levar uma vida decente.

Segundo o PNUD (1990), reconhece-se esta necessidade de entender o *desenvolvimento* como um conceito mensurável, que estatisticamente possui certas deficiências. Embora as variáveis, como o acesso à saúde, não necessariamente garantam uma esperança de vida longa, a alfabetização também não assegura educação de qualidade, e a vida decente não está determinada unicamente pelo ingresso per capita; tal instituição afirma que o mérito desse instrumento de medição é que a diferença do crescimento econômico constitui uma ferramenta que aborda com maior proximidade a complexidade do desenvolvimento.

Lo que se necesita es una considerable cantidad de trabajo empírico para cuantificar los diferentes indicadores de libertad humana y para explorar adicionalmente el vínculo entre la libertad y el desarrollo humanos. (PNUD, 1990, p.45).¹¹

Dessa maneira, a partir do fragmento citado, fica evidenciado o caráter quantificável, estatístico do desenvolvimento, dentro da lógica do PNUD (1990). Assim, a palavra se designa um complexo sistema de indicadores de medição da liberdade humana em termos específicos. Nesse sentido, para o PNUD (1990), podem-se deduzir níveis diferentes de desenvolvimento que os indivíduos e, por extensão, os países podem alcançar. Em consequência, de acordo com essa perspectiva, os Estados devem-se alinhar às escalas estabelecidas por esse órgão internacional. Isto é, o desenvolvimento se expressa como imperativo universal. Por

¹¹ O que se precisa é uma considerável quantidade de trabalho empírico para quantificar os diferentes indicadores de liberdade humana e para explorar adicionalmente o vínculo entre liberdade e desenvolvimento humano. (PNUD, 1990, p.45, tradução nossa)

isso, no capítulo seguinte, abordar-se-á como as palavras desta análise, *progresso* e *desenvolvimento*, fazem parte dos projetos de país dos Estados de Peru e Brasil dentro do marco das instituições internacionais que, precisamente, traçam estes imperativos.

3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO COMO “PROJETOS DE PAÍS”

3.1 O PROGRESSO E O DESENVOLVIMENTO NAS CONSTITUIÇÕES DE BRASIL E PERU

No quadro de uma universalização do progresso e desenvolvimento como conjuntos de variáveis sujeitas às medições, é compreensível que esses conceitos sejam parte das constituições dos países adscritos aos compromissos internacionais dos quais surge tal visão. Assim, as palavras *progresso* e *desenvolvimento* são, em maior ou menor medida, incluídas nas constituições atuais como uma meta ou objetivo que os Estados devem alcançar. Essa relação é mais evidente no caso do desenvolvimento, pois este Estado é considerado como um objetivo traçado desde o preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil (1988).

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil. (BRASIL, 1988).

Como se pode notar, o Estado brasileiro, segundo sua Constituição, existe para assegurar que os cidadãos deste país alcancem um conjunto de metas orientadas a uma sociedade mais harmônica, mais justa. Entre elas, destaca o desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento, igual a outras condições favoráveis, permite a existência de uma sociedade melhor. Assume-se, portanto, como uma situação que beneficia os brasileiros, associada à igualdade, liberdade, justiça, segurança e ao bem-estar. O desenvolvimento é, definitivamente, um dos valores supremos do Estado brasileiro.

No caso do Peru, a situação não é muito diferente. No preâmbulo da *Constitución Política del Perú*, promulgada em 1993, não aparece a palavra *desenvolvimento* (o seu equivalente em espanhol é a palavra *desarrollo*), de maneira explícita, mas sim se expressa nos primeiros artigos dessa declaração. Assim, no artigo 1º, afirma-se que o fim supremo da sociedade e do Estado é “la defensa de la

persona humana y el respeto de su dignidade” (PERU, 1993)¹². Imediatamente depois, no artigo 2º, se decreta que toda pessoa humana tem direito a um conjunto de liberdades que expressam esse respeito à dignidade do cidadão peruano.

Toda persona tiene derecho:

1. A la vida, a su identidad, a su integridad moral, psíquica y física y a su libre desarrollo y bienestar. El concebido es sujeto de derecho en todo cuanto le favorece. (PERU, 1993).¹³

A partir desse fragmento, pode-se identificar que o *desenvolvimento* se encontra associado à noção de bem-estar. No caso do artigo 2º da constituição do Peru, este *livre desenvolvimento* é entendido como um direito individual fundamental. Ou seja, é uma capacidade do individuo garantir seu próprio bem. Mobiliza, portanto, o sentido de *desenvolvimento*, segundo a visão de Amartya Sen (2009), isto é, como um processo de expansão das capacidades individuais de se sentir e atuar de forma livre em sociedade.

Nesse sentido, as concepções de *desenvolvimento*, expressadas na primeira página das constituições do Peru e Brasil, são similares quanto ao modo como são vistas, enquanto metas dos países. No entanto, não são as mesmas, pois o desenvolvimento é proposto na constituição brasileira como um princípio fundamental de uma sociedade harmônica, mas na constituição peruana é entendido como uma capacidade individual de obter mais liberdade. O interessante é que, em ambos os casos, esse conceito se encontra ligado à ideia de bem-estar. Isto é, a palavra *desenvolvimento*, ou sua tradução do espanhol *desarrollo*, são valorizados como um efeito positivo do Estado sobre o individuo, seja em sociedade seja enquanto sujeito.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), a palavra *desenvolvimento* é mencionada mais de 60 vezes. Entre elas, podemos ver certos sentidos que a palavra mobiliza. Em princípio, se retoma a visão de *meta nacional* que pressupõe o desenvolvimento para o Estado, como se observa no artigo 3º, onde se expressa que um objetivo fundamental da República é “garantir o desenvolvimento nacional” (BRASIL, 1988). Em outras palavras, apresenta-se como

¹² [...] defesa da pessoa humana e o respeito de sua dignidade. (PERU, 1993, tradução nossa).

¹³ Toda pessoa tem direito: 1. À vida, à sua identidade, à sua integridade moral, psíquica e física e ao seu livre desenvolvimento e bem-estar. O concebido é sujeito de direito em tudo quanto lhe favorece. (PERU, 1993, tradução nossa)

missão necessária, específica, mensurável do *avanço* do Brasil, orientada ao bem-estar dos cidadãos.

Outro dos sentidos da palavra *desenvolvimento* no documento é o que mobiliza sentidos relacionados através de sinonímia, como “crescimento”, “avanço”, “sucesso”, vinculados ao âmbito tecnológico ou econômico. Assim, no artigo 5º, que abrange o tema dos direitos individuais e sociais do homem, o conceito de *desenvolvimento* se particulariza em avanços específicos. Por exemplo, no inciso XXVI, associa-se esse objetivo com a produtividade da propriedade rural e, no inciso XXIX, com o investimento em tecnologia. Ou seja, prioriza-se a ideia de *desenvolvimento* econômico da maneira como era proposto na teoria de modernização.

XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento. (BRASIL, 1988)

No fragmento citado, entende-se que o desenvolvimento, para a propriedade rural, é visto como uma liquidez econômica, que é facilitada pelas concessões tributárias que o Estado pode proporcionar ao cidadão do Brasil rural. Nesse sentido, o desenvolvimento é considerado como um indicador basicamente econômico, mobilizando sentidos, como “ganância”, “crescimento” ou, mais precisamente, autonomia financeira. Em outras palavras, o desenvolvimento é o resultado das facilidades que outorga o Estado para que os brasileiros do campo possam financiar suas atividades livremente. Assim, o desenvolvimento é equivalente à *independência econômica*.

Em outro inciso do mesmo artigo, aparece, na Constituição, a palavra *desenvolvimento* relacionada a um acréscimo da produção tecnológica e econômica do Brasil. Assim, expressa que é trabalho do Estado proteger a propriedade intelectual e industrial, “tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País” (BRASIL, 1989). A partir disso, pode-se entender que a noção de *desenvolvimento* mobiliza, ainda, sentidos, como “crescimento”, “renda”, “progresso [no sentido da economia]” e, portanto, “capitalismo” ou “liberalismo”. Isso se pode inferir da ideia de que o desenvolvimento é consequência do respeito à propriedade privada como expressão de liberdade.

Finalmente, outro sentido de *desenvolvimento* que se pode interpretar no texto da Constituição do Brasil é enquanto resultado das políticas de subsídio, através das quais se destinam recursos do erário para o financiamento de programas de desenvolvimento regional e local. Em outras palavras, o desenvolvimento se associa ao paradigma de modernização analisado nas páginas anteriores. *Desenvolvimento* mobiliza sentidos, como “infraestrutura”, “produtividade” e “crescimento”. Em síntese, o conceito, na Constituição, é entendido fundamentalmente como parte do âmbito econômico, conforme é possível observar no artigo 9º:

Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. (BRASIL, 1988)

Essa concepção do *desenvolvimento*, expressada na constituição do Brasil, é similar a que se deduz da sua homóloga no Peru. Mobiliza noções, como “avanço”, “crescimento”, “progresso”, mas não desde um enfoque nacional. A visão do desenvolvimento na Constituição Política do Peru está mais focada no bem-estar do homem entendido como indivíduo, e não como parte de uma coletividade ou nação. Pode-se evidenciar o que consta no artigo 2º desse documento, onde se definem os direitos fundamentais da pessoa humana no Peru, como, por exemplo, “a la paz, a la tranquilidad, al disfrute del tiempo libre y al descanso, así como a gozar de un ambiente equilibrado y adecuado al desarrollo de su vida”¹⁴ (PERU, 1993).

Como se pode notar, a palavra *desenvolvimento* é entendida no fragmento como a “realização” da vontade humana. Ou seja, se assemelha ao conceito filosófico de *progresso*, assumido como “liberdade” do homem. Nesse sentido, o Estado peruano tem a obrigação, segundo o documento, de garantir a possibilidade de que o cidadão peruano tenha a capacidade, por meio do uso de seu tempo livre, de se sentir bem. Em outras palavras, o desenvolvimento, compreendido dessa maneira, é um equivalente do “bem-estar individual”.

¹⁴ À paz, à tranquilidade, ao disfrute do tempo livre e ao descanso, assim como ao gozo de um ambiente equilibrado e adequado ao desenvolvimento de sua vida. (PERU, 1993, tradução nossa)

Em outro artigo da Constituição peruana, é deduzível um sentido da palavra *desenvolvimento* mais próximo ao conceito de *progreso*, segundo a perspectiva de Bury (1971). Em outras palavras, é associado à ideia de avanço em direção a uma situação melhor que a precedente. Esse sentido também é evidenciado no artigo 2º, referente aos direitos da pessoa, mas no contexto da cultura peruana. Assim, quando se fala da cultura, o desenvolvimento já não é liberdade humana, e sim *progreso social*.

[Toda persona tiene derecho] a la libertad de creación intelectual, artística, técnica y científica, así como a la propiedad sobre dichas creaciones y a su producto. El Estado propicia el acceso a la cultura y fomenta su desarrollo y difusión. (PERU, 1993)¹⁵

Como se pode observar, é verdade que o desenvolvimento é visto na Constituição do Peru como um processo que conduz a um estado melhor de vida. No entanto, isso não exclui o fato de que o estado de melhoria cultural é mostrado como uma consequência do respeito ao direito à propriedade. A promoção de um princípio fundamental do capitalismo é uma das facilidades que oferece o Estado para garantir o desenvolvimento. Assim, essa visão é similar à proposta na Constituição do Brasil, pois se estabelece uma relação de causa-efeito entre o modelo liberal e o desenvolvimento de alguns setores da população.

No entanto, embora seja verdade que, enquanto ao âmbito da cultura, o desenvolvimento é entendido como um objetivo do Estado para a nação em conjunto, no caso do tema educativo, esse conceito volta a se limitar ao campo do homem individual. Assim, a Constituição do Peru sinaliza como finalidade da educação o desenvolvimento do aluno. A possibilidade de estudar e de escolher livremente a escola onde ser educado é considerada, no documento, conforme aponta o artigo 13º, a base do desenvolvimento do indivíduo por meio da educação.

La educación tiene como finalidad el desarrollo integral de la persona humana. El Estado reconoce y garantiza la libertad de enseñanza. Los padres de familia tienen el deber de educar a sus hijos y el derecho de escoger los centros de educación y de participar en el proceso educativo. (PERU, 1993).¹⁶

¹⁵ [Toda pessoa tem direito] à liberdade de criação intelectual, artística, técnica e científica, assim como à propriedade sobre aquelas criações e a seu produto. O Estado propicia o acesso à cultura e fomenta seu desenvolvimento e difusão. (PERU, 1993, tradução nossa).

¹⁶ A educação tem como finalidade o desenvolvimento integral da pessoa humana. O Estado reconhece e garante a liberdade do ensino. Os pais de família tem o dever de educar os seus filhos e

Do fragmento, pode-se depreender que o *desenvolvimento* no Peru e no Brasil mobilizam noções similares. No entanto, no caso da Constituição do Brasil, é visto como um objetivo de toda a nação e, no caso peruano, é concebido, geralmente, como uma conquista individual, embora ambos os conceitos possam-se vincular a sentidos, como liberdade ou respeito à propriedade, que os remetem à proposta econômica capitalista de *progresso* ou à perspectiva de *desenvolvimento* predominante na teoria da modernização. Nesse sentido, em ambas as visões de país, o desenvolvimento é um objetivo que é almejado e que também pode ser medido estatisticamente.

Por outra parte, no caso de *progresso*, sua presença é menos massiva nas duas constituições referidas. No caso do Brasil, essa palavra só aparece duas vezes no documento oficial. Nelas, pode-se observar a condição de bem-estar que as nações alcançam como consequência da cooperação internacional. A palavra *progresso* é enunciada na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) como mobilização dos sentidos da palavra *desenvolvimento*, dentro da linha proposta por Amartya Sen (2009). Os dois conceitos estão estreitamente ligados na Constituição, como se aprecia no artigo 4º.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade [...] (BRASIL, 1988).

Do fragmento, depreende-se que o conceito de *progresso* se associa aos sentidos de “cooperação” e “integração”, próprios das perspectivas econômica e filosófica. Também, entende-se como uma palavra que mobiliza as noções de *desenvolvimento* como variável sujeita a medições estatísticas. Como se pode notar, o *progresso* é determinado pela noção de “cooperação entre os povos”. Consideremos a preposição “para”, estabelecendo uma relação de “proposta-finalidade” ou de “meio-fim” entre a “cooperação” e o *progresso*.

Uma associação similar se pode fazer no artigo 218º, segunda aparição da palavra *progresso* na Constituição do Brasil. Nesse caso, dita palavra se circunscreve ao contexto econômico e tecnológico. É concebida como um estado

o direito de escolher os centros de educação e de participar no processo educativo. (PERU, 1993, tradução nossa).

particular de “crescimento” da ciência e tecnologia, como consequência do plano dos investimentos públicos e promoção das pesquisas por parte do Estado.

A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação. A pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional. (BRASIL, 1988)

Dessa forma, é interessante observar como os sentidos de *progresso* e *desenvolvimento*, mobilizados no fragmento acima, confluem e significam estados de “melhora” da ciência e tecnologia. Pode-se afirmar que o progresso se propõe como um efeito da promoção da tecnologia por parte do Estado. E o desenvolvimento é a consequência da solução dos problemas do país que esse progresso permite. No referido artigo, essas palavras significam uma relação de causa-efeito entre o investimento em tecnologia, o progresso e, como objetivo final, o desenvolvimento.

No caso do Peru, por outro lado, a palavra *progresso* só aparece uma vez no texto da Constitución Política del Peru (1993). É mencionado no âmbito do trabalho. Em tal sentido, estabelece-se que o Estado tem obrigação de promover o progresso através do trabalho das pessoas. A ação pública se apresenta como a facilitadora do trabalho e, por meio dele, o progresso social e econômico. A partir disso, pode-se entender o conceito de *progresso* como um estado de bem-estar circunscrito ao entorno econômico e trabalhista, conforme está evidenciado no artigo 23º da Constituição.

El trabajo, en sus diversas modalidades, es objeto de atención prioritaria del Estado, el cual protege especialmente a la madre, al menor de edad y al impedido que trabajan. El Estado promueve condiciones para el progreso social y económico, en especial mediante políticas de fomento del empleo productivo y de educación para el trabajo. (PERU, 1993).¹⁷

Nesse fragmento da constituição peruana, progresso é tomado como uma variável fundamentalmente econômica e social. Em outras palavras, esse conceito mobiliza as noções de *progresso* segundo a perspectiva econômica, como “aumento”, “crescimento”, “sucesso”. Mas, não é uma visão que pressupõe a

¹⁷ O trabalho, em suas diversas modalidades, é objeto de atenção prioritária do Estado, o qual protege especialmente a mãe, o menor de idade e o impedido de trabalhar. O Estado promove condições para o progresso social e econômico, em especial mediante políticas de fomento do emprego produtivo e de educação para o trabalho. (PERU, 1993, tradução nossa).

autonomia do homem. É uma consequência do papel do Estado na economia, por meio da promoção do emprego. A mediação do Estado, portanto, é a promotora desse sentido de *progreso*.

Finalmente, pode-se afirmar que, nos dois casos, existem semelhanças evidentes nas visões de *progreso* e *desenvolvimento*, de acordo com suas constituições. Desenvolvimento é objetivo nacional, fim supremo do Estado, orientado ao bem-estar, seja do indivíduo, seja da coletividade. Progreso, por sua parte, é um conceito mais particular. É o efeito da ação pública na economia e na tecnologia. É um passo prévio ao desenvolvimento. Mas também, em alguns casos, equivalente ao próprio desenvolvimento.

3.2 OS ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS: SENTIDOS EM MOVIMENTO

Prova da importância que o progresso e o desenvolvimento têm para os dois países é a existência de ministérios focalizados na sua promoção. No caso do Peru, em 10 de outubro de 2011 promulgou-se a Lei N°29792 que cria o Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social. Segundo as disposições gerais dessa norma jurídica, a referida instituição surgiu como um organismo do Poder Executivo orientado para o desenvolvimento de políticas em favor das populações em estado de vulnerabilidade social, tal como se estabelece no artigo 4° da lei.

El Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social es entidad competente en las materias siguientes:

- a. Desarrollo social, superación de la pobreza y promoción de la inclusión y equidad social.
- b. Protección social de poblaciones en situación de riesgo, vulnerabilidad y abandono [...] (PERU, 2011).¹⁸

A partir do que recortamos nesse fragmento, o sentido do *desenvolvimento* que se projeta na declaração de fundação do ministério é relativo à saída da pobreza e à conquista da equidade social. Nessa linha, as populações em estado de vulnerabilidade ou exclusão devem ser incluídas nas políticas desse organismo, pois sua incorporação poderia facilitar o acesso ao desenvolvimento. Em outras palavras,

¹⁸ O Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social é entidade competente nas matérias seguintes:

- a. Desenvolvimento social, superação da pobreza e promoção da inclusão e equidade social.
- b. Proteção Social de populações em situação de risco, vulnerabilidade e abandono (PERU, 2011, tradução nossa).

o *desenvolvimento*, no objetivo do ministério, está determinado pela sua relação semântica com inclusão e equidade.

Do mesmo modo, delimita a finalidade e os valores dessa instituição. De acordo com o artigo 5º, a finalidade do Ministério é “mejorar la calidad de vida de la población”¹⁹ (PERU, 2011). Essa meta expressa, de acordo com o que diz o artigo, a facilitação do exercício de direitos das pessoas, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento de capacidades. Portanto, pode-se estabelecer uma associação de causa-efeito entre a noção de *desenvolvimento*, segundo o ministério, e a ideia de qualidade de vida. O *desenvolvimento*, de acordo com esse organismo peruano, é um componente da qualidade de vida.

Segundo o artigo 6º da lei, as funções do Ministério de Desenvolvimento e Inclusão Social (Peru) são, principalmente, formular, planejar, dirigir, coordenar, executar e avaliar as políticas orientadas à redução da pobreza, as desigualdades naquelas brechas em que as políticas gerais não podem solucionar. Também, cumpre a função de ditar normas para a aplicação dessas políticas. É, portanto, segundo o artigo 6º, o “organismo rector de las políticas nacionales de desarrollo social”²⁰ (PERU, 2011).

Dessa maneira, depreende-se, em consequência, que, para dito ministério e para o governo que decidiu sua criação, o desenvolvimento é visto como uma meta que pode se alcançar com a mediação do Estado. É necessário, portanto, que exista um organismo cuja função seja desenvolver políticas em favor desse fim e que coordene com outros organismos as políticas que se orientam também para esse fim. Nessa direção, os sentidos de *desenvolvimento* significam “bem-estar”, “qualidade de vida”, “equidade”, “igualdade de oportunidades”. Em outras palavras, associam-se à proposta de desenvolvimento mencionada por Amartya Sen (2009). O desenvolvimento para as instituições governamentais peruanas é similar ao que propõem os órgãos internacionais.

No caso do Brasil, é relativamente mais antiga a existência do ministério. A entidade autônoma que se encarregue da promoção do desenvolvimento é oficializada em 2004. Em 23 de janeiro desse mesmo ano, a Medida Provisória N°163, em seu artigo 1º, modifica a Lei N° 10683 de 2003 e inclui na relação de

¹⁹ “melhorar a qualidade de vida da população” (PERU, 2011, tradução nossa).

²⁰ “organismo que rege as políticas nacionais de desenvolvimento social” (PERU, 2011, tradução nossa).

ministérios o “Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome” (BRASIL, 2004b). Com essa mudança, por decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, é criado esse organismo, que assume as funções do antigo Ministério de Assistência Social (BRASIL, 2004b). Em outras palavras, estabelece-se uma associação entre as políticas sociais e o conceito de *desenvolvimento social*.

A referida lei é ratificada, meses depois, com a Lei N°10869, que estabelece, como força de lei, as mudanças apontadas na Medida Provisória N°163 e define as funções específicas do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, entre outros organismos. Assim, normatiza-se que esse órgão é o encarregado das políticas e programas nacionais que compreendem o desenvolvimento dentro do conceito assumido pelo governo dos anos da promulgação da Lei. Também, sinaliza a função de administrar os recursos específicos do Estado para os programas sociais, como se expressa no artigo 1° de dita lei.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome:

- a) política nacional de desenvolvimento social;
- b) política nacional de segurança alimentar e nutricional;
- c) política nacional de assistência social;
- d) política nacional de renda de cidadania [...] (BRASIL, 2004a).

No fragmento acima, a palavra *desenvolvimento* significa numa relação com segurança alimentar, assistência social e ganhos individuais. Ou seja, dentro da lógica do governo brasileiro, no período dessa publicação da norma, encontram-se implícitas, no sentido da palavra *desenvolvimento*, as noções de “nutrição”, “programa social” e “subsídio”. Também, nesse caso, da mesma forma que no Peru, se compreende que o desenvolvimento exige a mediação do Estado. Em outras palavras, de maneira similar à proposta de Sen (2009), o desenvolvimento é entendido como uma expansão das capacidades do homem, mas, no caso dos governos tanto peruano como brasileiro, essa situação é promovida pelas medidas do Estado.

Evidentemente, partindo desta ideia de *desenvolvimento* associada à nutrição, renda e segurança social, as decisões de outros ministérios e órgãos públicos poderiam propiciar esse bem-estar. No entanto, a lei N° 10869 sinaliza que a articulação dos programas de desenvolvimento que realizam outras entidades estatais, nas distintas regiões do Brasil, é função do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As iniciativas sociais, desse modo, são tomadas em

distintos níveis do Estado, mas devem ser implementadas de forma coordenada e sob a supervisão desse ministério, segundo a lei.

- e) articulação com os governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e a sociedade civil no estabelecimento de diretrizes para as políticas nacionais de desenvolvimento social, de segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- f) articulação entre as políticas e programas dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais e as ações da sociedade civil ligadas ao desenvolvimento social, à produção alimentar, alimentação e nutrição, à renda de cidadania e à assistência social;
- g) orientação, acompanhamento, avaliação e supervisão de planos, programas e projetos relativos às áreas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- h) normatização, orientação, supervisão e avaliação da execução das políticas de desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, de renda de cidadania e de assistência social;
- i) gestão do Fundo Nacional de Assistência Social;
- j) coordenação, supervisão, controle e avaliação da operacionalização de programas de transferência de renda [...] (BRASIL, 2004a).

Dessas funções, podemos inferir que o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome é o órgão regulador das políticas de desenvolvimento no Brasil²¹. Nessa lógica, para conhecer como se mobilizam os sentidos de *desenvolvimento* e *progresso* nos governos de Peru e Brasil, não é suficiente apenas explorar as constituições dos dois países. É necessário refletir sobre os órgãos executores do desenvolvimento nesses Estados para poder compreender o que entendem os dois governos em particular. Para o caso desta pesquisa, considera-se importante observar como as realizações desses órgãos executores evidenciam seu trabalho em favor do desenvolvimento. Como se constituem os sentidos de *desenvolvimento* e *progresso* nas notícias dessas instituições, tomando essas notícias como textualidades do discurso oficial.

²¹ No momento da redação desta dissertação, o órgão reitor do desenvolvimento no governo brasileiro era o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Depois dos câmbios acontecidos em maio deste ano, publicou-se a Medida Provisória N°726 de 2016, que fusionou dito ministério com o Ministério de Desenvolvimento Agrário e criou o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. No momento da apresentação desta pesquisa, portanto, o órgão estudado já tinha sido substituído.

3.3 AS NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS NA INTERNET COMO EXPRESSÃO DOS ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS

Tentar compreender como se mobilizam os sentidos de *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias dos ministérios de Peru e Brasil é partir do pressuposto de que esses textos expressam a visão de ditos órgãos de governo. A notícia, nesse caso materializada no texto, apresenta o significado que tais palavras assumem para os discursos institucionais.

Em relação à definição de *notícia*, tomamos a proposta de Alsina (2009), baseada na teoria sociológica da construção social da realidade. A notícia institucional, no caso do nosso trabalho, é aquela publicada na internet e que tem como consequência propor nos seus textos uma posição enunciativa das entidades governamentais. E sobre esses textos analisamos os sentidos das palavras que são objetos desta pesquisa.

Assim, tomando como referência esse autor, entende-se a notícia como a construção social de um acontecimento. É necessário esclarecer que não estamos tomando aqui notícia como definição do acontecimento desde a teoria que desenvolveremos nos seguintes capítulos. O acontecimento para o autor é “tudo o que no está registrado nas regularidades estatísticas” (ALSINA, 2009, p.44). Isto é, o fora do comum, o evento que rompe com o estabelecido, o fato desestruturante. O acontecimento, nesse sentido particular do autor, modifica e reinterpreta a estrutura, o sistema. Assim, um acontecimento somente é compreensível se se considera que ele faz sempre referência a um sistema e parte do sentido que este sistema confere a ele. É, com certeza, um efeito da estrutura.

No entanto, a notícia, segundo Alsina (2009), não é igual ao acontecimento. Se este se encontra associado às interpretações intersubjetivas do sistema, a notícia é o que permite a construção do sistema. A notícia, nesse sentido, é um princípio gerador, um processo de construção da ordem, da realidade. Como produto, de acordo com o autor, a notícia constrói as significações que, intersubjetivamente, as pessoas elaboram da realidade. É o resultado de um complexo processo de produção, circulação e consumo que aproxima as pessoas à ideia comum de realidade. É, dessa forma, o efeito de uma atividade especializada, institucionalizada e socialmente legitimada: o jornalismo.

Os jornalistas têm a incumbência de recopilar os acontecimentos e os temas importantes e dar-lhes sentido. Este contrato baseia-se em atitudes epistêmicas coletivas, que foram se compondo através da implantação do uso social da mídia como transmissores da realidade social de importância pública. A própria mídia é a primeira que realiza uma prática contínua de autolegitimação para reforçar esse papel. (ALSINA, 2009, p.47).

Dentro da lógica do autor, como se evidencia no fragmento acima, a profissão se autolegitima como transmissora de realidade social, mas não como construtora dela. Segundo o autor, dificilmente os jornalistas reconheceriam que eles participam da construção social de realidade. Mas, se se considera a notícia como produto, resultado de um processo complexo de produção, circulação e consumo, é compreensível supor que o jornalismo, junto às sociedades, toma parte nesta institucionalização dos sentidos. O autor chega à conclusão de que essa participação se produz nas notícias que oferecem as representações sociais que permitem a construção da realidade. Precisamente, essa é a definição geral de notícia que propõe: “[...] a notícia é uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p.299).

Dessa definição, conclui-se que, enquanto representação social, a notícia é um instrumento por meio do qual o indivíduo se apropria de seu entorno. Como mundo possível, é, segundo o autor, uma realidade que o jornalista constrói a partir de seu mundo “real” (acontecimentos no sentido do autor) e seu mundo “de referência” (estrutura, ordem dos acontecimentos). Portanto, a notícia é uma elaboração mental do real. Finalmente, de acordo com a definição de Alsina (2009), a notícia é também uma produção institucionalizada, ou seja, um resultado de uma organização complexa, especializada, profissional. É, em síntese, um produto comunicativo construído, e não um reflexo do real.

No entanto, como já se indicou, parte da legitimação da profissão jornalística se funda em que sua função não é construir, mas sim transmitir a realidade. Nesse sentido, de acordo com Lage (1999), esta operação de *referência* pressupõe “falar de algo no mundo”, isto é, externo ao emissor e ao receptor (LAGE, 1999, p.39). É por isso que, na lógica dessa atividade, se tem como obrigatoriedade a apuração das notícias, o uso da terceira pessoa verbal, a verificação de dados, a supressão de adjetivos, entre outras normas. Dessa forma, é possível, segundo Lage (1999), o

efeito de realidade (LAGE, 1999, p.42). Para retomar Alsina (2009), é a criação de uma aparência pela qual o que é uma construção se assume como acontecimento.

Nessa lógica, é necessário compreender, de acordo com Lage (1999), que essa aparência é motivada por questões de ideologia que se expressam na linguagem jornalística, “porque não se faz jornalismo fora da sociedade e do tempo histórico” (LAGE, 1999, p.42). Assim, por exemplo, o autor sinaliza que, de acordo com o sistema de comunicação de massa norte-americana, escrever *mundo livre* pressupõe que o mundo oposto aos Estados Unidos é *escravizado*. Por sua vez, as noções de Oriente e Ocidente são fixadas por meio da linguagem jornalística, tomando como ponto de partida a Europa. Além disso, o que é mais evidente para Lage (1999) é que a oposição entre os aliados aos Estados Unidos e seus opositores é nomeada como confronto entre *moderados* e *radicais*.

A partir da proposta de Lage (1999), pode-se entender que as construções da realidade estão condicionadas pelas relações de poder existentes no mundo contemporâneo. Essas formas de poder, segundo o autor, permitem a constituição do cenário em que se produzem as reflexões sociais e o debate político. Nesse sentido, o poder, dentro das ideias de Lage (1999), estabelece conceitos, através de suas instituições, que traçam os eixos e definem as linhas em torno das quais se constrói o mundo que o jornalismo legitima como realidade.

O poder gera conceitos, em torno dos quais se dispõe o diálogo social. Sejam as *metas* do presidente Juscelino Kubitschek, as *reformas de base* de João Goulart, a *luta contra a corrupção e a subversão* de Castelo Branco, o *milagre brasileiro* de Emilio Médici, a *redemocratização* de Ernesto Geisel, a *abertura* de João Figueiredo ou a *nova República* de Tancredo Neves – criações de relações públicas vêm definindo o eixo dos debates políticos travados em épocas distintas. A consciência do fenômeno permite situar na discussão questões concretas, conformando os mecanismos de controle. (LAGE, 1999, p. 44, grifo do autor).

Nesse sentido, através da construção das notícias e o emprego da linguagem jornalística, segundo Lage (1999), o poder político estabelece os termos e os tópicos que vão organizar a discussão pública. Em consequência, a notícia proporcionada pelo poder político se coloca como o instrumento por meio do qual alguns conceitos pré-definidos são postos no cenário público e são retomados sempre nos debates e discussões de um contexto histórico determinado. Esses conceitos podem ser, como no caso desta pesquisa, o *progresso* e o *desenvolvimento*. E se, de acordo com Alsina (2009), lembramos que a notícia é resultado de um processo complexo de

produção institucional, é compreensível que ela possa refletir as expressões da organização que a produz. No caso deste estudo, seriam os ministérios envolvidos com o desenvolvimento social.

A partir de então, pode-se afirmar que toda notícia é institucional. No entanto, para efeitos da presente investigação, essa postura pode-se complementar com uma espécie particular de notícia que, de acordo com Monteiro (2003, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012) se constitui na expressão explícita de uma organização seja pública ou privada, isto é, sua imagem pública. Esse texto jornalístico é identificado pelo autor como notícia institucional. De acordo com a autora, esse gênero informativo não é um espelho da realidade, mas um “processo de intercâmbio social e de uma série de negociações, o que empresta a ela [a notícia] um papel sociopolítico nas sociedades contemporâneas” (MONTEIRO, 2003, p. 142, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2003, p.237).

É assim que, segundo Monteiro (2003, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012), a produção de notícias institucionais permite a possibilidade de que as organizações tenham participação no espaço público. Assim, essa forma particular de texto jornalístico representa o que a instituição explicitamente expressa sob a forma de notícias, sua visão dos fatos acontecidos.

Nesse sentido, a notícia institucional tem como principal objetivo o posicionamento da imagem pública de uma organização, podendo utilizar todos os meios disponíveis para esse fim. Entre eles, devido a seu baixo custo e alta possibilidade de alcance, nos últimos anos, as instituições comumente vêm empregando os meios digitais para esse trabalho. Essa tendência, de acordo com Barbosa (2002), requer que os jornalistas tenham de se adaptar a novas práticas e adequar seus conteúdos às novas plataformas. Tal fenômeno, naturalmente, segundo a autora, implicou mudanças nas rotinas próprias da atividade do jornalista, a fim de não perder a legitimidade apontada acima. Aparece então, segundo Barbosa (2002), a ideia de uma notícia na internet.

A Internet reflete a diversidade da humanidade e seu funcionamento descentralizado permite usos e apropriações variadas – a circulação de diversas vozes. No que concerne ao jornalismo online [...] as experiências e modelos geraram uma diferenciação de formatos que contemplam a distribuição de conteúdos variados, a depender do perfil da publicação. Assim, temos, além das edições online dos jornais comerciais, diários e similares impressos, os grandes portais, agregando informação jornalística abrangente, serviços e entretenimento, e os portais locais ou regionais –

sites com atuação focada em um determinado estado ou uma cidade, que se concentram na oferta de conteúdo local e serviços específicos. (BARBOSA, 2002, p.2).

Produz-se, então, segundo o fragmento, um encontro entre os meios tradicionais e os novos espaços digitais. A respeito disso, segundo Jenkins (2008), esse contato não implica uma retirada dos meios mais antigos. O que muda são as tecnologias, não os meios. Isso se explica, de acordo com esse autor, pois os meios são os “protocolos ou práticas sociais e culturais associadas a uma tecnologia” (JENKINS, 2008, p.41). Nessa lógica, a existência de espaços digitais, embora implique algumas mudanças de rotinas ou estilos de fazer jornalismo, no fundo, representam os mesmos objetivos na publicação de uma notícia. A tecnologia cria novas formas, mas não se distancia das práticas tradicionais. Pode-se dizer, de acordo com Jenkins (2008), que a tecnologia e as práticas tradicionais se inserem em um processo de *convergência*²².

Para ser mais preciso, este processo de diálogo ou integração entre distintos meios de comunicação e entre as práticas sociais ligadas a eles continua expandindo-se. Apareceram novas formas de acessar a informação e de empregá-la na vida cotidiana. No entanto, segundo Barbosa (2002) e Jenkins (2008), as finalidades das instituições que administram meios de comunicação não mudaram muito. Nesse caso particular, o objetivo das notícias institucionais que os ministérios de desenvolvimento social no Peru e no Brasil publicam, através de seus escritórios de imprensa, continua sendo igual. Procuram dar promoção a suas ideias de *progresso* e *desenvolvimento* e destacar seus avanços nesses aspectos.

Nesse sentido, com base nos textos discutidos, pode-se afirmar que os órgãos governamentais têm a capacidade de empregar os meios informáticos para divulgar suas visões próprias, na forma de notícias institucionais. E se, como se demonstrou nas páginas anteriores, esses órgãos são os executores do desenvolvimento social, sua visão considera como o *enfoque do país* os conceitos de *desenvolvimento* e *progresso*. Assim, essas instituições utilizariam suas

²² Para Jenkins (2008), não é certo que os novos meios desloquem os anteriores. Ocorre o contrário, as tecnologias mudam, mas as práticas associadas a elas se mesclam, evoluem, se ampliam. Mas, não mudam sua essência. A esse fenômeno, o autor chama convergência. Nas palavras de Jenkins (2008), “por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando” (JENKINS, 2008, p.29).

plataformas informáticas digitais para comunicar aos cidadãos, isto é, ao público de toda a nação, os resultados dos programas de desenvolvimento desenhados por elas e os resultados conseguidos como produto de sua aplicação. Em consequência, se quisermos compreender os sentidos de *desenvolvimento* e *progresso* mobilizados nessas notícias institucionais dos governos peruano e brasileiro, faremos uma análise do funcionamento semântico dessas palavras nos textos em que estas aparecem. Portanto é necessário enquadrar-nos na proposta teórica da Semântica do Acontecimento (GUIMARÃES, 2005).

4 ENUNCIÇÃO E ACONTECIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS

Esta pesquisa tem como perspectiva teórica a Linguística da Enunciação. Particularmente, se encaixa nos estudos de Eduardo Guimarães (2005) na Semântica do Acontecimento. Para compreender a proposta desse autor, previamente realizaremos um breve percurso nas propostas de linguistas que definiram enunciação e trataram a questão do sentido no acontecimento da enunciação. Concretamente, faremos uma revisão das propostas de Benveniste e Ducrot, pois Guimarães (2005) propõe a Semântica do Acontecimento a partir desses autores. Ainda que os dois tenham como base o modelo estruturalista de Saussure, as perspectivas são diferentes no tratamento da enunciação e o sentido. Do mesmo modo, os dois autores são complementares para a proposta final de Guimarães.

Para Benveniste (1976), a enunciação ocorre quando o locutor coloca a língua em funcionamento. “A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação” (BENVENISTE, 1976, p.82). Neste ato, segundo o autor, é que os enunciados são produzidos, existindo uma inter-relação entre enunciação e locutor, pois não se pode considerar um sem o outro.

Compreenderemos também que Ducrot (2001), por sua parte, discute a proposta de Benveniste, pois concebe a enunciação como ato de linguagem exercido por aquele que fala no momento em que fala, isto é, a enunciação é um acontecimento, um fato que situa o enunciado em um tempo e um espaço. Entende-se, então, que o sentido será a ação que o sujeito realiza com o enunciado em um tempo e um espaço. Segundo Ducrot (2001), o enunciado não se realizaria só com um locutor, senão que as posições de interlocutores são definidas na enunciação.

Levando em conta esta perspectiva, como veremos mais adiante, Guimarães (2005) traz os estudos de Benveniste e Ducrot e propõe uma teoria na qual inclui uma relação de historicidade no conceito de enunciação, atribuindo-lhe um caráter social. Desta maneira, o enunciado é considerado como uma unidade discursiva. Neste sentido, toda prática social reúne marcas internas ao enunciado. Este, por sua vez, implica na sua definição a relação entre a palavra e o sujeito, e mais especificamente, com posições do sujeito. A partir disso, o sentido de todo

enunciado é considerado como um complexo conjunto de formações imaginárias do sujeito, de seu interlocutor e do assunto desenvolvido na relação dialógica.

Com este percurso não se pretende realizar uma história das teorias da enunciação surgidas na França. O objetivo desta recopilação é estabelecer um caminho de leitura daquelas teorias que tiveram influência na Semântica do Acontecimento de Guimarães (2005), a fim de delimitar o quadro de referência que sustentará a análise enunciativa que realizaremos sobre o sentido de *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias institucionais que correspondem ao nosso corpus. Não só nos centraremos no estudo da enunciação em Guimarães, mas também em uma linha que parte do percurso estipulado décadas atrás por Benveniste e Ducrot nas pesquisas francesas.

4.1 A ENUNCIÇÃO EM BENVENISTE: O HOMEM NA LÍNGUA

Segundo Flores e Teixeira (2005), antes de realizar uma análise sobre os estudos da enunciação, é preciso estabelecer uma distinção entre os conceitos de teorias da enunciação e linguística da enunciação. A primeira, de acordo com os autores, parte do reconhecimento da existência de diversas teorias que a estudam desde enfoques distintos. A segunda, a linguística da enunciação, se caracteriza por apresentar traços comuns em todas estas perspectivas.

Em suma, falamos em teorias da enunciação (no plural) e em linguística da enunciação (no singular) para salientar o fato de que se, por um lado, existe uma diversidade que permite considerarmos mais de uma teoria da enunciação, por outro, verificamos que há traços comuns a todas as perspectivas. Em outras palavras, acreditamos na unicidade referencial da expressão linguística da enunciação. No entanto, isso não deve levar a crer que procedemos a uma planificação das teorias com a finalidade de alcançar o objetivo de unificá-las em um campo de saber. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.8).

Nesse contexto, de acordo com Flores e Teixeira (2005), os estudos linguísticos propriamente no campo da enunciação tem como ponto de partida Benveniste, quem à luz do modelo de Saussure, redireciona os estudos do plano da língua a seu uso na fala, no discurso. Tal como Barbisan (2005), os estudos da enunciação, no sentido amplo, remontam à Grécia Clássica; já nos tempos modernos, diversos estudiosos como Peirce, Jakobson ou Bakhtin colocaram-se

perto da abordagem teórica da enunciação. Mas, mesmo assim, é com Benveniste que as teorias desta linha se desenvolveram em um campo próprio e novo.

Os aspectos linguísticos da enunciação, é verdade, estão presentes já nas gramáticas gregas e latinas, na semiótica de Peirce, na noção linguística por vezes ambígua de dêixis e, mais recentemente, nos trabalhos de Jespersen, Jakobson, sem esquecer todavia Bakhtin, Bally que em seus escritos se dedicaram especificamente ao estudo da enunciação. Mas foi realmente Émile Benveniste quem, com seus principais textos reunidos nos dois volumes do *Problèmes de Linguistique Générale* deu o impulso necessário para que se desenvolvessem na Linguística outras reflexões igualmente notáveis sobre o uso da linguagem verbal (BARBISAN, 2005, p.2, grifo do autor)

Evidentemente, essa mudança de orientação supôs a reação da pesquisa científica, com base no argumento de que Benveniste, ao propor que o homem se inseria na língua, inscrevia uma subjetividade que não se encaixava dentro do enfoque do estruturalismo saussuriano. Segundo Flores e Teixeira (2005), até esse momento, a ideia de articular o sujeito com a estrutura não havia sido considerado no estudo da língua. Benveniste se deparou com um clima adverso ao tentar incluir os estudos de enunciação e com eles os da subjetividade, mesmo tendo como base o estruturalismo saussuriano. Pois, como relata Flores e Teixeira, Benveniste conservava aquela linha saussuriana, mas, por outro lado, apresentava meios para tratar a enunciação ou, como ele mesmo diria, o homem na língua, adicionando como objeto de estudo o sujeito, mas de modo articulado com a estrutura.

Definitivamente, se há uma relação de continuidade entre a teoria saussuriana e os postulados de Benveniste sobre a enunciação, isso não implica que Benveniste tenha instaurado um pensamento diferenciado referente à linguagem. Benveniste direciona os estudos da língua *ao uso da língua*. Nos textos clássicos Problemas de Linguística Geral I (PGL I) (BENVENISTE, 1989a) e Problemas de Linguística Geral II (PGLII) (BENVENISTE, 1989b), o autor, de certa forma, revoluciona os estudos da linguística moderna e, de maneira implícita, constrói a primeira teoria da enunciação propriamente dita, pois separa a língua de seu uso (da fala), para, nesse momento, aludir ao plano da fala.

Coisa bem diferente é o emprego da língua. Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que nos passa despercebido. (BENVENISTE, 1989a, p.82).

Em uma referência a Saussure, Benveniste (1989) define a língua como sistema de signos. Não obstante, sua definição é reelaborada em seus estudos da enunciação, ao incluir em sua abordagem o conceito de sentido e a noção de forma. Os dois conceitos, *forma e sentido*, não se opõem nem se excluem. O primeiro remete à rigorosa análise da língua como sistema e o segundo se associa mais com o uso que o homem faz desse sistema quando produz um discurso.

Tal distinção permite a Benveniste (1989) distinguir dois conceitos da língua: uma como semiótica e outra como semântica. A primeira alude à função da língua de significar, enquanto que a semântica tem como finalidade estabelecer relações comunicativas através da ação. O semântico, portanto, de acordo com Barbisan (2005), se refere à construção do sentido que realiza o locutor, o que pressupõe que, na semântica, se inserem o homem e o mundo do homem, através do emprego da língua. É por isso, segundo Barbisan (2005), que os sentidos se observam semanticamente, a partir das palavras, os sintagmas que as integram e as relações que estabelecem.

Não obstante, afirma que o signo constitui uma unidade semiótica. Em tal sentido, o signo adquire uma relação dupla, na qual sua natureza semântica se encontra submetida a uma ordem semiótica superior. Por consequência, estabelece-se que há dois níveis opostos de significação: o semiótico e o semântico. Essa divisão vai reforçar a proposta de que a linguagem tem um caráter intersubjetivo.

O primeiro eixo é o da (inter)subjetividade na linguagem. A perspectiva semântica desenvolvida por Benveniste está relativamente sintetizada em um texto, 'A semiologia da língua', que estabelece oposição entre dois níveis de significação: o semiótico e o semântico. Na tentativa de responder a pergunta 'o que a significação?' no estudo da língua. Assim, vincula-se à ideia de língua como sistema de signos, em uma remissão clara a Saussure, definindo o signo como unidade semiótica. Em outras palavras, ele é necessariamente um elemento de dupla relação cuja unidade é submetida a uma ordem semiótica. Unidade porque decomponível de todo que é a linguagem e submetida porque limitada à ordem da significação. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.31).

O conceito de língua que propõe Benveniste (1989) não se limita ao de sistema de signos. Nesse cenário, o papel do sujeito é fundamental. Os falantes de uma comunidade estão imersos na língua. Isso explica a condição de intersubjetividade da língua. Graças a ela, é possível estudar a subjetividade, pois "a intersubjetividade é a condição da subjetividade, assim como a linguagem é a condição da língua" (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.34). Sem a existência da

intersubjetividade, pensar no sujeito *na* língua seria impossível. O sujeito, segundo Benveniste (1989), se constitui pelo outro. Aí radica o intersubjetivo.

Para poder compreender o que, em Benveniste, significa a categoria de sujeito, é necessário remetermos ao conceito fundamental da teoria deste autor: a enunciação. Isto se deve a que, para ele, o sujeito não é o indivíduo que enuncia em si, senão que tem uma existência própria na enunciação. Por isso, em Benveniste, não subjaz uma concepção idealista de sujeito porque a sua teoria da enunciação não fala do sujeito em si, mas da representação linguística que a enunciação oferece dele. (FLORES; TEIXEIRA, 2005, p.35)

Isso nos leva à definição do que, para este linguista francês, é a enunciação. Para Benveniste (1989), a enunciação consiste em “colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p.82). A partir dessa delimitação, é possível separar ao mesmo tempo a enunciação do discurso, pois a primeira se refere ao ato e o segundo ao produto desse ato. Portanto, dentro da teoria de Benveniste, a linguística da enunciação estuda os atos nos quais se produz o discurso. Isto é, os atos pelos quais o sujeito (o locutor) se relaciona com a língua e produz, através da combinação de formas linguísticas, um discurso. Este último seria uma evidência da enunciação.

O discurso, dir-se-á, que é produzido cada vez que se fala, esta manifestação da enunciação, não é simplesmente a ‘fala’? É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto. Este ato é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação. Deve-se considerá-la como o fato do locutor, que toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam esta relação. (BENVENISTE, 1989a, p.82).

Em consequência, Benveniste (1989) lhe outorga um papel predominante ao sujeito, pois, por meio da enunciação, a língua (abstrata, virtual) se transforma em discurso, as palavras se semantizam nesse trânsito, se definem as posições de locutor e alocutário. Poder-se-ia dizer que o locutor faz sua a língua e a transforma segundo as condições próprias da enunciação. Segundo comenta Flores e Teixeira (2005), enunciar é transformar individualmente a língua, na virtualidade, em discurso. E a enunciação é vista como produto desse ato de apropriação da língua.

A partir do afirmado por Benveniste, pode-se entender que aqui se encontra uma de suas principais contribuições: a definição de enunciação como apropriação. Nesse processo, através da enunciação “O locutor se apropria do aparelho formal da

língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro” (BENVENISTE, 1989, p.84).

A enunciação entendida como apropriação pressupõe para Benveniste a presença definitiva do locutor que, através de uma combinação de formas linguísticas utiliza a língua, produz sentidos dirigidos a um alocutário e se mantém, não só em relação com ele, senão com o entorno, com o mundo e com a enunciação mesma.

O ato individual de apropriação da língua introduz aquele que fala em sua fala. Este é um dado constitutivo da enunciação. A presença do locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Esta situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com sua enunciação. (BENVENISTE, 1989a, p.84).

Assim, de acordo com Benveniste (1989), ao falar, ao empregar a língua, criamos relações com o mundo, não naturais, mas mediadas pelo sujeito. Trata-se, pois, de uma relação que se produz na enunciação. É aí onde se produzem os sentidos. Para Benveniste, tal como comenta Flores e Teixeira (2005), ao colocar a língua em funcionamento, se formam novos sentidos a partir da relação entre o locutor, o referente (objeto aludido e constituinte da enunciação) e a própria enunciação. Dessa maneira, estabelece-se uma relação com o mundo pela mediação do sujeito, que se dá na enunciação. Nesse sentido, como afirmam Flores e Teixeira (2005), o emprego da língua instaura continuamente sentidos novos. Nisso consiste, precisamente, colocá-la em funcionamento.

Finalmente, como exemplo da inserção do homem na língua por meio da enunciação, Benveniste (1989) toma os primeiros pronomes pessoais, comuns a todas as línguas. Por meio deles, o autor explica a relação do locutor e o alocutário (o outro, a quem vai dirigido o sentido) através da enunciação. Assim, a produção do discurso constitui um centro de referência interna, onde a existência de “marcas de pessoa” evidencia a apropriação por parte do homem do aparelho formal da língua.

E primeiramente a emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu) que não se produz senão na e pela enunciação: o termo eu denotando o indivíduo que profere a enunciação, e o termo tu, o indivíduo que aí estar presente como alocutário. (BENVENISTE, 1989a, p.84).

Como podemos ver no exemplo dos pronomes pessoais, enunciar pressupõe o estabelecimento de relações entre o locutor e o alocutário. Assim, a enunciação define as condições dessas relações e, portanto, os sentidos da mesma. Para Benveniste (1989), a mediação do locutor, isto é, do sujeito, permite pôr a língua em funcionamento, o surgimento dos sentidos e as relações entre os interlocutores e seu mundo. Nessa lógica, destaca-se o papel que, para o autor, assume o locutor. Essa afirmação, como se observará mais adiante, não necessariamente será ratificada por autores posteriores, como é o caso de Oswald Ducrot.

4.2 A ENUNCIÇÃO EM DUCROT: POLIFONIA E RELAÇÃO SOCIAL

Antes de aprofundarmos na concepção de enunciação que propõe Ducrot (2001), é necessário retomar a caracterização que o autor faz da linguística da enunciação com base na teoria de Benveniste. Assim, ele vai além da separação antinômica de Saussure entre o teórico e o observável, entre a língua e a fala. A língua, para Ducrot (2001), não é somente um sistema de signos, mas sim um sistema que fornece instruções que orientam o comportamento linguístico (formas gramaticais, mudanças, papéis, influências) e permite que, não só o locutor – como diria Benveniste –, mas os interlocutores estabeleçam relações específicas com o uso da língua. Todo comportamento linguístico, segundo Ducrot (2001), é também um comportamento social.

Una lingüística de la enunciación postula que muchas formas gramaticales, muchas palabras de léxico, giros y construcciones tienen la característica constante de que, al hacer uso de ellos, se instaura, o se contribuye a instaurar relaciones específicas entre los interlocutores. La lengua puede seguir considerándose como un código en la medida en que este último sea visto como un repertorio de comportamientos sociales (así como se habla de un código de la cortesía) y no ya como aquel que sirve para enseñar contenidos de pensamiento. (DUCROT, 2001, p.134).²³

A partir dessa diferenciação entre o observável e o abstrato, Ducrot (2001) propõe um conceito que, ao contrário dos de oração e signo (próprios da língua),

²³ Uma linguística da enunciação postula que muitas formas gramaticais, muitas palavras de léxico, giros e construções tem a característica constante de que, ao fazer uso deles, se instaura, ou se contribui a instaurar relações específicas entre os interlocutores. A língua pode seguir considerando-se como um código na medida em que este último seja visto como um repertório de comportamentos sociais (assim como se fala de um código da cortesia) e não já como aquele que serve para ensinar conteúdos de pensamento. (DUCROT, 2001, p.134, tradução nossa).

criados pelo linguístico, deriva da prática mesma. É assim que propõe o enunciado como unidade fundamental do discurso, como uma série linguística produzida por um locutor (DUCROT, 2001). Ressalta, além disso, que a ideia de produção pressupõe que o locutor ao enunciar se apresenta como assumindo a responsabilidade da mesma. Isto é, o enunciado constitui “una serie efectivamente realizada, un hecho histórico, una ocurrencia particular de entidades lingüísticas”²⁴ (DUCROT, 2001, p. 135)

Uma segunda distinção necessária para compreender o estudo que Ducrot realiza sobre a enunciação é a de enunciado e oração. A oração, para Ducrot (2001), não corresponde à prática real e viva da língua, senão a uma criação virtual dos linguistas. É um objeto teórico “que se construye con la finalidad de dar cuenta de lo dado”²⁵ (DUCROT, 2001, p.135). A oração não é o dado, é um instrumento que permite explicar o dado. A combinação de formas linguísticas, segundo Ducrot (2001), e diferentemente de Benveniste (1989), não é suficiente para compreender o que se enuncia. Falta distinguir o fato de sua realização, isto é, é necessário introduzir o conceito de enunciação. Para Ducrot (2001), deve-se distinguir o enunciado e a oração, a enunciação, o acontecimento histórico que constitui, por si mesmo, a aparição de um enunciado. Em outras palavras, o fato de que uma oração tenha sido realizada.

Como podemos ver no exemplo, para Ducrot (2001), a enunciação é um fato que subjaz, condiciona e permite a aparição do enunciado. Portanto, para compreender um enunciado não basta entender o que dizem os elementos que o constituem. É necessário considerar o acontecimento histórico que permite seu surgimento. Com base nisso, Ducrot (2001) propõe a distinção entre o valor semântico do enunciado, isto é, o *sentido* e o valor semântico da oração, ou seja, a *significação*. O sentido, portanto, não é identificável desde a própria enunciação e através de sua combinação com outros enunciados. A significação, por sua vez, guia a explicação de um enunciado.

La distinción entre enunciado y oración es, en primera instancia, metodológica. Es cierto que estos valores solo pueden determinarse apelando a hipótesis. Pero el sentido, correlato del enunciado, pertenece a lo observable y para el lingüista funciona como algo dado, como un hecho

²⁴ “Uma série linguística efetivamente realizada, um fato histórico, uma ocorrência particular de entidades linguísticas” (DUCROT, 2001 p. 135, tradução nossa)

²⁵ “que se constrói com a finalidade de dar conta do dado” (DUCROT, 2001 p. 135, tradução nossa)

que es preciso explicar. La significación, en cambio, se postula, como la oración, nada más que como instrumento explicativo del sentido del enunciado, y su única justificación posible reside en la manera como ayuda a dar cuenta de ese sentido... Es imposible prever el sentido de un enunciado conociendo nada más que la oración utilizada... Lo que la oración aporta son instrucciones para comprender el enunciado... El sentido no es igual a la suma de significación y las indicaciones suplementarias; la significación proporciona solamente consignas a partir de las cuales debemos reconstruir el sentido. (DUCROT, 2001, p.136).²⁶

Nessa afirmação, pode-se observar uma das grandes diferenças entre a proposta de Ducrot (2001) e a de Benveniste (1989). Este último, como mencionávamos, afirmava que a combinação de formas linguísticas torna possível que o locutor produza sentidos. Para Ducrot (2001), o locutor é quem fala, mas não necessariamente é quem produz o sentido, quem *enuncia*, quem é responsável pela enunciação. Esse é, para Ducrot (2001), o *enunciador*. Da mesma forma, a pessoa a quem o locutor declara se dirigir é o *alocutário*, mas é o *destinatário* quem é inserido como participante da enunciação.

Para explicar as diferenças entre estes pares dicotômicos, Ducrot (2001) usa exemplos como o recurso retórico de perguntar a si mesmo e, em seguida, responder-se. Nesse caso, de acordo com a classificação do autor, na pergunta retórica, o enunciador seria o alocutário e o destinatário do próprio locutor. "La misma repartición de roles permite describir un discurso en que A, que tendría la impresión de que B se asombra de su presencia, le dice: "¿Por qué estoy aquí? Porque me gusta"²⁷ (DUCROT, 2001, p.138). Pode-se entender que, no enunciado *Por que eu estou aqui?*, A é o locutor, mas, na enunciação, torna-se o destinatário de sua própria pergunta retórica, pois ele transfere a responsabilidade do enunciado. E B torna-se enunciador.

Outro exemplo resulta do uso na argumentação de enunciados de tipo concessivo. Ducrot (2001) afirma que o emprego de formas linguísticas comuns,

²⁶ A distinção entre enunciado e oração é, em primeira instância metodológica. É certo que estes valores só podem determinar-se apelando à hipótese. Mas, o sentido, correlato do enunciado, pertence ao observável e para o linguista funciona como algo dado, como um fato que é preciso explicar. A significação, ao contrário, se postula, como a oração, nada mais que como instrumento explicativo do sentido do enunciado, e sua única justificação possível reside na maneira como ajuda a dar conta desse sentido... É impossível prever o sentido de um enunciado conhecendo nada mais que a oração utilizada... O que a oração aporta são instruções para compreender o enunciado... O sentido não é igual à soma de significação e as indicações suplementares; a significação proporcionará somente consignas a partir das quais devemos reconstruir o sentido (DUCROT, 2001, p.136, tradução nossa)

²⁷ "A mesma divisão de papéis permite descrever um discurso em que A, que teria a impressão de que B é surpreendido com a sua presença, ele diz: 'Por que eu estou aqui? Por que eu gosto' (DUCROT, 2001, p.138, tradução nossa).

como *embora*, pressupõe a inserção na enunciação de um adversário ficcional, que se opõe ao nosso argumento e permite fazer parecer o nosso como o mais convincente ou válido. Dessa forma, de acordo com o autor, se estabelecem relações intersubjetivas, onde o locutor pode intercambiar posições de enunciador e destinatário e, por isso, ceder o direito de falar a outros interlocutores.

A partir dessa afirmação, se deduz que um dos elementos mais significativos da teoria enunciativa da argumentação em Ducrot (2001) é o conceito de polifonia, que designa a possibilidade de intercâmbio de funções e responsabilidades pelo locutor, em distintas posições e que podem ser assumidas na enunciação. De acordo com Ducrot (2001), distinto de Benveniste, a inserção do sujeito na enunciação não ocorre como um sujeito único, mas como uma multiplicidade de vozes.

A criação da Teoria Polifônica da Enunciação, no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua, vincula-se a dois fatos. Um é a crítica que Ducrot faz à concepção linguística da unicidade do sujeito falante, segundo a qual haveria apenas um falante no enunciado. O outro baseia-se na afirmação de que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação e nessa descrição está inscrita a pluralidade de vozes que o locutor apresenta. Encontram-se no enunciado várias funções diferentes: a do sujeito empírico, a do locutor e a do enunciador. O sujeito empírico é o autor efetivo do que é produzido. Essa função não interessa ao linguista que estuda o sentido, ficando o sujeito empírico afeto aos sociolinguistas ou aos psicolinguistas. O locutor é o responsável pelo enunciado, no qual ele se marca com a primeira pessoa. O enunciador é a origem dos pontos de vista que o locutor apresenta. (BARBISAN, 2005, p.30-31).

Dessas condições próprias da enunciação, segundo Ducrot (2001), o conceito de *sentido* que, como já foi indicado, não é produto de unidades linguísticas abstratas, tais como a frase, mas do enunciado entendido na sua enunciação. Ducrot (2001) diz que o sentido de um enunciado pode ser definido (embora esta não seja a única definição possível) como uma “descripción de su enunciación: se trataría de una especie de imagen que el locutor construye para el alocutario en la cual caracteriza el hecho histórico en que consiste la aparición de un enunciado”²⁸ (DUCROT, 2001, p.140).

O sentido de um enunciado, em Ducrot (2001), é, portanto, uma descrição, uma representação, uma imagem do evento histórico expressado na enunciação.

²⁸ “descrição de sua enunciação: se trataria de uma espécie de imagem que o locutor constrói para o alocutário, na qual se caracteriza o fato histórico em que consiste a aparição do enunciado” (DUCROT, 2001, p.140, tradução nossa).

Portanto, como aponta Barbisan (2005), a enunciação adquire certos poderes que, da parte do enunciador, pressupõem determinadas obrigações no destinatário. Uma ordem, por exemplo, leva o destinatário a fazer ou deixar de fazer uma ação. E essa reação é uma consequência lógica da enunciação.

Nessa característica, encontra-se outra das diferenças mais notáveis entre a enunciação, tanto para Benveniste e Ducrot. De acordo com o primeiro, o sentido é apenas uma descrição da enunciação e, portanto, "La alusión que el sentido hace a esta última se debe a que habla de ella y, en esta medida, no consiste en un procedimiento sino en una necesidad"²⁹ (DUCROT, 2001, p.141). No entanto, a essa condição, comum nos dois autores, Ducrot acrescenta um segundo elemento: o sentido também significa uma "calificación de la enunciación"³⁰ (DUCROT, 2001 p.142)

Se o sentido de um enunciado contém a qualificação da enunciação, pode-se inferir que cada enunciado é, no fundo, argumentativo. Ducrot (2001) precisamente chega a essa conclusão e afirma que a intenção argumentativa é parte do sentido, ou seja, *ocorre* ou é apresentada na mesma enunciação. O autor usa o exemplo dos enunciados (1) "Pedro comeu pouco" e (2) "Pedro comeu um pouco". No primeiro deles, subjaz uma intenção de solicitar, implicitamente, ao destinatário que ofereça comida para Pedro. No entanto, no segundo, embora seja muito semelhante ao primeiro, a argumentação não é só diferente, mas também oposta. Dizer "Pedro comeu um pouco" implica que não é necessário oferecer-lhe comida, pois Pedro *já comeu*. A explicação que Ducrot (2001) fornece é que o argumento é uma parte constituinte do sentido do enunciado.

Si admitimos que dos enunciados similares, producidos en la misma situación, tienen sentidos diferentes, parece difícil no pensar que la intención argumentativa es constitutiva del sentido. Para que esta conclusión pueda contribuir a la tesis que defendemos aquí, que reza que el sentido es calificación de la enunciación, hace falta precisar ahora que la intención argumentativa en cuestión no es forzosamente la que dirige realmente la enunciación, sino que es la que *se da* o *se presenta* como si la dirigiera. (DUCROT, 2001, p.142, grifo do autor)³¹

²⁹ "a alusão que o sentido faz para esta última deve-se ao que se fala dela e, nessa medida, não consiste num processo, mas numa necessidade" (DUCROT, 2001, p.141, tradução nossa).

³⁰ "qualificação da enunciação" (DUCROT, 2001 p.142, tradução nossa)

³¹ Se admitirmos que dois enunciados similares, produzidos na mesma situação, têm sentidos diferentes, parece difícil não pensar que a intenção argumentativa é constitutiva do sentido. Para que esta conclusão possa contribuir à tese que defendemos aqui, que reza que o sentido é qualificação da enunciação, falta precisar agora que a intenção argumentativa em questão não é forçosamente a

Se o sentido qualifica a enunciação e a intenção argumentativa é parte desse sentido, é possível mostrar que a maior parte dos enunciados que produzimos não se dirigem a um destinatário, mas são construídos na enunciação. Um processo semelhante ocorre com o locutor ou o enunciador. Em outras palavras, nossos enunciados constroem implicitamente uma representação das personagens da enunciação. Portanto, no sentido está contida uma imagem tanto do locutor como do alocutário.

Podemos demostrar que una gran cantidad de nuestros enunciados construyen implícitamente una representación de los personajes primeros de la enunciación, el locutor y el alocutario. Esto ocurre en lo que al alocutario, por ejemplo, siempre que se le da el rol de enunciador, todas las veces que se lo hace hablar. Así, si aceptamos que los enunciados negativos postulan un enunciador que aserta lo que se niega, y si aceptamos, además, que este enunciador se identifica muy a menudo con el alocutario, debemos concluir que, en estos casos, el sentido del enunciado contiene una imagen del alocutario, al que se presenta como un hombre capaz de afirmar lo que niega el locutor. (DUCROT, 2001, p.143).³²

A partir daí, segundo Ducrot (2001), o sentido não é um objeto ou uma referência aos fatos acima mencionados. Os sentidos não são afirmados pelo enunciador, eles são representações. Em outras palavras, os enunciados são manifestações do sentido. "Deverá notar-se que a representação do outro e, de maneira mais geral, a imagem da enunciação transmitida no sentido do enunciado não são, estritamente falando, objetos de afirmação; eles não são afirmados, são representados" (DUCROT, 2001, p.143). A partir desta concepção de sentido, a declaração não afirma a verdade. As noções de reivindicação ou afirmação, de acordo com o autor, não seriam úteis para definir a relação entre um enunciado e seu sentido. Assim, de acordo com Ducrot (2001), é pela enunciação que os sentidos de um enunciado são representados e, por sua vez, por ela é possível explicá-los.

que dirige realmente a enunciação, senão que é a que se dá ou se apresenta como se a dirige. (DUCROT, 2001, p.142, tradução nossa).

³² Podemos demonstrar que uma grande quantidade de nossos enunciados constroem implicitamente uma representação das personagens primeiras da enunciação, o locutor e o alocutário. Isto acontece no que ao alocutário, por exemplo, sempre que se lhe dá o rol de enunciador, todas as vezes que se lhe faz falar. Assim, se aceitamos que os enunciados negativos postulam um enunciador se identifica muito comumente com o alocutário, devemos concluir que, nestes casos, o sentido do enunciado contém uma imagem do alocutário, ao que se apresenta como homem capaz de afirmar o que nega o locutor. (DUCROT, 2001, p.143, tradução nossa).

Finalmente, para sintetizar, Ducrot (2001) propõe como Benveniste (1989), que o sujeito é inserido na língua por meio da enunciação. Mas, não só isso: na enunciação se representam as diferentes posições dos personagens da enunciação. Portanto, as posições do enunciador e do destinatário são reproduzidas, ou seja, as relações intersubjetivas são refletidas na enunciação. Ducrot (2001) também afirma que esses elementos da enunciação são incorporados à significação, em outras palavras, torna-se parte constitutiva da língua. As relações sociais, os fatos da fala que se mostram ao falar, em suma, são inseridas na língua através do acontecimento na enunciação. Assim, para Ducrot (2001), a enunciação é mais que um veículo, é um acontecimento.

4.3 A ENUNCIÇÃO EM GUIMARÃES: UM OLHAR DESDE A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

Com base nas propostas de Benveniste e Ducrot, desenvolvidas nas seções anteriores, Guimarães (2005) traça a teoria da Semântica do Acontecimento. Em suas próprias palavras, essa perspectiva constitui “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem se deve localizar no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.7). Tal perspectiva pressupõe uma semântica linguística focada na observação do sentido do enunciado. Para Guimarães (2005), o sentido do enunciado não é referencial, isto é, não é só uma relação entre a expressão e o real. De acordo com o autor, as formas significam no enunciado por suas relações. Portanto, compreender o significado de uma forma só é possível se consideramos seu funcionamento como parte do sentido de um enunciado.

Saber o que significa uma forma é dizer como seu funcionamento é parte da constituição do sentido do enunciado. Mas para mim, considerar o processo no qual uma forma constitui o sentido de um enunciado é considerar em que medida esta forma funciona num enunciado, enquanto enunciado de um texto. Ou seja, não há como considerar que uma forma funciona em um enunciado, sem considerar que ela funciona num texto, e em que medida ela é constitutiva do sentido do texto. (GUIMARÃES, 2005, p.7).

Nesse sentido, a teoria de Guimarães (2005) não só procura compreender, enquanto semanticista, o que os enunciados dizem, mas o funcionamento dos enunciados no interior dos textos. Assim, fazer Semântica do Acontecimento é tratar

do estudo da enunciação. Com esse propósito, o autor retoma as propostas de Benveniste (1989) e Ducrot (2001). Benveniste (1989) considera a enunciação como colocar a língua em funcionamento e o papel do sujeito na constituição dos sentidos dos enunciados. E Ducrot (2001) retoma a enunciação entendida como o ato pelo qual o enunciado aparece, isto é, considerando suas condições sociais e históricas.

No entanto, a perspectiva de Guimarães (2005), tal como o próprio autor afirma, distancia-se desses dois autores na questão do papel do sujeito. Segundo ele, Benveniste (1989) limita-se à função do locutor, ou seja, do sujeito da enunciação. Centra-se nele. Por outro lado, em relação à Ducrot (2001), Guimarães afirma que a enunciação não é só um evento em que aparece o enunciado, é o espaço no qual o sujeito é inserido numa posição histórica. Portanto, diferente de Ducrot (2001) e Benveniste (1989), para Guimarães (2005) o sujeito não é responsável por aquilo que diz, por aquilo que enuncia.

Esta proposta de enunciação desde a Semântica do Acontecimento, obviamente, exige desenvolver as noções de enunciado e enunciação em teorias prévias como condição necessária para sua compreensão. Por isso, como já se mencionou, Guimarães (2005) traz os estudos de Benveniste e Ducrot e propõe em sua teoria, além dos conceitos de sujeito e história, uma relação de historicidade ligada à enunciação mesma, atribuindo-lhe um caráter social. Nas palavras de Guimarães (2005), significa entender os enunciados como acontecimentos, ou seja, envolve a língua, o sujeito, a temporalidade e o real.

4.3.1 Acontecimento, sujeito e temporalidade

Como ponto de partida, é preciso distinguir que, para Guimarães (2005), a enunciação é um acontecimento linguístico. Isto é, diferencia-se na sua própria ordem e relaciona o sujeito com a língua. Ou seja, não refuta completamente a Benveniste (1989), pois a enunciação sim põe a língua em funcionamento. Além disso, Guimarães (2005) reafirma que, como observava Ducrot (2001), a enunciação é o ato pelo qual o enunciado aparece. De certa forma, o autor propõe sua posição no quadro teórico traçado por seus predecessores.

A enunciação, enquanto acontecimento de linguagem, se faz pelo funcionamento da língua. Inscrevo minha posição numa linha de filiações próximas que passa por Benveniste, em 'O Aparelho Formal da

Enunciação', para quem a enunciação é língua posta em funcionamento pelo locutor, e por Ducrot, em 'Esboço de uma Teoria Polifônica da Enunciação', para quem a enunciação é o evento do aparecimento de um enunciado. Para mim a questão é como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade: do sujeito. (GUIMARÃES, 2005, p.11).

Nesse sentido, tratar de enunciação é tratar do sujeito que enuncia, mas não é só isso. O sujeito, de acordo com Guimarães (2005), não define por ele mesmo o sentido do que diz. Segundo o autor, além da língua e o sujeito, um terceiro elemento necessário para compreender a enunciação como acontecimento é a temporalidade. Para entender esse conceito, precisamos assumir que, como acontecimento, Guimarães (2005) não se refere a um fato no tempo. Em vez disso, o acontecimento, para o autor, contém a sua própria temporalidade que, além disso, é a sua característica essencial.

Considero que algo é acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem. E o que caracteriza a diferença é que o acontecimento não é um fato no tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes no tempo. O que o caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza. Ele não está num presente de um antes e de um depois no tempo. O acontecimento instala sua própria temporalidade: essa a sua diferença. (GUIMARÃES, 2005, p. 11-12).

Assim, de acordo com o autor, o acontecimento não é parte de uma cronologia, de uma linha temporal. O acontecimento, dentro da proposta de Guimarães (2005), estabelece sua própria temporalidade. Essa abordagem nos leva a uma nova comparação com a teoria de Benveniste (1989). De acordo com ele, quando o locutor enuncia é constituído como tal no momento da enunciação, isto é, se apropria do que diz. Guimarães (2005) discute essa afirmação, porque na sua proposta não é o sujeito quem constitui a temporalidade da enunciação. Ao contrário, a temporalidade é um elemento constitutivo do acontecimento e é o sujeito que é tomado no momento desta. O acontecimento traça, segundo o autor, uma temporalização. O sujeito é inserido nela como um de seus componentes, não é o centro do que ele enuncia.

Assim, de acordo com Nascimento (2004), esta centralidade do sujeito é o principal problema da abordagem que Benveniste, na opinião de Guimarães, faz da enunciação. Segundo Guimarães, o sujeito em Benveniste não é o indivíduo psicológico, pragmático. O sujeito benvenistiano é capaz de fazer significar a língua, de fazer com que ela signifique. Guimarães (2005), de acordo com Nascimento

(2004), diferencia-se do papel central do locutor, quer dizer, do sujeito concebido por Benveniste (1989).

Antes de falar de como se dá a temporalidade do acontecimento, gostaria de recusar aqui a posição benvenistiana, segundo a qual o tempo da enunciação se constitui pelo locutor ao enunciar. Ou seja, o presente do acontecimento não é, para mim, como quer Benveniste, o tempo no qual o locutor diz eu e, enuncia, a partir do qual se organizam um passado (um antes) e um futuro (um depois), constituindo-se assim, a partir do Eu, uma linha de sucessividade. O que quero dizer é que não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. O sujeito não é assim a origem do tempo da linguagem. O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento. (GUIMARÃES, 2005, p.12).

Nesse sentido, para Guimarães (2005), a característica essencial do acontecimento é sua temporalidade própria. Isto é, inclui um presente do tempo em que se enuncia, um passado das enunciações que rememora e um futuro possível ao qual remete. Justamente, quanto à definição de temporalidade, o autor afirma que ela é composta de um presente que pressupõe uma latência de futuro, ou seja, uma *futuridade*. Se esta não existisse, a existência do acontecimento da linguagem seria impossível e, por conseguinte, não haveria a possibilidade de significação. O autor explica isso através do fato de que, na latência de futuro, encontra-se a projeção do significado, ou seja, a possibilidade de interpretação. Para Guimarães (2005), todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro (GUIMARÃES, 2005, p.12).

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação de pessoas e de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. (GUIMARÃES, 2005, p. 12).

Assim, além da futuridade, o acontecimento compreende um passado que o faz significar. O passado memorável e a latência de futuro, segundo Guimarães (2005), não são parte de um acontecimento que se dá no tempo. Ambos os momentos são estabelecidos, recortados pelo acontecimento na sua temporalidade. Nesse sentido, de acordo com o autor, “o passado no acontecimento é uma rememoração de enunciações por ele recortada, fragmentos do passado por ele representados como seu passado” (GUIMARÃES, 2005, p.15). Portanto, partindo da

importância da temporalidade, é preciso que as palavras contenham uma memória histórica de suas enunciações.

Dessa forma, segundo Guimarães (2005), “o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos” (GUIMARÃES, 2005, p.12). Sem aquela não há sentido, não há acontecimento de linguagem e, evidentemente, não há enunciação. Se considerarmos que a relação do sujeito com a linguagem ocorre no acontecimento, denominado enunciação, fica evidente que esta deve ser entendida como um espaço em que o sentido se constrói como resultado de uma elaboração histórica.

4.3.2 O sentido e a historicidade

De acordo com Guimarães (2005), o enunciado se dá através da relação de outros enunciados e é impossível pensar a linguagem e o sentido fora dessa relação. Em outras palavras, o sentido transforma o enunciado em seu lugar de observação. Portanto, para identificar o significado de uma forma ou expressão é indispensável conhecer a constituição do sentido do enunciado. Nesse contexto, é impossível considerar o sentido de uma forma sem levar em conta seu funcionamento no interior de um texto.

O sentido de um elemento linguístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla. Vê-se que ao fazer este uso da relação integrativa, a despeito de Benveniste ter dito que ela não permitia passar do limite do enunciado, estou dizendo que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido. (GUIMARÃES, 2005, p.7).

Ou seja, esta relação de sentido que se produz ao entrar em contato um enunciado com outros demanda, de acordo com Guimarães (2005), a compreensão do espaço que ele denomina de enunciação. Nela se produz a relação entre língua e sujeito. No entanto, segundo Guimarães (2002), o sentido não pode excluir a história como seu componente. Assim, o sentido, observado a partir de um enfoque enunciativo, na perspectiva do acontecimento, não pode ser separado da ideia de que a enunciação carrega um caráter histórico. Em consequência, “a significação é histórica, não no sentido temporal, historiográfico, mas no sentido de que a

significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade” (GUIMARÃES, 2002, p.66).

É importante indicar a diferença entre historiografia e historicidade para compreender o que é o sentido. A respeito disso, segundo Nascimento (2004), para Guimarães (2002) se pode distinguir entre uma concepção da história como sucessão cronológica, isto é, uma historiografia, e uma concepção de historicidade que considera os elementos sociais ligados ao acontecimento. Em outras palavras, a historicidade, de acordo com a autora, é um fenômeno social. Nascimento (2004) afirma que essa é a abordagem que propõe Guimarães na sua teoria.

Guimarães (2002) afirma que o acontecimento produz sentido por expor a língua em funcionamento à sua exterioridade, que é histórica, não física. Para desenvolver a noção de historicidade, Guimarães (2002) introduz aqui alguns conceitos da Análise do Discurso. Nessa linha, pode-se citar a distinção que realiza Henry (2010) entre história, historiografia e historicidade, no sentido de que esta é concebida pela Análise do Discurso. Assim, de acordo com Henry (2010), todo fato faz sentido quando o relacionamos com outros fatos no tempo. Isto é, a história traça seu sentido na relação com os elementos sociais e com a linguagem. Portanto, se faz uma historicidade. Ao contrário, se esse sentido é ignorado, segundo Henry (2010), a história só seria uma sucessão cronológica de fatos. Nesse caso, para o autor, se faz só uma historiografia.

Não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para a nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História. Em se tratando das ciências humanas, se nós não nos contentamos com uma historiografia que fingiria ignorar esse sentido que está sempre já-lá a retificar, a corrigir, a nuançar, é preciso admitir que não podemos não ser levados a reabrir essas questões fundamentais que as ciências humanas não cessaram de tentar evitar, que lhes retornam através da crítica interna e ou externa e que fixam os limites dos saberes que elas nos apresentam. (HENRY, 2010, p.47).

A historicidade, no sentido de Henry (2010), envolve a linguagem e o sujeito. É, portanto, mais que um relato cronológico de dados e informações. A análise do discurso (AD) concebe o sentido em relação com o texto e suas condições sociais, isto é, com sua historicidade. A contribuição de Guimarães (2002), nessa lógica, é tomar o sentido como discursivo, mas definido a partir do acontecimento enunciativo.

Portanto, se partimos da premissa de que o acontecimento nos remete a um passado como rememoração, o conceito de interdiscurso, vindo da AD, é fundamental. De acordo com Orlandi (2013), retomando a Pecheux, fundador da referida disciplina, o interdiscurso é:

[...] aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ORLANDI, 2013, p.31).

Para Guimarães (2002), o conceito de interdiscurso é fortemente convocado, pois o sentido não é formal e sua materialidade, sua historicidade é analisada pela interdiscursividade e sua necessária intertextualidade, no sentido de que a enunciação em um texto se relaciona com a enunciação de outros textos.

A partir disso, deduz-se que o interdiscurso surge da relação de um discurso com outros. O dizível é, portanto, histórica e linguisticamente elaborado. Mas, a contribuição de Guimarães (2002) está no fato de considerar que isso ocorre quando alguém ocupa a posição de sujeito e a enunciação é movida pelo interdiscurso. Nesse sentido, a enunciação deve ser interpretada como "um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso" (GUIMARÃES, 2002, p.70). Sendo assim, quando o sujeito se coloca no acontecimento, movido pelo interdiscurso – que nos remete à memória –, é que a língua se coloca em funcionamento. E é nessa relação de enunciados que a língua se constitui, tem historicidade.

Com base nessa definição de interdiscurso e sua relação com o sentido do enunciado entendido como acontecimento, se estabelece um vínculo do enunciado com o texto no qual está inserido. Segundo Guimarães (2002), essa relação não segue necessariamente uma sequência lógica. Deve-se levar em conta que o enunciado compõe um texto em sua relação com outros enunciados, com a língua, com o sujeito, com a história e, enquanto acontecimento, no interior do texto em que ele ocorre. Para compreender como se mobiliza esse sentido, é preciso considerar que as relações entre o homem e a língua não são igualitárias, mas sim se dão em um espaço de disputas. Isto é, remetem ao político.

4.3.3 O político e o espaço de enunciação

Falar de enunciação, para Guimarães (2005), é falar do político. O político é mostrado, segundo o autor, como um espaço de relações sociais caracterizadas pelo conflito. Nela reproduzem-se as contradições entre a norma estabelecida e a autoafirmação de pertença dos sujeitos. Isto implica a coexistência, na enunciação, de posições contrárias que vão definir o cenário em que os enunciados e os sentidos são produzidos.

O político, ou a política, é para mim caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. Mais importante ainda para mim é que deste ponto de vista o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra, por mais que esta lhe seja negada. (GUIMARÃES, 2005, p. 16).

Por outro lado, o político na linguagem também é considerado por Guimarães (2005) além do tratamento do sentido pensado, sem dúvida, desde uma perspectiva histórica. Segundo o autor, no centro do dizer se instala certo grau de conflito motivado pelo político. Esse aspecto está constituído por uma forma de contradição entre as normas desiguais das instituições sociais e a necessidade de pertença dos não incluídos. Nesse caso, o espaço de enunciação se reduz ao espaço político.

Como então considerar o político? Ele não é nem o falso nem o verdadeiro. Procuo assim, a seguir, caracterizá-lo fora destas concepções negativas, para que possamos tratar do político como fundamento das relações sociais, no que tem importância central a linguagem. Deste modo, importa, antes de ir à frente, uma observação: o político não é o que se fala sobre a igualdade, sobre os direitos, etc. Colocar-se neste lugar é também e ainda conceber o político negativamente, por tratá-lo como o lugar do engodo, da, na melhor das hipóteses, doce mentira. (GUIMARÃES, 2005, p.16).

Nesse sentido, dentro da proposta de Guimarães (2005), a característica fundamental do político é a contradição, o confronto. O espaço enunciativo que traça o político é definido, portanto, por essa tensão. O político, assim, afeta a enunciação como acontecimento. Isso é visível nos textos, segundo o autor, pois a desigualdade é mostrada muitas vezes como necessária para a sociedade e, ao contrário, a afirmação de pertença é designada como alteração, como ruptura, como abuso.

Dessa maneira, tal como propõe Guimarães (2005), por meio da enunciação se podem silenciar as contradições mediante uma homogeneização que invisibiliza a existência de setores incluídos e excluídos. Portanto, a língua em funcionamento, segundo sua proposta, é inseparável do político. O acontecimento é atravessado pelo político e delimita um espaço onde entram em relação a língua e seus falantes, constituídos como sujeitos e movidos pela contradição. Isso é o que Guimarães (2005) chama o espaço de enunciação.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços 'habitados' por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político, no sentido em que considerarei há pouco o político. (GUIMARÃES, 2005, p.18-19).

É preciso mencionar que, na proposta de Guimarães (2005), enunciar se dá pela língua em funcionamento, pelo acontecimento. Partindo dessa ideia, a língua em funcionamento não se separa do político. A partir dessa perspectiva, a prática política da língua, isto é, a enunciação não se mostra como uma atividade individual ou subjetiva. É sempre enquadrada numa disputa, no confronto, em um espaço de divisões, ou seja, o espaço de enunciação. Em tais condições, a enunciação se dá por uma forma de agrupamento que Guimarães nomeia como *agenciamento de enunciação*. Um acordo coletivo motivado por fins políticos que, como já se explicou, atravessam a língua no acontecimento.

Nesse espaço delimitado pelo político, se produz, segundo Guimarães (2005), a assunção da palavra, isto é, o ato de fala, de enunciar. Esse fato acontece nos lugares que o autor chama de *cenas enunciativas*. Elas constituem, de acordo com ele, os modos específicos pelos quais se acessa a palavra, de acordo com as especificações locais nos espaços de enunciação. Em outras palavras, o feito de tomar a palavra pressupõe sua realização em um lugar, que pode ser chamado lugar de locutor ou, simplesmente, lugar de enunciação.

A Cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas de agenciamento enunciativo para 'aquele que fala' e 'aquele para quem se fala'. Na cena enunciativa 'aquele que fala' ou 'aquele para quem se fala' não são pessoas

mas uma configuração de agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seus dizeres. (GUIMARÃES, 2005, p.23).

Nesse sentido, a cena enunciativa, segundo Guimarães (2005), põe em jogo não as pessoas, mas os lugares de enunciação. Isto é, esse espaço mobiliza lugares sociais de locutor. Assim, num acontecimento enunciativo, pode aparecer como lugar de enunciação o locutor-brasileiro, o locutor-peruano, o locutor-científico, o locutor-jornalista. De acordo com Guimarães (2005), não são os sujeitos que falam como indivíduos, mas são os lugares de dizer os que realizam a assunção da palavra. É comum que eles se apresentem como indivíduos separados da história, mas certamente quando falam é de um lugar próprio de uma história. Nesse sentido, o lugar de enunciação, como lugar social, é inserido na sua própria história, na sua historicidade, isto é, o político não pode se afastar dele.

É por isso que na presente pesquisa buscamos, a partir da teoria de Guimarães (2005), observar a mobilização dos sentidos das palavras *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias institucionais dos ministérios de desenvolvimento social do Peru e do Brasil. Isso implica assumirmos a palavra como um acontecimento, isto é, com uma temporalidade própria, com um passado entendido em suas condições sociais, em sua historicidade. Implica também que, dentro de uma cena enunciativa, as palavras se mobilizam. Isso pressupõe que a assunção da palavra se realiza desde um lugar de enunciação atravessado pelo político e apresentado como a posição de locutor-governo e locutor-jornalista, que é parte de um agenciamento em meio a uma divisão motivada pelo político. Em consequência, entenderemos que o sentido dessas palavras não surge de seus nomes. Surge da sua designação, o que será desenvolvido a continuação.

5 DISPOSITIVOS DE ANÁLISE: O SENTIDO NO TEXTO

Como já se indicou ao longo do trabalho, nosso objetivo é compreender, desde uma análise enunciativa, na perspectiva da Semântica do Acontecimento, como se mobilizam os sentidos de *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias institucionais dos portais digitais dos ministérios de desenvolvimento social no Peru e no Brasil. Para atender a esse objetivo principal, é necessário delimitar um corpus que permita a compreensão do que designam essas palavras e, portanto, como significam para os órgãos dos governos citados. Para efeitos da análise, nosso corpus está constituído por três notícias institucionais publicadas nos sites web do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil) e três publicações digitais do Ministério de Desarrollo e Inclusión Social (Peru). A informação dessas notícias pode ser encontrada ao final deste trabalho (ver anexos).

Como critério de escolha dessas notícias, retomamos definições básicas de notícia e notícia institucional. Alsina (2009) propõe que uma notícia não é o reflexo de um fato. Ao contrário, é uma construção social produzida a partir dele. De acordo com o autor, a notícia é “uma representação social da realidade cotidiana, produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 2009, p.299). A partir dessa definição, compreendemos que a notícia é um texto pelo qual se oferece uma representação social dos fatos, não os fatos mesmos. Assim, a notícia, entendida como acontecimento, dentro do conceito de Guimarães (2005), se assume aqui como carregada de sentidos que só se compreendem na enunciação, isto é, em sua relação com outros enunciados do texto.

Deste conceito de notícia, que inclui a ideia de “produção institucional”, se entende que ela é o resultado da inter-relação de muitos fatores que se condicionam entre si. No entanto, existe uma espécie particular de notícia que constitui a expressão de uma organização, seja pública ou privada. Esse texto jornalístico é identificado por Monteiro (2003, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012) como notícia institucional. De acordo com essa autora, esse gênero informativo é um “processo de intercâmbio social e de uma série de negociações, o que empresta a ela (a notícia) um papel sociopolítico nas sociedades contemporâneas” (MONTEIRO, 2003, p. 142, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012, p.237).

Segundo Monteiro (2003, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012), a produção de notícias institucionais permite a possibilidade de que as organizações tenham participação no espaço público por meio de sua imagem institucional. Nesse sentido, pode-se afirmar que as instituições utilizam suas plataformas informáticas digitais para comunicar aos cidadãos os resultados dos programas desenhados e os resultados conseguidos como produto de sua aplicação. Por essa razão, nelas é comum encontrar palavras como *progresso* e *desenvolvimento*.

Com o fim de observar esta mobilização de sentidos nos textos jornalísticos do nosso corpus, se elaborou uma síntese dos sentidos que se apresentam em diferentes áreas do conhecimento quando abordam *progresso* e *desenvolvimento*. Assim, podemos explicitar que os conceitos são mobilizados nas notícias institucionais analisadas. Por exemplo, pode-se considerar as diferenças nas concepções de *progresso* ou *desenvolvimento* segundo cada disciplina. No quadro, observam-se os sentidos que, de acordo com os olhares filosóficos, sociológicos, econômicos e da história das ideias, significam a palavra *progresso*.

Quadro 1 - Percurso histórico-crítico do progresso

Para a Filosofia	Condorcet	Lei universal Felicidade individual Igualdade entre pessoas Aperfeiçoamento contínuo Integração e cooperação internacional
	Kant	Concepção subjetiva Cooperação entre as pessoas Término dos confrontos Confiança e esperança
	Marx	Processo dialético Percurso descontínuo na história Evolução e revolução Participação política e direitos Desenvolvimento industrial
Para a Sociologia	Comte	Civilização moderna Aperfeiçoamento contínuo

		Ordem e evolução Necessidade humana Lei universal
	Spencer	Lei universal Complexidade e heterogeneidade Bem-estar e desenvolvimento Industrialização das atividades Verdade comprovada
Para a Economia	Turgot	Cooperação internacional Bem-estar geral dos homens Desigualdade entre sociedades Educação dos povos Avanço contínuo
	Smith	Produção industrializada Avanço científico e tecnológico Especialização educativa Opulência e acumulação de renda Desejo individual de superação
	Hayek	Transformação incerta Diferenças econômicas necessárias Incremento de conhecimentos Cooperação entre países Indicador quantificável
Para a História das ideias	Le Goff	Concepção ocidental O oposto de reação Incremento da ciência e tecnologia Bem-estar, melhoramento e segurança Crescimento econômico
	Starobinski	Avanço científico Percurso para algo melhor O oposto de reação Vontade humana Processo dialético

No caso do desenvolvimento, a distinção de sentidos daquela palavra não é determinada pelas diferentes disciplinas que abordaram o fenômeno. Como se vê no quadro, a mobilização desses sentidos se associa às diferentes perspectivas que estudam o *desenvolvimento* enquadrado, fundamentalmente, no econômico. Nesse sentido, se sintetizam os principais sentidos que se deduzem dessa palavra, a fim de facilitar sua mobilização nas notícias que constituem nosso corpus.

Quadro 2 - Percurso histórico-crítico do desenvolvimento

Para os órgãos internacionais	Antes de 1945	Crescimento econômico Equivalente ao progresso Instância final da modernização Progresso específico (social ou econômico)
	Carta das Nações Unidas	Cooperação internacional Liberdade individual Bem-estar e níveis mais altos de vida Paz e término dos confrontos Melhoras educativas, sociais e econômicas Respeito aos direitos humanos
Teorias de modernização e dependência	Schumpeter	Mudanças econômicas Efeito da liberdade individual O social determinado pela economia Não é universal, mas deve sê-lo Objeto da teoria econômica
	Rostow	Processo de modernização Linearidade e uniformidade Avanço em tecnologia Maturidade dos estados Verdade comprovada
	Eisenstadt	Modernização distinta de modernidade Procura de homogeneidade

		Não necessariamente inevitável Construção social
	Furtado	Desenvolvimento é subdesenvolvimento Sujeição colonial Estrutura desigual
Conceito sujeito a medições	Sem	Expansão de liberdades humanas Liberdade política, econômica e social Crescimento econômico como meio Igualdade de oportunidades Direitos humanos Justiça e equidade Acesso a serviços sociais Liberdade instrumental
	PNUD	Igualdade de oportunidades Justiça e equidade Expansão de liberdades humanas Conceito mensurável Indicadores de desenvolvimento Redução da pobreza

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à escolha do corpus no qual se realizará a análise, é preciso lembrar que nosso objetivo é compreender o que designam essas palavras nos textos jornalísticos produzidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil) e o Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (Peru). Por isso, fizemos uma seleção de seis notícias institucionais (três de cada órgão governamental), que incluem essas palavras no texto. Consideramos somente as notícias institucionais publicadas nas páginas web das duas entidades e assinadas por suas assessorias de imprensa, isto é, as notícias que se podem nomear como “oficiais”.

Não consideramos um ordenamento cronológico exato na sequência das notícias, pois não buscamos observar como os sentidos das palavras estudadas se mobilizam na história. Ao contrário, de acordo com o conceito de acontecimento proposto por Guimarães (2005), entendemos que em cada acontecimento se

constitui uma nova temporalização, tendo sua própria história. Por isso, com o objetivo de relacionar os sentidos dessas palavras nos textos publicados por cada órgão institucional, situamos as notícias do corpus nos últimos seis anos, no caso do Brasil, e os últimos cinco anos, no caso do Peru, ou seja, correspondendo aos governos atuais de ambos os países. A descrição do corpus pode-se observar no quadro a seguir.

Quadro 3 - Descrição do corpus da pesquisa

Órgão Institucional	Notícia	Data	Seção
Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil)	“Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora de Banco Mundial”	5 de março de 2015	Inclusão Social
	“Brasil conquistou progresso na redução da pobreza e das desigualdades, diz Pnud”	11 de fevereiro de 2016	Combate à Pobreza
	“Crianças e jovens de baixa renda da Bahia aprendem música gratuitamente”	30 de setembro de 2015	Inclusão Social
	“Comedores populares de Lima y Callao tendrán un mayor progreso gracias a alianza estratégica entre el Midis, Calidda y Apega”	11 de diciembre de 2014	Noticias

Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (Perú)	Ministra Paola Bustamante: “Estamos convencidos que vamos a seguir reduciendo la pobreza”	7 de octubre de 2015	Noticias
	“MIDIS valora aportes para mejorar políticas públicas”	26 de noviembre de 2014	Artículos/Artigos

Fonte: Elaborado pela autora.

Com esse corpus, para cumprir nosso objetivo, busca-se, especificamente, fazer uma análise enunciativa, enquadrada na Semântica do Acontecimento de Guimarães (2005), dos sentidos que adquirem essas palavras nas notícias publicadas nos sites web dessas instituições. Além disso, busca-se analisar como essas palavras se articulam nos enunciados dos textos.

Esta pesquisa não propõe aprofundar-se em questões de progresso e desenvolvimento, mas busca dar um contexto de como hoje as palavras mencionadas são usadas e significam no discurso oficial. Como se pode notar, a abordagem é complexa e, definitivamente, implicará a análise de outras questões que nos ajudarão a compreender esses processos linguísticos, particularmente, os conceitos de designação, reescrituração e articulação, propostos por Guimarães (2005).

5.1 A DESIGNAÇÃO

Para a pesquisa proposta, será fundamental o conceito de designação, que, dentro da proposta de Guimarães (2002), é concebida como “uma relação instável entre a linguagem e o objeto” (GUIMARÃES, 2002, p.74). Nesse sentido, o autor não entende o nome como uma palavra separada do objeto que nomeia. Entende-se o objeto como uma exterioridade produzida nela e pela linguagem, objetivada pelo

confronto de discursos e constituída pela relação entre eles. Sua existência, segundo Guimarães (2002), situa-se neste confronto discursivo.

Para explicar essa distinção, Guimarães (2005) faz uma separação entre os conceitos de designação, nomeação, referência e denotação, pois, em muitas ocasiões, são utilizados como sinônimos. Como se indicou brevemente no capítulo anterior, para Guimarães a nomeação é o processo pelo qual um objeto recebe um nome. A designação, no entanto, é a significação de um nome entendido como parte das relações da linguagem com o real, com o histórico.

A designação é o que se poderia chamar de significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2005, p.9).

Assim, o autor estabelece, em primeiro lugar, que os nomes identificam objetos e não classificam objetos, e, em segundo lugar, que as coisas são referidas enquanto significadas e não só como coisas que existem no mundo. Portanto, a significação, de acordo com Guimarães (2005), se constrói no dizer. Em consequência, a partir da significação de algo é possível sua identificação. Isto é, quando um objeto é identificado com uma palavra, é significado por ela na e pela enunciação.

Para Guimarães (2005), não é muito importante encontrar a relação inequívoca entre a expressão e o que ela refere. Contrariamente, a preocupação do autor é como ao dizer algo se fala das coisas. A partir disso, Guimarães (2005) concebe a referência, esta relação da significação com o real, como “a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.9). Esse conceito se diferencia da designação, pois esta última pressupõe que o real é exposto em cada enunciação de forma diferente. Assim, implica uma relação de um nome com outros nomes e com a história. A designação, portanto, é de natureza linguística, mas também de natureza histórica.

A partir do afirmado por Guimarães (2005), para o caso de nossa análise, tentaremos compreender como as designações de *progresso* e *desenvolvimento* mobilizam seus sentidos nos textos do corpus. Mas, se se considera que as duas designações pressupõem uma relação com outras palavras que funcionam nos textos, entendidos como acontecimentos linguísticos, devemos analisá-las em seus processos de associação com as outras. Guimarães (2005) afirma que as palavras

assumem-se como tais numa *cena enunciativa*, um espaço de distribuição de lugares enunciativos ao longo do texto. É importante precisar que ditos lugares “são constituídos pelos dizeres e não são pessoas donas de seu dizer” (GUIMARÃES, 2005, p.23).

Em consequência, para que seja possível realizar este estudo, é necessário que a análise compreenda também outras designações. Assim, os sentidos das palavras *progresso* e *desenvolvimento* só poderão ser compreendidos se observarmos seu funcionamento no interior do acontecimento e em suas relações com outras palavras.

5.2 PROCEDIMENTOS DE ARTICULAÇÃO E REESCRITURAÇÃO

Como se sugeriu acima, afirmar que um nome designa uma realidade implica identificar com quais palavras de um texto se relacionam. Segundo Guimarães (2005), é importante considerar como o nome se relaciona com outros nomes pela textualidade, “funcionando sob a aparência da substituibilidade” (GUIMARÃES, 2005, p.27). A esse procedimento de análise o autor identifica como uma *reescrituração*, ou seja, um processo de redizer constantemente o que já foi dito.

O que pretendo dizer é que as questões tomadas como procedimentos de textualidade são procedimentos de *reescritura*. Ou seja, são procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito. Assim a textualidade e o sentido das expressões se constitui pelo texto por esta reescrituração infinita da linguagem que se dá como finita pelo acontecimento (e sua temporalidade) em que se enuncia. (GUIMARÃES, 2005, p.28, grifo do autor).

No entanto, para compreender especificamente o que o autor designa como *reescrituração*, é fundamental delimitar o conceito de textualidade. Como afirma Guimarães (1999), a textualidade é aquilo que dá a uma série de enunciados a condição de texto e aparece como consequência imediata da deriva de sentidos. De acordo com o autor, quando se estabelecem semelhanças, correspondências ou igualdades entre palavras, se produz a deriva incessante de sentidos, pois estes entram em movimento. Guimarães (1999) considera que esta é permitida por distintos procedimentos semânticos.

Procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse, etc, são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que

significa dizer que não há texto sem o processo de deriva de sentidos. Esta deriva enunciativa incessante é que constitui o texto. O interessante desta deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de correspondências, de igualdade. Quando uma forma se dá como igual/correspondente à outra, o sentido está em movimento e constitui textualidade. Não há textualidade sem deriva de sentido. (GUIMARÃES, 1999, p.4).

A proposta de Guimarães nos dois textos (1999, 2005) é que a textualidade é, a partir do dito, um efeito dos procedimentos de reescrituração. Nesse sentido, a reescrituração incessante já mencionada, que se dá como finita como consequência da autoria, permitiria a existência de uma textualidade no acontecimento, dentro de sua temporalidade. Assim, pode-se afirmar que é procedimento que significa seu próprio presente.

A reescrituração é a pontuação constante de uma duração temporal daquilo que ocorre. É ao reescrever, ao fazer interpretar algo como diferente de si, este procedimento atribui (predica) algo ao reescriturado. E o que ele atribui? Aquilo que a própria reescrituração recorta como passado, como memorável. (GUIMARÃES, 2005, p.28).

Para resumir, segundo Guimarães (2005), o procedimento de reescrituração no texto permite que um termo ou um enunciado do texto possa ser interpretado como algo distinto de si mesmo. Já o procedimento de articulação, de acordo com o autor, se entende como um procedimento que se enfoca nas relações de proximidade. Em outras palavras, Guimarães (2005) se refere a este como um mecanismo que permite explicar como o funcionamento de certas formas afeta a de outras no interior do enunciado. O sentido de uma palavra, então, pode se reconhecer porque esta é posta em funcionamento pela enunciação enquanto acontecimento de linguagem.

Começamos pelos procedimentos de articulação. A articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos, pelo agenciamento enunciativo, significam sua contiguidade. Ou seja, a organização das contiguidades linguísticas se dá como uma relação local entre elementos linguísticos, mas também e fundamentalmente por uma relação do Locutor (enquanto falante de um espaço de enunciação) com aquilo que ele fala. Uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação. (GUIMARÃES, 2009, p.51).

Nesta pesquisa, opera-se a análise tanto com os procedimentos de articulação como a reescrituração. Isso permitirá realizar um estudo da designação

das palavras *Progreso* e *Desenvolvimento* a partir de suas enunciações no corpus selecionado.

6 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO NAS NOTÍCIAS INSTITUCIONAIS DE PERU E BRASIL

Levando em conta nosso objetivo de pesquisa, tentaremos analisar o que designam as palavras *progresso* e *desenvolvimento* nas notícias institucionais dos ministérios de desenvolvimento social no Peru e no Brasil e como se mobilizam seus sentidos nesses textos jornalísticos. Para isso, como já se indicou em capítulos anteriores, tomamos como referencial teórico a Semântica do Acontecimento, proposta por Eduardo Guimarães (2005). Precisamente, Guimarães, em outro de seus textos (2011), detalha o procedimento pelo qual se pode analisar um texto por meio de recortes, que são tomados de acordo com o critério do pesquisador, a fim de observar o funcionamento das palavras no acontecimento.

Assim podemos sintetizando o que acabamos de dizer, considerar, para a análise de um texto, o seguinte procedimento geral: 1) toma-se um recorte qualquer e produz-se uma descrição de seu funcionamento; 2) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado; 3) chega-se a, ou toma-se, outro recorte e faz-se dele uma descrição; 4) interpreta-se seu sentido na relação com o texto em que está integrado, tendo em vista a interpretação feita do primeiro recorte; 5) busca-se um novo recorte, etc. até que a compreensão produzida pelas análises se mostre suficiente para o objetivo específico da análise. (GUIMARÃES, 2011, p.44-45).

A partir desse processo, realizamos recortes nas quatro notícias dos dois países, que tenham incluídas as palavras *progresso* ou *desenvolvimento* em seus enunciados. Nesses recortes, buscamos interpretar o que designam essas palavras nestes fragmentos dos textos jornalísticos. Logo após, tentaremos mobilizar os sentidos dessas palavras por meio dos procedimentos de articulação e reescrituração. Posteriormente, relacionaremos os sentidos extraídos com os diferentes enunciados do texto em sua totalidade, evidenciando os sentidos dessas palavras, entendendo-as como um acontecimento linguístico delimitado.

Nesse sentido, analisaremos as notícias, uma por uma, através dos recortes, conforme apareçam nas sequências enunciativas. Tentaremos relacionar os sentidos de *desenvolvimento* e *progresso*, segundo sejam significados nos enunciados de cada texto jornalístico. Procuraremos compreender esses sentidos na temporalidade do acontecimento no qual se mobilizam. Para isso, trazemos os conceitos explicados nos capítulos anteriores e os sentidos de *progresso* e

desenvolvimento presentes no percurso histórico-crítico, explicitando como a historicidade constitui os sentidos que significam as designações.

6.1 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO EM NOTÍCIAS DO BRASIL

6.1.1 O que designa “Progresso” e “desenvolvimento”

6.1.1.1 Análise Texto 1 (05/03/2015)

Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora do Banco Mundial.

Esse texto jornalístico, classificado dentro da seção “Inclusão social” da área de imprensa do portal digital do Ministério de Desenvolvimento Social do Brasil, trata acerca da visita a este país da diretora-gerente do Banco Mundial, Sri Munyani Indrawati. Segundo a notícia, o motivo da chegada dessa funcionária internacional foi o interesse em observar os projetos sociais governamentais no Brasil. Nesse contexto, tal como ressalta a notícia, a representante do Banco Mundial destacou os avanços desse país nos programas sociais pela redução da pobreza e a geração de emprego, além de reiterar seu apoio ao país nesses objetivos.

Tomaremos como ponto de partida a configuração da cena enunciativa (GUIMARÃES, 2005), isto é, o espaço de distribuição de lugares nos quais se dá a assunção da palavra. Assim, a partir do título do texto jornalístico (“Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora do Banco Mundial”), se assume a existência de um locutor-jornalista no momento da construção da notícia. Este locutor, dando por certo seu lugar de especialização, o de jornalista, se coloca como quem se autoriza a produzir a construção da realidade (ALSINA, 2009), relatando o que ocorreu na reunião entre os representantes do MDS e do Banco Mundial.

Através deste locutor-jornalista, se estabelece uma relação de locutor-alocutário entre o governo do Brasil, representado pelo ministério, e o Estado-nação brasileiro. Em outras palavras, mostra-se um segundo locutor, em nível de hierarquia superior ao locutor-jornalista, que é o locutor-governo. Assim, é o governo quem fala que “Brasil dá exemplo ao mundo” a um alocutário que está conformado por os

brasileiros, que pode ser uma reescrituração (GUIMARÃES, 2002) de *nos*, de *os que nos sentimos brasileiros* ou, nas palavras do próprio título, do “Brasil”. Isto é, por meio da notícia institucional, o locutor-governo toma as palavras para dizer ao alocutário-Brasil e diz a ele que “*nós damos exemplo ao mundo*”.

No entanto, como afirma Guimarães (2005), o espaço de enunciação é um espaço político. Por consequência, o locutor-governo se dirige ao alocutário-Brasil significando uma divisão política, pois são alocutários não só os membros do Estado-nação “Brasil”, mas também os que têm a possibilidade de acessar essa informação. Neste acontecimento enunciativo, *os brasileiros*, isto é, “os que dão exemplo ao mundo”, são, na prática, os que têm acesso às plataformas digitais do ministério, ou seja, os “brasileiros informados”, os “brasileiros globalizados”.

Este deslocamento tanto do locutor como do alocutário é reforçado, em um terceiro momento, pela proposição “diz a diretora do Banco Mundial”. Ou seja, o locutor-governo toma a palavra para falar que “Brasil dá o exemplo” porque outro locutor em maior hierarquia lhe cede a palavra. Este locutor maior é o Banco Mundial, isto é, um “locutor-órgão internacional”. Isso pressupõe o estabelecimento de um novo espaço de enunciação maior, onde está inserido tanto o “locutor-órgão internacional” como os brasileiros que utilizam os meios digitais, que não são todos os brasileiros. Portanto, a cena enunciativa que se configura no texto da primeira notícia analisada pressupõe a inclusão restritiva de um locutor, que é o órgão internacional, que fala através do governo do Brasil e, por sua vez, através do locutor-jornalista, para um alocutário que é o “brasileiro-globalizado”, por isso um movimento de reescrituração, de “Brasil”. Assim, o político determina a exclusão de parte da população neste “exemplo ao mundo”.

Por outro lado, depois de ter descrito a cena enunciativa que se configura em torno do primeiro texto, analisaremos o que designa a palavra *progresso* nesta notícia. É importante assinalar que essa palavra só aparece uma vez ao longo do texto jornalístico. Por isso, fizemos um recorte no enunciado em que ela está inserida, a fim de observar qual é sua designação (GUIMARÃES, 2002, 2005). O recorte se mostra a seguir.

SE 1

Sri Mulyani Indrawati disse que o enorme **progresso** alcançado pelo país na redução da pobreza na última década é motivo de satisfação para o banco, que trabalhou em conjunto com o governo federal.

Para efetuar a análise do que designa *progresso* nesse recorte, utilizaremos os procedimentos de articulação (GUIMARÃES, 2011). Podemos observar que a palavra *progresso* faz parte de uma estrutura maior, de um sintagma nominal no qual está inserida e que, portanto, determina seu sentido.

- a) “o enorme **progresso** alcançado pelo país na redução da pobreza na última década”

Como se pode notar, *progresso* está em uma relação de articulação de dependência com *enorme*, estando adjetivada por ela. Isto é, “o progresso é enorme”. Portanto, seu sentido está determinado pela quantificação da palavra “enorme”. Além disso, o progresso, que é enorme, “foi alcançado pelo país”. Disso, se interpreta que *progresso*, nesse acontecimento, não é uma lei universal, como afirma a sociologia das primeiras décadas, mas é um processo que está sujeito aos objetivos de um país. Não é um “processo contínuo”, como afirmam alguns filósofos mostrados no primeiro capítulo, mas sim um “processo condicionado” pelas metas propostas por um país em uma circunstância específica.

Nesse sentido, o *progresso* se entende como “avanço enorme” em um âmbito específico que é a “redução da pobreza” e em uma relação retrospectiva com um passado expresso na “última década”. Assume-se assim que, nessa memória enunciativa (GUIMARÃES, 2005), a pobreza se reduz. Isto é, essa redução faz parte do já dito. Quando essa redução é qualificada por “enorme”, se considera um *progresso* para o país. Há progresso, então, quando há menos pobres.

- b) “Sri Mulyani Indrawati disse que o enorme **progresso** alcançado pelo país na redução da pobreza na última década é motivo de satisfação para o banco”.

Para ampliar a análise do nosso recorte, como se observa em “b)”, utilizando, além da articulação, os procedimentos de reescrituração (GUIMARÃES, 2002),

observaremos que este “enorme progresso” é considerado como tal por “Sri Mulyani Indrawati”, que reescreve, no título da notícia a “diretora de Banco Mundial”. Isto é, o sintagma nominal “o enorme progresso” é, efetivamente, um “progresso enorme” porque quem diz é a diretora do Banco Mundial. Ou seja, a representante daquele órgão internacional é a *voz autorizada* (BOURDIEU, 1989), para afirmar esse progresso que no passado enunciativo é valorizado pelos organismos internacionais. Em outras palavras, se fala de *progresso* e este é legítimo quando um órgão internacional valida o que é “alcançado pelo país”. Enunciado esse que pode ser parafraseado como “processo de cumprimento de metas” de um país. O que se reafirma quando se considera que no texto esse progresso “é motivo de satisfação para o banco”. Ou seja, é um progresso não só real, mas também legitimado. Assim, pode-se entender, a partir desses procedimentos, que a palavra *progresso*, neste acontecimento (GUIMARÃES, 2005), designa, através destes gestos de reescritura, nesta sequência enunciativa:

- 1.1) “Avanço enorme na redução da pobreza”
- 1.2) “Avanço econômico enorme alcançado por um país”
- 1.3) “Avanço econômico enorme em um tempo específico”
- 1.4) “Avanço econômico enorme legitimado por um órgão internacional”

A partir da análise dessa primeira sequência enunciativa, pode-se estabelecer uma relação de equivalência entre o que designa aqui a palavra *progresso* e os conceitos propostos por Smith (1996), pela associação com o incremento da riqueza, e por Turgot (1991), pela necessidade da cooperação entre países como meio para alcançar este progresso. Portanto, pode-se deduzir que, nesse acontecimento enunciativo, a palavra analisada designa sentidos que assumem uma um conceito econômico e liberal do progresso.

Quanto ao que designa a palavra *desenvolvimento*, por sua parte, aplicaremos os mesmos procedimentos utilizados no caso de *progresso*. Assim, partindo da ideia de que essa palavra aparece só uma vez no texto jornalístico, faremos um recorte que a situa em sua enunciação. Dessa maneira, poderemos observar como se articula e se reescreve com outras, a fim de compreender o que designa e que sentidos ela mobiliza no texto. Nesse sentido, o que designa *desenvolvimento*, neste texto específico, se encontra alinhado com o sentido de

desenvolvimento entendida como o “projeto de país” de um Estado, tal como propõe o PNUD (1990).

SE 2

Ela reiterou que o Banco Mundial estará sempre pronto para dar apoio à agenda de **desenvolvimento** e inclusão social do governo brasileiro e que a impressionante experiência do país, que tirou 22 milhões de pessoas da miséria, está servindo de exemplo para o mundo.

Como vemos no recorte acima, a palavra *desenvolvimento* está vinculada por relações de articulação a outras. Assim, essa palavra, ao fazer parte de um sintagma, o que designa está determinado pelos sentidos das palavras que a acompanham e a condicionam.

- a) “à agenda de **desenvolvimento** e inclusão social do governo brasileiro”

Pode-se observar no fragmento que a palavra analisada tanto faz parte do sintagma “agenda de *desenvolvimento*” como está em relação de articulação por dependência com a palavra “agenda”. Isto é, o desenvolvimento é parte de uma “agenda de país”, ou seja, de um conjunto de políticas públicas que empreende um Estado para atingir metas específicas em âmbitos específicos. Além disso, a palavra *desenvolvimento* está em relação de articulação por coordenação com o sintagma “inclusão social”. Isso pressupõe que, tanto o desenvolvimento como a *inclusão*, é parte desta agenda que um país programa de acordo com seus objetivos. Em consequência, o *desenvolvimento*, entendido assim nesta notícia, é resultado das políticas de um Estado no marco da cooperação internacional, como se pode ver no seguinte recorte.

- b) “o Banco Mundial estará sempre pronto para dar apoio à agenda de **desenvolvimento** e inclusão social do governo brasileiro”

Nesse sentido, o desenvolvimento, que é parte de uma “agenda do governo”, mostra-se como favorecido pelo apoio do Banco Mundial. Esse órgão internacional

que, como vimos acima, “legitima” o *progresso* dos Estados, também “apoia” as “agendas de desenvolvimento”. Isto é, “a boa disposição” do Banco Mundial que se expressa no reconhecimento da agenda pública brasileira como desenvolvimento e na intenção de “apoiar” o Brasil na obtenção dessas metas é uma forma de legitimar os avanços, reescritura de *progressos*, na conquista dessas metas. Assim, a “agenda de desenvolvimento” fica legitimada por este “estar sempre pronto para dar apoio”, neste caso, do Banco Mundial.

- c) “a impressionante experiência do país, que tirou 22 milhões de pessoas da miséria, está servindo de exemplo para o mundo”

Nesse fragmento do recorte, podemos ver que não aparece literalmente a palavra *desenvolvimento*, mas é reescrita por meio do sintagma “a impressionante experiência do país”. Isto é, o desenvolvimento é qualificado como “impressionante” e seu sentido é determinado por essa palavra. Portanto, a partir do texto, se infere que a “agenda de desenvolvimento” se reflete nos “impressionantes” resultados do Brasil, que são “exemplo para o mundo”. Especificamente, o fragmento fala de um âmbito que é a redução da pobreza. No enunciado, a frase “tirou 22 milhões de pessoas da miséria” reescreve o sintagma “redução de pobreza” que se expressa no primeiro recorte. Assim, pode-se dizer, a partir desses procedimentos, que a palavra *progresso*, nesse acontecimento designa o seguinte:

- 2.1) “Componente da agenda do governo”
- 2.2) “Avanço na redução da pobreza”
- 2.3) “Avanço do governo segundo os órgãos internacionais”
- 2.4) “Experiência impressionante do país”
- 2.5) “Experiência valorada positivamente pelos órgãos internacionais”

A partir da análise, pode-se evidenciar nos recortes que a palavra *progresso* designa, de modo resumido, um “avanço enorme na redução da pobreza que é legitimado por um órgão internacional”. Por sua parte, a palavra *desenvolvimento*, em síntese, designa um “avanço do governo que permite tirar pessoas da miséria e é apoiado por um órgão internacional”. Nesse sentido, no acontecimento enunciativo

analisado, a palavra *desenvolvimento* reescreve o *progresso* por um processo de substituição.

6.1.1.2 Análise Texto 2 (11/02/2015)

Brasil conquistou progresso na redução da pobreza e das desigualdades, diz Pnud.

No caso dessa nota, publicada como parte da seção “Combate à pobreza” da página web do *Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil*, registra a visita do coordenador-residente das Nações Unidas no Brasil, Niky Fabianic, e sua entrevista com a ministra de Desenvolvimento Social, Tereza Campello. Essa reunião, de acordo com a referida notícia, teve como finalidade as coordenações sobre as políticas públicas nesse país e a colaboração da ONU nesse propósito. Segundo a nota, destaca-se que o representante da ONU qualificou como “progresso” as mudanças do Brasil na redução da pobreza e as desigualdades, devido às acertadas políticas de governo.

De maneira similar ao caso da primeira notícia, iniciaremos a análise da designação de *progresso* no texto, configurando a cena enunciativa desse acontecimento. Nesse sentido, observaremos os diferentes lugares de enunciação e o faremos a partir do título do texto. Em “Brasil conquistou *progresso* na redução da pobreza e das desigualdades, diz PNUD”, pode-se encontrar, em um primeiro movimento analítico, um locutor-jornalista que é quem relata o acontecido. No entanto, não se pode afirmar que é ele quem decide a enunciação, mas que ele é parte dela, pois toma a palavra num espaço, num lugar que se encontra na enunciação (GUIMARÃES, 2005).

Assim, partindo do título da notícia, podemos descrever que existe, além do locutor-jornalista, um locutor-governo que fala através dele. Quanto à notícia que foi incluída numa seção nomeada como “combate à pobreza”, pode-se inferir que o locutor-governo, em um passado enunciativo, classificou a notícia e, com isso, condicionou o lugar de enunciação da mesma. É, portanto, o locutor-governo quem realmente constrói o texto jornalístico que é dirigido a um alocutário que, neste caso, é o alocutário-população. No entanto, este locutor-governo está inserido numa hierarquia maior, que é o locutor-órgão internacional. Em consequência, a existência de um locutor de maior nível determina também a aparição de um alocutário

particular, que é o destino do órgão internacional. Isto é, a notícia é construída para um alocutário-Brasil informado.

Nesse sentido, o político atravessa a constituição de sentidos no espaço de enunciação, como ocorre em todo acontecimento, segundo Guimarães (2005). Assim, o alocutário da notícia “o brasileiro informado” pressupõe uma divisão entre aqueles que podem acessar os meios digitais e aqueles que estão fora da globalização. Portanto, o “Brasil informado” é o Brasil inserido nas plataformas virtuais de informação, o Brasil que conhece o portal web do MDS, o Brasil que assume a redução da desigualdade, nos termos do PNUD, como um progresso. A partir do que significa, na designação da palavra “Brasil”, neste acontecimento enunciativo, não estão inseridos todos os brasileiros, por essa divisão que pressupõe o político na enunciação.

SE3

Brasil conquistou **progresso** na redução da pobreza e das desigualdades, diz Pnud.

Se analisarmos esse recorte, podemos observar, em SE3, que a palavra *progresso* se encontra em uma relação de articulação de dependência com duas expressões contíguas (GUIMARÃES, 2009). Dessa maneira, aparece determinada pelo sentido da forma verbal “conquistou”. Isto é, o progresso não é natural nem contínuo. É “conquistado” pelo país numa situação específica. Não é um processo universal, é um fenômeno particular, neste caso, que se refere à redução da pobreza e das desigualdades. Ou seja, se admitimos a “conquista” como reescrituração substantivada de “conquistou”, podemos afirmar que o progresso é uma “conquista”, fundamentalmente circunscrita ao âmbito econômico.

Precisamente, esta expressão “redução da pobreza e das desigualdades” determina o sentido que designa a palavra *progresso*. Ou seja, há progresso no Brasil porque esse país, fazendo uma paráfrase, “é menos desigual”. No entanto, não só se afirma isso como também é dito pelo locutor-governo de Brasil. O sintagma verbal “diz PNUD”, assinala que é esta instituição internacional que reconhece este “Brasil menos desigual”. Portanto, a voz *autorizada* (BOURDIEU, 1989) para afirmar o que designa *progresso*, nesse recorte em concreto, é o órgão

internacional. Em outras palavras, esse fenômeno ganha legitimidade em seu reconhecimento mundial.

SE 4

“O Brasil incorporou a agenda dos Objetivos do Milênio às suas políticas públicas nos últimos 10, 15 anos, e, *por isso*, conquistou **progressos** muito significativos na redução da pobreza e das desigualdades”, afirmou Niky Fabiancic, coordenador-residente do Sistema Nações Unidas (ONU) no Brasil.

O recorte SE4 oferece mais luzes do sentido de “conquista legítima” do que se apresenta do fragmento anterior. Assim, o que designa esta “conquista” é determinado pelo conetivo consecutivo “por isso”. Nesse sentido, esta “conquista de progressos” está condicionada pelo fato de que “O Brasil incorporou a agenda dos Objetivos do Milênio às suas políticas públicas”. Dessa maneira, o progresso é o resultado da “incorporação dos Objetivos do Milênio”. A existência destes compromissos internacionais e o apego do Brasil a eles é a causa do progresso descrito. Isto é, as políticas públicas aplicadas nesse país permitem que a pobreza e as desigualdades se reduzam e, portanto, se produza o sentido da palavra analisada.

Além disso, o que designa a palavra em questão é determinado também por sua articulação com o sintagma nominal “muito significativos”. O progresso não só é uma consequência da “agenda do Brasil”, mas também é um fenômeno mensurável, quantificável. Esse sentido se aproxima ao conceito de *desenvolvimento* proposto por Sen (2009). No entanto, é importante considerar que o fragmento do recorte SE4 é parte de uma declaração inserida pelo locutor-jornalista como parte da construção da notícia (ALSINA, 2009). Isto é, a quantificação do progresso é a opinião de “Niky Fabiancic”, que, por sua vez, reescreve a “coordenador-residente da ONU no Brasil”. A partir disso, infere-se que o caráter mensurável do progresso é atribuído pelos órgãos internacionais que lhe conferem legitimidade. Em síntese, essa quantificação é o que permite que o progresso seja legítimo.

A partir do afirmado anteriormente, a palavra *progresso*, de acordo com o seu funcionamento nesse acontecimento, designa o seguinte:

Do recorte SE3:

3.1) “Conquista econômica do governo brasileiro”

3.2) “Redução das desigualdades reconhecida pelos órgãos internacionais”

Do recorte SE4:

4.1) “Resultado das políticas públicas aplicadas no Brasil”

4.2) “Resultados quantificáveis na redução das desigualdades”

Dos fragmentos analisados, pode-se observar que a palavra *progresso* designa, nesse texto jornalístico, alguns sentidos que se vinculam com a teoria econômica de progresso, fundamentalmente do modelo liberal de Adam Smith (1996). No entanto, também é visível o conceito proposto por Hayek (1983), enquanto progresso delimitado por indicadores quantificáveis. Para o caso da palavra *desenvolvimento*, seguiremos o mesmo procedimento que em *progresso*. Por esta razão, faremos três recortes daqueles fragmentos onde a palavra está inserida, a fim de compreender como se articula e se reescreve, mobilizando seus sentidos. Observemos o recorte SE5.

SE5

“Os Objetivos do Milênio foram uma agenda para países em **desenvolvimento**. O Brasil contribuiu para que a agenda de discussão dos ODS fosse uma agenda universal”, disse.

Como se pode notar, a palavra *desenvolvimento* está em relação de articulação de dependência, ao fazer parte do sintagma “países em *desenvolvimento*”. Nesse sentido, por meio da palavra analisada se oferece uma característica atribuída aos países, que os define como tais. A expressão “em *desenvolvimento*” mobiliza também a ideia de processo, ou seja, fazendo uma paráfrase, se trata de “países em processo de desenvolvimento”. Em outras palavras, esse sintagma se apresenta como a expressão antônima da paráfrase “países desenvolvidos”. Sendo assim, se relacionamos com a frase “Os Objetivos do Milênio forma uma agenda para países em desenvolvimento”, infere-se que esses objetivos são parte das políticas dos “países que ainda não são desenvolvidos”.

Por outro lado, o recorte finaliza com a forma verbal “disse”, que está separada do resto do fragmento, que é parte de uma citação. Isto é, articulada a forma verbal “disse” se encontra implícita uma elipse que pressupõe que o sujeito

que diz o que se “disse”, em um discurso indireto. Retomando parágrafos anteriores, aí encontraremos um processo de reescrituração por substituição.

5a) “O representante do Pnud destacou ainda a importância do protagonismo do Brasil na discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”.

5b) “Ele ressaltou a vontade política do governo brasileiro”.

5c) “que também é representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil”

5d) Niky Fabiancic, coordenador-residente do Sistema Nações Unidas (ONU) no Brasil.

Niky Fabiancic é o representante dos órgãos internacionais no Brasil e é ele quem estabelece a distinção entre “países desenvolvidos” e “países em processo de desenvolvimento”. Assim, há dois sentidos no que designa a palavra *desenvolvimento*. Em primeiro lugar, trata-se de um processo contínuo, mas não indeterminado. É um processo gradual que tem uma meta que é, precisamente, o estado de desenvolvimento. Além disso, essa palavra se apresenta como um princípio de classificação, que, por meio do político (GUIMARÃES, 2005), traça uma divisão entre países que ainda não desenvolveram e outros que já o fizeram.

SE6

“Temos que trabalhar em avanços em todas as frentes para obter um **desenvolvimento**”, completou Fabiancic.

A partir desse segundo recorte, se pode observar que a palavra *desenvolvimento* é determinada por sua relação de articulação com a forma verbal “obter”. Isto é, o desenvolvimento é algo que se obtém como consequência de uma atividade precedente. Precisamente, se acrescentamos o enunciado completo em que está inserida a palavra analisada, “Temos que trabalhar em avanços em todas as frentes para obter um *desenvolvimento*”, se pode inferir que o *desenvolvimento*, no sentido que designa esse enunciado, é um resultado de ações conjuntas. Em outras palavras, é apresentado como um efeito das políticas intersetoriais, que

podem abranger critérios, como educação, saúde, pobreza, nutrição, entre outros. Ou seja, “em todas as frentes”, não só na economia.

SE7

A Agenda dos Objetivos de **Desenvolvimento** Sustentável (ODS) é composta por 17 objetivos e 169 metas para países desenvolvidos e em **desenvolvimento**. Entre as propostas estão erradicar a fome e a pobreza, reduzir a desigualdade, promover a agricultura sustentável, saúde, educação e igualdade de gênero, além de garantir a todos o acesso à água, ao saneamento e à energia sustentável.

Precisamente, nesse recorte, destacam-se de maneira explícita os 17 objetivos que se devem cumprir para obter este *desenvolvimento*, que está determinado por sua articulação com o qualificativo “sustentável”. Isto é, o sentido de *desenvolvimento* não só designa o critério para diferenciar os países *desenvolvidos* dos que ainda não conseguiram esse *desenvolvimento*. Também existe uma forma dessa palavra que significa a manutenção deste estado no tempo. Além disso, o que designa essa palavra nesse recorte mobiliza os seguintes sentidos.

- a) Erradicação da fome e da pobreza;
- b) Redução da desigualdade;
- c) Promoção da agricultura sustentável;
- d) Saúde;
- e) Educação;
- f) Igualdade de gênero;
- g) Acesso universal à água e à eletricidade.

Assim, a partir dos recortes analisados, pode-se dizer que a designação de *desenvolvimento*, neste acontecimento enunciativo, compreende os seguintes sentidos.

Do recorte SE5:

- 5.1) “Obtenção das metas nacionais legitimadas pelos órgãos internacionais”
- 5.2) “Processo pelo qual um país consegue estas metas”
- 5.3) “Critério de classificação que distingue a um país de outro”

Do recorte SE6:

6.1) “Resultado dos avanços em todos as frentes”

Do recorte SE7:

7.1) “Resultados que podem e devem manter-se no tempo”

7.2) “Avanço em metas intersetoriais”

Com base nessa análise, pode-se mostrar que, na notícia observada, o que designa *desenvolvimento* coincide com o proposto pelos organismos internacionais com essa palavra. Os sentidos expressos na Carta das Nações Unidas (1945), o Informe do PNUD (1990) e os conceitos de Amartya Sen (2009) se inscrevem como parte do passado enunciativo da palavra *desenvolvimento* no texto. Assim, o papel dos órgãos internacionais é visível quando essa palavra acontece e é considerado um requerimento para que o *desenvolvimento* se concretize. Não se alcança esse estado, portanto, se não se produz uma cooperação entre países, no marco das alianças internacionais estabelecidas desde 1945.

Para finalizar, pode-se concluir, em relação às palavras *progresso* e *desenvolvimento*, que a primeira reescreve “Resultado das políticas públicas no Brasil em temas econômicos” e a segunda reescreve “Resultado dos avanços em muitos setores, não só na economia”. Em síntese, *desenvolvimento* reescreve, por paráfrase, a *progresso*, mas não vice-versa. Isto é, o que designa *progresso* está inserido no que designa *desenvolvimento*.

6.1.1.3 Análise Texto 3 (30/11/2016)

Crianças e jovens de baixa renda da Bahia aprendem música gratuitamente.

Essa notícia se encontra dentro da seção “Inclusão social” do portal web do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. O tema desse texto jornalístico é a reunião entre a ministra de Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e a diretora de uma instituição de trabalho social através da música, no estado de Bahia. O texto ressalta a conquista desse programa na aprendizagem gratuita da música por crianças e jovens baianos, constituindo-se em uma

oportunidade de construção de uma trajetória positiva deles em qualquer área, segundo a opinião da diretora. Nesse sentido, assume-se que a iniciativa, patrocinada pelo Ministério, é uma forma de melhoria na qualidade de vida dessa população.

Tal como assinalado, iniciaremos esta análise através do espaço de enunciação, segundo Guimarães (2005) propõe. Assim, no título do texto jornalístico, “Crianças e jovens de baixa renda da Bahia aprendem música gratuitamente”, o locutor-jornalista apresenta os fatos, mas também podemos ver um locutor-governo que constrói a notícia com o objetivo de apresentar uma imagem pública. Isto é, o locutor-jornalista se insere num espaço enunciativo enquadrado nas regras do locutor-governo. Através de uma junção entre aqueles se pode ouvir (Bourdieu, 1989) uma só voz autorizada que apresenta ao alocutário, neste caso, o povo brasileiro, o Estado-Nação que os “jovens da baixa renda da Bahia” atingem um objetivo alcançando um objetivo através do apoio público e gratuito.

Por outro lado, podemos ver também ao dizer “Crianças e jovens de baixa renda da Bahia” que se marca uma divisão traçada pelo político, tal como ocorre em toda enunciação (GUIMARÃES, 2005). Apresenta-se ao Brasil, isto é, ao alocutário “povo brasileiro”, a região da Bahia como parte alheia do Brasil alocutário. Podemos ver então que aí significa o político. Em outras palavras, “os jovens da Bahia (que não fazem parte do povo brasileiro na enunciação) precisam de estudo de graça para pertencer ao conjunto Brasil”.

Como se mencionou no início da análise, iremos examinando o texto de acordo com o modo que ele se apresenta. Neste caso, deferente dos demais, a palavra *desenvolvimento* aparece no primeiro recorte que se mostra a seguir. Analisaremos nestes enunciados como essa palavra está configurada pelos procedimentos antes também assinalados.

SE8

Segundo a diretora, o programa trabalha com a atividade cultural como meio. A finalidade é promover o **desenvolvimento** e a integração social dessas crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

No recorte SE8, podemos observar que a palavra *desenvolvimento* faz parte de um enunciado maior. Essa palavra se articula por dependência com “a finalidade de” e por coordenação com “integração social”. Portanto, a palavra adquire o sentido

de finalidade como parte de um “conjunto de objetivos maiores”. O enunciado se complementa com “em situação de vulnerabilidade”, e, neste caso, o sentido de *desenvolvimento* consiste em tirar as crianças adolescentes e jovens das situações de risco. Portanto, podemos notar que existe uma oposição, isto é, antonímia entre *desenvolvimento* e “situação de vulnerabilidade”. Notamos também que no mesmo nível se articula “promover o desenvolvimento”, sendo esta uma finalidade não natural. Isto é, como consequência de uma ação realizada pelo Estado. Além disso, podemos ver que o enunciado antecedente vincula “atividade cultural como meio” e que pertence às características de promoção daquele desenvolvimento. Portanto, a palavra *desenvolvimento* mobiliza sentidos relacionados aos seguintes enunciados:

- 8.1) “Desenvolvimento em trabalho com atividade cultural”
- 8.2) “Desenvolvimento como processo de tirar as pessoas do risco vulnerável”
- 8.3) “Desenvolvimento como consequência de ação do Estado”

No parágrafo seguinte, encontramos novamente a palavra *desenvolvimento*. Ela se encontra articulada pela expressão “um setor de” e pelo qualificativo “social”. Entende-se que o desenvolvimento não é um conjunto, senão que este pode ser parte de outros desenvolvimentos. Isto é, com essa palavra se designa a um *desenvolvimento* particularizado. Nesse caso, desenvolvimento implica a promoção da “atividade artística” que beneficia, através da mediação do programa Neojiba, uma parte dos alunos, que são registrados nesse programa.

SE 9

<p>O Neojiba atende 1.340 alunos diretamente, na faixa etária entre 6 e 29 anos. Destes, 81% são do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e 87% são negros ou pardos. O programa conta com um setor de desenvolvimento social, onde técnicos da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia atuam como ponte entre as famílias dos beneficiários, os programas sociais do governo federal e a rede de proteção social.</p>
--

Assim, em SE9, a palavra *desenvolvimento* também está ligada à atuação das entidades que promovem a Justiça e os Direitos Humanos. Portanto, “um setor de desenvolvimento social” poderia ser reescriturado pela expressão “ponte entre as famílias dos beneficiários e os programas sociais do governo federal e a rede de proteção social”. Sendo assim, o desenvolvimento seria entendido como meio ou

mediação da justiça e direitos para uma população contida nessa faixa etária. Além disso, a palavra analisada se encontra articulada também ao nome “programa”. Quer dizer, com “desenvolvimento social”, significa a uma área do programa. Nesse sentido, se consideramos que o nome “programa” reescreve a “Neojiba”, temos que a palavra *desenvolvimento* também pode ser parafraseada com a expressão “setor do programa Neojiba”. Isto é, pode-se entender como um aspecto específico de um programa social orientado para atividades artísticas.

Finalmente, se se assume que com a palavra *desenvolvimento* designa uma área particular de um programa social, devemos considerar que essa área tem um destinatário também particular. Por extensão, o sintagma nominal “*desenvolvimento social*” se articula também com “negros ou pardos”, que reescreve “destes” e que, por sua vez, reescreve “alunos”. Em outras palavras, o “*desenvolvimento social*” designa a um setor de um “programa social”, e como tal se orienta a uma “proteção social”. Isto quer dizer que os destinatários, ou seja, “os negros ou pardos” são os que necessitam desta “proteção social”. Portanto, como afirma Guimarães (2005), o político significa uma divisão entre os que requerem e os que não requerem a proteção social do governo. Assim, poderíamos dizer que *desenvolvimento*, nesse texto, pode ser parafraseado por:

- 9.1) Desenvolvimento como “meio para a promoção da atividade artística”
- 9.2) Desenvolvimento como “parte da justiça e os direitos humanos”
- 9.3) Desenvolvimento como “setor específico de um programa social”
- 9.4) O desenvolvimento como “meio que favorece os pardos e negros”.

Como se pode mostrar, os sentidos designados pela palavra *desenvolvimento*, nessa notícia, se associam ao proposto por Sen (2009). Assim, quando essa palavra acontece, seu passado enunciativo se associa à teoria do desenvolvimento humano de Amartya Sen. Os sentidos mobilizados no texto coincidem com a noção de “liberdade”, “capacidade”, “direitos” e “equidade”, como meios do *desenvolvimento*. Nessa lógica, os papéis dos governos e dos órgãos internacionais têm a finalidade de serem as garantias da realização dessas capacidades. Assim, fala-se dessa palavra desde um cenário onde as disputas são ocultadas por uma só ideia, um só discurso, que é o dizer da ONU e do PNUD. Em consequência, é *desenvolvimento* o que a voz autorizada enuncia como tal.

Por outro lado, temos a palavra *progresso*. Nesse caso, no recorte deve-se considerar a sequência enunciativa do parágrafo anterior, pois será necessário entender como esta se articula não só com as palavras anteriores, como também com enunciados que lhe antecedem. No seguinte texto, como se poderá notar a partir do fragmento especificado, o *progresso* é entendido como “avanço” e “melhora” através das atividades artísticas.

SE 10

“Por meio da música, mostramos que o jovem pode construir uma trajetória positiva em qualquer área. A música acaba sendo um caminho para que eles possam alcançar seus objetivos”, destaca Elizabeth.

Segundo ela, esse **progresso** se deve ao acompanhamento constante dos técnicos da secretaria junto às famílias e aos integrantes do programa. “A permanência na escola é pré-requisito para continuar no Neojiba e a conclusão do ensino médio também”.

Podemos observar, além disso, que a palavra está em relação de articulação por dependência como o sintagma “acompanhamento constante”. Portanto, o sentido dessa palavra estabelece um vínculo de “efeito-causa”, pois as duas palavras estão ligadas pela forma verbal “se deve ao”. Ademais, com a palavra *progresso* se reescreve o enunciado “caminho para que eles possam alcançar seus objetivos”. Por sua vez, com esse sintagma se reescreve “trajetória positiva”. A palavra analisada mobiliza um sentido de “meio”, não de “fim”. O progresso, ainda, está condicionado “à permanência na escola e terminar os estudos”. Assim, em síntese, a palavra *progresso*, então, poderia significar:

- 10.1) Progresso como “avanço e melhora”.
- 10.2) Progresso como “processo ou trajetória positiva”
- 10.3) Progresso como “meio para um fim”
- 10.4) Progresso como “condição para terminar os estudos”

A partir da análise realizada, pode-se observar uma relação do que designa *progresso* nessa sequência e o conceito proposto pela teoria econômica de Turgot (1991). Assim, com essa palavra se designa “avanço”, mas não só “avanço econômico”. O âmbito educativo também é mobilizado no sentido de *progresso* expresso nessa notícia, o que rememora o proposto por Turgot (1991). Finalmente,

podemos estabelecer certas relações entre as palavras *desenvolvimento* e *progresso*. Nessa lógica, o desenvolvimento é um “setor específico de um programa social”. O progresso, por sua parte, é o “caminho positivo” que segue a população destinatária desses programas de desenvolvimento. Em outras palavras, o desenvolvimento é as ações que conduzem ao *progresso* e este, por sua vez, conduz a um “objetivo maior”.

6.2 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO EM NOTÍCIAS DO PERU

6.2.1 O que designa “Progresso” e “desenvolvimento”

6.2.1.1 Análise Texto 1 (11/12/2014)

*Comedores populares de Lima y Callao tendrán un mayor progreso gracias a alianza estratégica entre el MIDIS, Cálidda y Apega*³³

Esse texto, distribuído na seção “Notícias” do *Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social* (MIDIS) do Peru e assinada com o rótulo do Escritório Geral de Comunicações de dita instituição, relata declarações oficiais da ministra Paola Bustamante. Essas opiniões da funcionária se deram no contexto de uma aliança estratégica estabelecida pelo ministério, à empresa de gás Cálidda e à associação de empresários gastronômicos, Apega. O texto destaca os benefícios desse acordo, com o objetivo de contribuir com o trabalho social dos restaurantes populares de Lima. Como consequência dessa aliança, o MIDIS entregou fogões semi-industriais às dirigentes desses refeitórios, instalados de maneira gratuita. Essa conquista é considerada pela ministra como um progresso.

Da mesma forma como procedemos nos recortes das sequências enunciativas das notícias das instituições governamentais brasileiras, em relação às notícias institucionais do Peru, seguiremos com mesmo procedimento para análise da configuração dos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2005), pois é desde esses lugares que se dá a assunção da palavra. Nesse sentido, se tomamos como ponto de partida o título da notícia, podemos encontrar níveis distintos na hierarquia

³³ Restaurantes populares de Lima e Callao terão um maior progresso graças à aliança estratégica entre o MIDIS, Cálidda e Apega.(tradução nossa)

do locutor. Em primeiro lugar, na enunciação pode-se identificar um locutor-jornalista, quem, sobre a base das declarações oficiais da ministra do MIDIS, constrói uma realidade que é apresentada como notícia. Assim, desde o lugar de enunciação “locutor-profissional”, mostra os fatos como reflexos, ocultando de que se trata, no fundo, de uma construção.

Em segundo lugar, situar o texto jornalístico dentro da seção “notícias” pressupõe a existência de um “locutor-área de imprensa”, que é quem classifica os textos de acordo com um gênero específico. Portanto, o texto, na sua totalidade, se encontra condicionado pelo sentido da palavra “notícia” e o sintagma nominal “notícia institucional”. Assim, como vimos em capítulos anteriores, essa designação pressupõe que se trata de um resultado da procura de uma organização por ter presença no espaço público, segundo Monteiro (2003, apud ALBUQUERQUE; RODELLA, 2012).

Num terceiro grau da hierarquia, encontra-se o “locutor-governo”, que é quem, através do afirmado pela ministra do MIDIS, toma a palavra para se dirigir a um alocutário específico. Nesse caso, o alocutário é o “Estado-nação do Peru”, ou seja, a população peruana delimitada não só pelas questões geográficas, mas também pelo político. Nessa cena enunciativa, como ocorre sempre, segundo Guimarães (2005), o político se atravessa no dizer. Assim, o emprego da língua espanhola na enunciação do texto pressupõe a inclusão do “alocutário-peruano que fala espanhol”. Dessa maneira, os falantes não bilíngues das 47 línguas usadas no Peru ficam excluídos do “alocutário-Estado-nação” e, como consequência, excluídos do Peru mesmo.

Finalmente, como o título apresenta, é a ministra quem toma a palavra como *voz autorizada* (BOURDIEU, 1989) para enunciar. Mas, quem fala detrás dela são as instituições que assinam o acordo com o MIDIS, ou seja, Apega (associação de empresas gastronômicas) e Cálidda (empresa que ostenta as concessões de gás natural doméstico no Peru). Em outras palavras, se configura um novo “locutor-empresa-privada”, que é quem, afinal de contas, enuncia a notícia. Portanto, se configura também um novo “alocutário-público”, um “alocutário-consumidor”. Em consequência, a qualidade de pertencer ao “Estado-nação” se encontra relacionada ao “consumo”, ou seja, a um sistema de mercado específico. Considerando a formação dessa cena enunciativa, tomamos o primeiro recorte.

SE11

Comedores populares de Lima y Callao tendrán un mayor **progreso** gracias a alianza estratégica entre el MIDIS, Cálidda y Apega

No fragmento SE11, mostra-se que a palavra *progreso* está em relação de articulação com a palavra “maior”, determinando seu sentido. Dessa relação, infere-se que o *progreso* é suscetível de ser medido, quantificado. Esse sentido se aproxima do que diz o conceito de *desenvolvimento* de Sen (2009), como fenômeno sujeito a medições. Por outro lado, a palavra analisada se encontra também em relação de articulação por dependência de causa-efeito com o sintagma “aliança estratégica”. Nesse sentido, infere-se que o *progreso* designa, fazendo uma paráfrase, “resultado mensurável da ação conjunta, não individual” entre diferentes instituições. Por meio do sintagma “aliança estratégica”, o sentido da palavra *progreso* mantém uma ligação com as organizações que formam dita aliança. Nessa lógica, o sentido de *progreso* está determinado por palavras, como “MIDIS”, que mobiliza em seu nome as ideias de “desenvolvimento” e “inclusão”, e Apega e Cálidda, como empresas privadas, pressupõem a ideia de um investimento ou financiamento no programa do MIDIS.

No entanto, além dos sentidos de “ação conjunta” e “investimento privado”, é importante destacar que a palavra *progreso* também está articulada ao sintagma “Comedores populares de Lima y Callao”. Nesse sentido, restringe-se ao que designa *progreso*, nessa enunciação, que é ao âmbito nutricional. A expressão “comedor popular”, ligada às siglas MIDIS, significa que esse *progreso* está determinado pela alimentação das pessoas por meio de programas sociais. Em outras palavras, há progresso quando há programas sociais, quando há investimento privado e público e quando há avanços em nutrição. A partir disso, pode-se se dizer que a palavra *progreso* designa os seguintes sentidos neste acontecimento enunciativo:

- 11.1) “Resultado quantificável”
- 11.2) “Resultado de ações conjuntas”
- 11.3) “Resultado da alianças entre públicos e privados”
- 11.4) “Resultado favorável dos programas sociais nutricionais”

Assim, na análise realizada, pode-se observar a relação de equivalência entre o que designa a palavra *progresso* nesse texto jornalístico e a teoria econômica de Hayek (1983). O progresso não é somente econômico, é também mensurável. No entanto, pode-se perceber uma coincidência com a proposta filosófica de Condorcet (1993). Com essa palavra, trazem-se sentidos, como “união”, “cooperação”, “alianças”, que são comuns na teoria desse autor francês e que também coincidem com certos sentidos de *desenvolvimento*, como se aprecia no fragmento a seguir.

SE 12

El directivo explicó que Cálidda también se compromete a brindar capacitaciones que promuevan el **desarrollo** de capacidades de las líderes de los comedores populares.³⁴

No caso do recorte “12)”, pode-se notar que a palavra *desenvolvimento* (o “desarrollo” em espanhol) se encontra em relação de articulação com a forma verbal “promovam” e com o sintagma “de capacidades”. Disso, observa-se que os sentidos que designa *desenvolvimento* estão determinados por essas duas expressões. Assim, o desenvolvimento, ao ser resultado de uma promoção, não é nem um processo contínuo e indeterminado nem o resultado da decisão individual, como afirmavam os teóricos do desenvolvimento econômico. O desenvolvimento é, segundo o recorte, resultado de uma ação concreta de promoção.

Nesse sentido, se articulamos a palavra “promovam” à expressão que a precede (“Cálidda também se compromete oferecer capacitações que”), se entende que o desenvolvimento, resultado dessa promoção, é motivado pelas capacitações oferecidas por uma empresa privada. O investimento privado em temas sociais, segundo o texto, “promove o desenvolvimento”. No entanto, se seguimos articulando, encontraremos que “Cálidda também se compromete...” porque “o diretivo” o diz. Assim, se fizermos uma reescrituração do sintagma “o diretivo”, encontraremos o seguinte.

12a) “O diretivo explicou que...”

12b) “Adolfo Hereen, gerente general de Cálidda, afirmou que”

³⁴ O diretivo explicou que Cálidda também se compromete a dar capacitações que promovam o **desenvolvimento** de capacidades das líderes dos restaurantes populares. (tradução nossa)

Assim, o sintagma “o diretivo” é uma reescrituração de “Adolfo Hereen”. Por sua vez, o nome próprio “Adolfo Heeren” se encontra em relação de articulação por dependência com o complemento “de Cálidda”. Ou seja, fazendo uma paráfrase, pois quem explica “o compromisso de Cálidda de oferecer capacitações que promovam o desenvolvimento” é uma empresa privada. Nesse sentido, se reforça a proposta, nesse acontecimento enunciativo, de que o investimento privado contribui com o que designa aqui a palavra *desenvolvimento*.

Por outro lado, como se disse acima, a palavra analisada também está em relação de articulação com o complemento “de capacidades”, formando um mesmo sintagma. Isso pressupõe que o desenvolvimento, como resultado da promoção de instituições públicas e privadas, não é o fim último. O que permite, nesse sentido, a promoção conjunta é a expansão das capacidades dos indivíduos. E é isso o que permite também a mudança nos aspetos nutricionais de uma população. Assim, o *desenvolvimento* é um meio e não um fim. Desse modo, os sentidos que constituem esta designação são retomados em:

- 12.1) “Resultado da promoção de instituições”
- 12.2) “Resultado da aplicação de programas sociais”
- 12.3) “Resultado da coordenação entre o governo e as empresas privadas”
- 12.4) “Expansão das capacidades das pessoas”
- 12.5) “Meio para o fim dos programas sociais”.

Retomando o percurso histórico realizado no capítulo 1, de maneira similar ao caso da estreita relação entre a teoria econômica e os sentidos do *progresso* no texto, pode-se observar uma associação entre o que designa *desenvolvimento* e a proposta de Sen (2009). Mas, neste caso, a relação é, praticamente, de sinonímia. O que designa *desenvolvimento* nos recortes da notícia do Peru é, com certas paráfrases, o que Sen diz que é. Então, pode-se afirmar, embora sejam acontecimentos enunciativos diferentes, a existência de uma equivalência entre o que o ministério peruano entende como *desenvolvimento* e a perspectiva dos órgãos internacionais, a quem Sen (2009) representa como voz autorizada (BOURDIEU, 1989).

Além disso, fazendo uma vinculação entre as duas palavras, pode-se concluir que, se o progresso, nesse acontecimento enunciativo, é “o resultado final das

políticas público-privadas”, e o *desenvolvimento*, por sua parte, é “o meio para essa finalidade”, nesse sentido, no texto jornalístico, se há *desenvolvimento*, as capacidades das pessoas aumentam e o *progresso* é possível. Mostra-se, pois, uma relação de meio-fim entre o que designam as duas palavras.

6.2.1.2 Análise Texto 2 (07/10/2015)

*Ministra Paola Bustamante: Estamos convencidos que vamos a seguir reduciendo la pobreza*³⁵

Essa notícia, assinada pela Escritório Geral de Comunicações do MIDIS, centra-se nas declarações da ministra Paola Bustamante, no marco das reuniões com os representantes do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Nesse contexto, a funcionária explicou que a pobreza continuará reduzindo no Peru, devido à aplicação de políticas públicas em dois níveis. O primeiro é o acesso da população em pobreza extrema aos programas sociais. E o segundo é o trabalho em programas de geração de oportunidades econômicas para que as pessoas, por sua própria conta, possam sair da pobreza.

Nos seguintes recortes, faremos como nos anteriores. Em primeiro lugar, podemos identificar um locutor-jornalista e um locutor-governo, neste caso, representado pela ministra mencionada no enunciado. É preciso mencionar que, explicitamente, o título apresenta uma distinção entre os dois locutores e que se expressa no uso do discurso indireto no enunciado da notícia. Assim, o emprego da expressão “Ministra Paola Bustamante” e dos dois pontos imediatamente depois desta dão a entender que tudo que se afirma na notícia é uma declaração da funcionária e não a posição do jornalista. No entanto, se consideramos as relações de hierarquia entre locutor-jornalista, locutor-escritório de imprensa e locutor-governo, essa distinção fica só na aparência. Mesmo a referência feita às palavras da ministra oferece um caráter distinto à notícia. O significado é mais que um texto jornalístico, é uma *declaração oficial*.

Assim, temos o seguinte enunciado “Estamos convencidos que vamos seguir reduciendo la pobreza”, o qual nos permite conhecer que quem diz esse enunciado

³⁵ Ministra Paola Bustamante: Estamos convencidos de que vamos seguir reduzindo a pobreza. (tradução nossa)

é a voz autorizada. Isto é, quem tem a razão não a tem pelo que diz, mas por ser quem a diz. Este “estamos convencidos”, portanto, é um exercício de poder simbólico sobre o alocutário. Além disso, o uso da primeira pessoa plural nos faz entender que não é o locutor-governo quem fala por si mesmo. É o locutor-governo quem fala pelo Estado-nação do Peru. Podemos observar que o alocutário está incluído na população do Peru, entre eles se conta inclusive com a mídia peruana. No entanto, como ocorre sempre, de acordo com Guimarães (2005), o político atravessa o enunciado e, assim, a primeira pessoa plural utilizada significa uma divisão entre os pobres e os não-pobres, pois os que se incluem na afirmação da ministra são aqueles que não são pobres, os que saíram da pobreza. Assim, o alocutário é o povo-peruano-não-pobre, o que pressupõe, em efeito, uma tensão neste espaço de divisão.

Depois de ter descrito a cena enunciativa, analisaremos a palavra de acordo com os lugares onde ela aparece ao longo do texto. No primeiro recorte, encontramos as palavras *progreso* e *desenvolvimento* (*desarrollo* em espanhol) juntas.

SE13

Enfatizó que el gobierno nacional trabaja de manera permanente por el crecimiento en el país y al mismo tiempo para que el **desarrollo** y el **progreso** lleguen a las personas que más lo necesitan, “como parte de los derechos que tenemos todos los peruanos y peruanas” desde el nacimiento.³⁶

No recorte SE13, observamos que as duas palavras analisadas, *progreso* e *desenvolvimento*, se encontram em relação de articulação por coordenação, por estarem ligadas pela conjunção “e”. Disso, infere-se que os sentidos de *progreso* e o *desenvolvimento* são diferentes, embora correspondam ao mesmo âmbito geral. Assim, por causa dessa relação, o sentido de *progreso* determina o sentido de *desenvolvimento* e vice-versa. Por sua vez, considerando a ambas como partes de um mesmo sintagma “el *desarrollo* y el *progreso*”, podemos notar que, como conjunto, estão em uma segunda relação de articulação por coordenação com o sintagma “el crecimiento en el país” (“o crescimento no país, em português”). Isto é,

³⁶ Enfatizou que o governo nacional trabalha de maneira permanente pelo crescimento no país e ao mesmo tempo para que o desenvolvimento e o progresso cheguem às pessoas que mais precisam, “como parte dos direitos que todos nós, peruanos e peruanas, temos”, desde o nascimento. (tradução nossa)

os sentidos de *crescimento*, *progresso* e *desenvolvimento*, nesse acontecimento enunciativo, estão determinados pela relação das designações entre si.

Essa tripla relação nos leva aos sintagmas anteriores. Assim, encontramos as três palavras referidas por uma relação de articulação por dependência com o sintagma verbal “trabalha de maneira permanente”, mas não pelos mesmos conetivos. No caso da palavra *crescimento*, está unida ao “trabalho permanente do governo” pela preposição “por”, neste caso, indicando o motivo do trabalho. Já, as palavras *progresso* e *desenvolvimento*, agrupadas num sintagma, estão ligadas a “trabalho permanente do governo” pela preposição “para”, que denota finalidade. Pode-se interpretar, segundo o que recortamos, que o governo trabalha, fazendo a paráfrase, *motivado pelo crescimento*, mas *com a finalidade de alcançar um progresso e um desenvolvimento*.

Nessa sequência enunciativa, as duas palavras que analisamos não designam fatos que correspondam a um processo contínuo e inevitável, como diriam alguns teóricos do *progresso* na filosofia ou na sociologia das primeiras décadas do século XIX. Ao contrário, com essa palavra e com *desenvolvimento* se designam objetivos do “trabalho permanente” do governo. Isto é, o *progresso* e o *desenvolvimento* podem ser considerados como os efeitos das ações governamentais, significados pelo que designam essas palavras pelos sentidos que locutor-governo coloca para funcionar nos enunciados, relacionando-as com sentido de “trabalho permanente”. Além disso, é visto como objetivo maior das políticas do governo.

13.1) Progresso como “resultado do trabalho do governo”.

13.2) Progresso como “efeito do crescimento em todos os peruanos”

13.3) Progresso como “união do crescimento e o trabalho do governo”

13.4) Progresso como “desenvolvimento”

13.5) Desenvolvimento como “finalidade do trabalho do governo”

13.6) Desenvolvimento como “progresso”

Como se pode notar, as duas palavras analisadas mostram-se como equivalentes, substituíveis. Sendo assim, se esclarece a questão das palavras como parte de um mesmo sintagma, mas ainda existe a possibilidade de que seus sentidos variem em outras enunciações, dentro do mesmo texto. Para isso,

observaremos o seguinte recorte, onde se mobiliza, independentemente, a palavra *desenvolvimento*.

SE14

En segundo lugar – mencionó la ministra Bustamante – se está realizando la tarea de trabajar con programas de generación de oportunidades económicas, buscando el **desarrollo** del capital humano, para que tengan la posibilidad de iniciar emprendimientos que les permitan salir sostenidamente de la pobreza.³⁷

Neste recorte, a palavra *desenvolvimento* se encontra relacionada por articulação com a forma verbal “buscando”, o que implica que os sentidos da palavra analisada estão determinados por esse verbo. Também, através dele, se articula ao sintagma “programas de geração de oportunidades econômicas”. Por consequência, o sentido de *desenvolvimento* está determinado como um efeito dos programas do governo que buscam gerar oportunidades econômicas. E se acrescentamos que essa palavra se articula com o sintagma “del capital humano”, podemos notar que o desenvolvimento designa, nesse acontecimento, a um avanço individual das pessoas, que é consequência das oportunidades geradas pelo governo. Nessa designação, o *desenvolvimento* já não é a finalidade maior do trabalho do governo, mas um meio para que esse fim, associado a uma saída da pobreza, possa acontecer.

Dessa maneira, os sentidos que designa a palavra *desenvolvimento* nesse acontecimento enunciativo, aparecem como:

- 14.1) Desenvolvimento como “resultado das políticas do governo”
- 14.2) Desenvolvimento como “maiores oportunidades para as pessoas”
- 14.3) Desenvolvimento como “meio para sair da pobreza”
- 14.4) Desenvolvimento como “avanço individual”

Assim, se relacionamos as duas palavras dessa análise, encontraremos que *progreso* designa “os resultados do trabalho do governo para todos os peruanos, favorecidos pelo crescimento da economia” e a palavra *desenvolvimento*, nesse

³⁷ Em segundo lugar – mencionou a ministra Bustamante – se está realizando a tarefa de trabalhar com programas de geração de oportunidades econômicas, procurando o desenvolvimento do capital humano, para que tenham a possibilidade de iniciar empreendimentos que lhes permitam sair de maneira progressiva da pobreza. (tradução nossa)

acontecimento, designa “progresso”. No entanto, o *desenvolvimento* também designa “o progresso individual”, ou seja, “as maiores oportunidades das pessoas para gerar seu próprio avanço”. Nesse sentido, as duas palavras são, por um lado, equivalentes e, por outro lado, o *desenvolvimento* designa uma particularização do que designa *progresso*.

6.2.1.3 Análise Texto 3 (26/11/2014)

*MIDIS valora aportes para mejorar políticas públicas*³⁸

Essa notícia está inserida na seção “Artigos” do Ministério. Nesse caso, o texto relata as declarações da vice-ministra do MIDIS, Ariela Luna, no contexto de uma reunião entre funcionários de governo sobre os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) em Lima. A notícia centra-se no discurso da funcionária peruana nessa citação. Segundo a nota, em suas palavras, ela destacou a importância da contribuição de todos os setores do governo para o desenvolvimento das políticas públicas no Peru. Além disso, explicou que os ODM permitem observar quanto o país tem avançado nos temas de mortalidade infantil e saúde materna. Para isso, indicou que é necessário o apoio dos distintos níveis do governo, a fim de conseguir maiores avanços.

A análise toma como ponto de partida a questão da cena enunciativa (GUIMARÃES, 2005). Nesse sentido, a partir do título pode-se identificar, em primeiro lugar, um “locutor-jornalista”, que é quem relata os fatos acontecidos na reunião de apresentação do relatório sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. No entanto, detrás dele, há um locutor que condiciona a realidade mostrada. É o “locutor-governo” que cumpre a função de filtro na elaboração e classificação do conteúdo produzido pelo redator. Assim, a notícia, embora construída pelo “locutor-jornalista”, em um segundo nível de hierarquia, é produzida realmente pelo “locutor governo”.

No entanto, o título “*MIDIS valora aportes para mejorar políticas públicas*” pressupõe que a elaboração do conteúdo apresentado não é obra unicamente do “locutor-governo” instrumentalizado em “locutor-jornalista”. Também, “aporta” ao

³⁸ MIDIS valoriza aportes para melhorar políticas públicas. (tradução nossa)

produto uma terceira voz, que é o “locutor-acadêmico” ou “locutor-técnico”. Este não se encontra, necessariamente, numa relação de hierarquia com o governo, mas sim se complementam. Isso se explica porque um “locutor-técnico” constitui a voz *autorizada* (BOURDIEU, 1989), que fala através das autoridades governamentais. Nesse caso específico, a vice-ministra do MIDIS.

A existência desses três locutores no processo de produção da notícia institucional que estamos analisando, pressupõe, efetivamente, a presença de três alocutários diferentes. Por um lado, o “locutor técnico” implica a aparição de um “alocutário-técnico” que possa compreender a construção dos fatos de quem elabora o relatório sobre os ODM. Isso representa, portanto, a primeira instância do passado enunciativo (GUIMARÃES, 2005). Nesse sentido, o segundo lugar determinado pela temporalidade do acontecimento é a reprodução que faz o MIDIS, por meio das declarações de sua vice-ministra. Ele implica a existência de um “alocutário-povo peruano”, que se diferencia do anterior, pois é maior e predominantemente massivo. Portanto, o conhecimento “técnico” significa uma divisão entre os “peruanos técnicos” e os “peruanos do povo”. Como afirma Guimarães (2005), tal como ocorre sempre que falamos, essa divisão é significada pelo político na enunciação.

SE 15

Al respecto, se refirió a la experiencia para llegar a los lineamientos del **desarrollo** infantil temprano en el que participaron 10 sectores del Estado.³⁹

Assim, observa-se que a palavra *desarrollo* (o *desenvolvimento*, em português), se apresenta em relação de articulação com dois sintagmas. Por um lado, está determinada pela expressão “os lineamentos de”. Isso pressupõe que o *desenvolvimento* é um conjunto de elementos subordinados a um objetivo maior em que estes convergem. Por outro lado, a palavra *desenvolvimento* também está determinada pela construção “infantil temprano” (“da primeira infância”, em português). Nesse acontecimento enunciativo, o sentido que designa *desenvolvimento* é particularizado em um setor específico. Nesse caso, consiste na nutrição e na formação das crianças.

³⁹ A respeito, se referiu à experiência para chegar aos alinhamentos do **desenvolvimento** da primeira infância em que participaram 10 setores do Estado. (tradução nossa)

Neste sentido de *desenvolvimento*, entendido como conjunto de objetivos específicos, o que é similar à proposta do PNUD (1990), pode-se vincular a outra expressão a que se articula. Assim, o sintagma “10 setores do Estado” determina o que designa *desenvolvimento* nesse texto. Portanto, pode-se inferir que, além de um conjunto de objetivos, a palavra analisada também mobiliza uma paráfrase, como “conjunto de áreas de governo”. Em outras palavras, o *desenvolvimento*, tal como é entendido nesse acontecimento, é “multilinear” e “multisetorial”. Nessa lógica, a palavra adquire uma dimensão integradora em sua enunciação.

Por outro lado, para determinar quem é o locutor que fala e tem a voz *autorizada* para fazê-lo, apresentamos uma sequência de reescrituração, a fim de mostrar o lugar da enunciação que se evidencia nesse acontecimento. Assim, pode-se observar que a esta expressão “referiu” se antepõe uma elipse, tal como se detalha abaixo.

- 15.a) (elipse) “se referiu à experiência de chegar”
- 15.b) (elipse) ”destacou que nos últimos anos o Peru”
- 15.c) “A funcionária referiu...”
- 15.d) “Ariela Luna Florez”
- 15.e) “A vice-ministra de Políticas e Avaliação Social do MIDIS

A partir dessa reescrituração por substituição e por elipse, pode-se inferir que é o “locutor-governo” quem assume a palavra e enuncia o *desenvolvimento* na dimensão integradora que se mobiliza no texto. Assim, a palavra *desenvolvimento* se designa pelos sentidos presentes nos seguintes enunciados.

- 15.1) “Avanço num setor específico”
- 15.2) “Avanço num setor específico que envolve ações multisetoriais”
- 15.3) “Avanço em indicadores sobre formação e nutrição das crianças”
- 15.4) “Avanço desde uma perspectiva integradora”

Na sequência enunciativa abaixo recortamos a palavra *progresso*.

SE16

Presentó el estudio Countdown al 2015: Lecciones Aprendidas para los Objetivos de Desarrollo Sustentable (ODS), el representante de la Universidad Federal de Pelotas, César Victoria. El encargado de presentar el estudio sobre La historia tras el **progreso** de la salud reproductiva, materna, neonatal e infantil en el Perú: Resultados de un Estudio de Caso, fue el investigador de la Universidad Peruana Cayetano Heredia, Luis Huicho.⁴⁰

No fragmento SE16 vemos que a palavra *progreso* se encontra articulada a duas expressões. Em primeiro lugar, está determinada pelo sintagma “A história traz o”, o que pressupõe que os sentidos dessa palavra estarão condicionados por um processo histórico. Isto é, o progresso se assume como uma trajetória do passado a uma realidade atual. Em outras palavras, observa-se certa linearidade no trajeto do passado significado no plano enunciativo a sua temporalidade, aquela em que se enuncia o discurso. Além disso, a palavra *progreso* também se encontra determinada por uma articulação com os sentidos do sintagma “da saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil no Peru”. Assim, *avanço linear* refere-se a um âmbito específico: à maternidade e à formação da criança.

Ainda, deve-se considerar que a palavra *progreso* é parte de um título, que é “A história traz o *progreso* da saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil no Peru”. Em consequência, o que designa essa palavra deve-se compreender como nome de um documento em particular. Precisamente, esse nome está articulado ao sintagma nominal “o estudo”. Ou seja, a palavra *progreso* mobiliza seus sentidos nos limites de um relatório que é parte dos estudos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nesse sentido, pode-se estabelecer uma relação de inclusão entre o *progreso* e o *desenvolvimento*.

SE17

El informe señala que el Perú logró remarcados **progresos** en salud reproductiva materna, y en la salud neonatal e infantil durante las dos últimas décadas. La investigación, promovida por OPS/OMS, da cuenta de que la mortalidad materna se redujo en 67% entre 1990- 2012, mientras que la neonatal disminuyó de 26.4 por 1,000

⁴⁰ Apresentou o estudo Countdown em 2015: Lições Aprendidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o representante da Universidade Federal de Pelotas, Cesar Victoria. O encarregado de apresentar o estudo sobre A história após o progresso da saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil no Peru: Resultados de um estudo de Caso, foi o investigador da Universidade Peruana Cayetano Heredia, Luis Huicho. (tradução nossa)

nacidos vivos a 8.3 por 1,000 nacidos vivos en ese mismo periodo. Asimismo, la mortalidad en menores de 5 años decreció de 37% en 1992 a 18% el 2012.⁴¹

Os sentidos que mobiliza o *progreso*, no recorte SE17, reafirmam-se no caso deste último fragmento. Aqui, a palavra analisada se articula com o qualificativo “remarcado”. Disso, depreende-se que a palavra *progreso* tem um valor mensurável. Ou seja, pode ser quantificado estatisticamente, segundo as medições dos Objetivos do Milênio. Além disso, a palavra *progreso* se articula à forma verbal “logró” (em português, “alcançou”). Disso, entende-se que a palavra em questão designa uma meta que um país pode alcançar, se cumpre com objetivos específicos, mensuráveis, quantificáveis.

Nesse sentido, a palavra *progreso* mobiliza sentidos como os seguintes.

17.1) “Avanço linear e ascendente”

17.2) “Avanço linear e ascendente em âmbitos específicos”.

17.3) “Avanço linear e ascendente em setores como saúde materna, reprodutiva e infantil”.

17.4) “Avanço linear, ascendente e mensurável estatisticamente”.

A partir do analisado, pode-se associar o que designa a palavra *progreso* com os sentidos em que coincidem as quatro disciplinas que abordamos no percurso histórico-crítico feito no capítulo 1. Assim, a concepção geral da filosofia como “avanço contínuo”, o olhar sociológico de “bem-estar” e “aperfeiçoamento”, a ideia econômica de “cooperação” e a particularização do progresso que propõe Le Goff (2003) ficam implícitas nos sentidos designados nessa notícia. No entanto, a questão institucional é o eixo desses sentidos. Nessa perspectiva, os debates nas diferentes disciplinas se mobilizam na designação de *progreso*, mas situados em um enquadramento fundamentalmente institucional.

Além disso, para finalizar, pode-se relacionar o que designa a palavra *desenvolvimento* com o que designa *progreso*. O resultado é que o

⁴¹ O informe assinala que o Peru alcançou destacados progressos em saúde reprodutiva materna, e na saúde neonatal e infantil durante as duas últimas décadas. A pesquisa, promovida por OPS/OMS, da conta de que a mortalidade materna se reduz em 67% entre 1990-2012, enquanto que a neonatal diminuiu de 26.4 por 1.000 nascidos vivos para 8.3 por 1.000 nascidos vivos no mesmo período. Assim, a mortalidade em menores de 5 anos decresceu de 37% em 1992 para 18% em 2012. (tradução nossa)

desenvolvimento é “um avanço específico em um âmbito específico, mas desde um olhar intersetorial”. Por sua parte, o progresso seria “um avanço linear em um âmbito específico que pode medir-se estatisticamente”. Portanto, pode-se afirmar que o *desenvolvimento*, embora sendo um pouco mais abrangente, pode reescrever, numa relação de sinonímia, o sentido da palavra *progresso*.

6.3 PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO: OBJETIVO LATINO-AMERICANO

Depois de observar o que designam as palavras *progresso* e *desenvolvimento*, nos textos jornalísticos institucionais que analisamos na presente pesquisa, faremos, nesta seção final, um paralelo entre o caso do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) do Brasil e o *Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social* (MIDIS) do Peru. No entanto, segundo Guimarães (2005) não podemos comparar, indistintamente, as designações das duas palavras nos casos dos dois países. Isso se deve à análise semântico-enunciativa que realizamos, inserida na Semântica do Acontecimento, pois essa pressupõe observar o funcionamento das palavras no seu funcionamento nos textos onde estas mobilizam sentidos. Assim, se o enunciado, desde a perspectiva de Guimarães (2005), é um acontecimento, seu sentido remete a uma historicidade, a um espaço político e, portanto, diferente do caso de outro enunciado em outro texto.

Quadro 4 - *Progresso e desenvolvimento* nas notícias do Brasil

Nº NOTÍCIA	PROGRESSO DESIGNA...	DESENVOLVIMENTO DESIGNA...
Texto 1	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço enorme - Redução da pobreza - Avanço promovido por um órgão internacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Parte da agenda do governo - Avanço do governo segundo os órgãos internacionais - Avanço na redução da pobreza - Experiência impressionante no país

Texto 2	<ul style="list-style-type: none"> - Conquista econômica do governo - Redução das desigualdades - Resultados quantificáveis - Resultado das políticas públicas do governo 	<ul style="list-style-type: none"> - Obtenção das metas estabelecidas pelos órgãos internacionais - Processo pelo qual um país alcança estas metas - Critério para a classificação dos países - Resultados sustentáveis no tempo - Avanço em metas intersetoriais.
Texto 3	<ul style="list-style-type: none"> - Meio para um fim maior - Processo ou trajetória positiva - Avanço ou melhora na educação 	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço nas atividades culturais - Processo para tirar as pessoas da vulnerabilidade - Consequência da ação do Estado

Fonte: Elaborado pela autora.

Por essa razão, como síntese, apresentaremos os sentidos que constituem as designações *progresso* e *desenvolvimento*, de forma independente, em cada país analisado e em cada notícia analisada. Assim, será possível observar, com maior clareza as relações entre as duas palavras ao interior de cada acontecimento enunciativo. Nesse sentido, o primeiro quadro resume as designações de *progresso* e *desenvolvimento* em cada uma das notícias do ministério brasileiro analisadas.

Como se pode observar no quadro das notícias do Brasil, existem relações de semelhança entre o que designam *progresso* e *desenvolvimento* em cada texto específico. No texto 1, por exemplo, as duas palavras estão relacionadas por reescrituração. Além disso, as duas palavras mobilizam sentidos similares, como “avanço”, “políticas do governo” e “órgãos internacionais”. Há, portanto, certa complementariedade entre elas. No texto 2, por outro lado, se pode identificar que, além da relação de reescrituração, existem algumas diferenças entre elas. Assim, o *desenvolvimento* designa o processo pelo qual os governos cumprem as metas que estabelecem os órgãos internacionais e os resultados desse processo, que são designados como *progressos*. Finalmente, no caso da terceira, as duas palavras designam agora o processo, já não o resultado específico. Isto é, se reescrevem, mas em sentidos distintos. O que é compreensível, pois, para Guimarães (2005), estão inseridos em acontecimentos distintos.

No caso dos textos jornalísticos do MIDIS do Peru, o panorama não é muito diferente. Como se pode observar no seguinte quadro, os sentidos que designam as palavras *desenvolvimento* e *progresso*, em cada notícia analisada, estão em relações de articulação e reescrituração também. A seguir, mostramos a síntese para que essa afirmação seja mais visível.

Quadro 5 - *Progresso e Desenvolvimento* nas notícias do Peru

N° NOTÍCIA	PROGRESSO DESIGNA...	DESENVOLVIMENTO DESIGNA...
Texto 1	<ul style="list-style-type: none"> - Resultado quantificável - Resultado da ação conjunta entre o governo e os privados - Avanço nos programas nutricionais - Resultado da cooperação nacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Resultado da promoção institucional - Resultado dos programas sociais - Resultado da coordenação entre o governo e as empresas privadas - Expansão das capacidades individuais - Meio para um fim maior
Texto 2	<ul style="list-style-type: none"> - Resultado do trabalho do governo - Efeito do crescimento econômico em todos os peruanos - Crescimento unido a ações estatais - Desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Finalidade do trabalho do governo - Resultado da ação conjunta do governo e do setor privado - Progresso
Texto 3	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço linear e ascendente - Avanço em âmbitos específicos - Avanço linear, ascendente e mensurável estatisticamente - Avanço em setores como saúde materna, reprodutiva e infantil 	<ul style="list-style-type: none"> - Avanço num setor específico - Avanço num setor específico, mas como resultado da ação multisetorial - Avanço em indicadores sobre formação e nutrição das crianças - Avanço desde um olhar integrador

Fonte: Elaborado pela autora.

No quadro das notícias do Peru, são claras algumas relações entre o que designam as palavras analisadas. No caso da primeira notícia peruana, podemos identificar um processo de reescrituração da palavra *desenvolvimento* a respeito de *progresso*. No entanto, existem certas diferenças em seus sentidos, devido a que com *desenvolvimento* se designa o processo pelo qual as pessoas expandem suas capacidades para gerar seu próprio bem-estar, que é designado como *progresso*. Porém, as duas palavras mobilizam as noções de órgãos internacionais e de uma ação conjunta entre o governo e o setor privado. Na segunda notícia, a reescrituração é muito mais evidente, porque uma palavra se designa a outra e com esta se designa a primeira. Nesse sentido, são substituíveis, particularmente nesse texto, como sinônimos. Na terceira notícia, finalmente, a relação é também de reescrituração, mas o *desenvolvimento* designa um âmbito mais amplo ou, como se afirma no texto, em uma “perspectiva integradora”.

Finalmente, em síntese, destaca-se que, embora fosse muito forçado estabelecer vínculos diretos entre as notícias dos dois países, porque correspondem a acontecimentos diferentes em temporalidades diferentes, sim foi possível confirmar algumas coincidências. Assim, pode-se afirmar, em seus distintos espaços de enunciação (GUIMARÃES, 2005), que estas palavras designam sentidos similares nas notícias de Peru e Brasil. Poder-se-ia afirmar ainda, com base nesta perspectiva, embora conjuntural, que os sentidos que se mobilizam em torno dessas palavras apresentam semelhanças significativas. O que pode-se sugerir, como veremos nas considerações finais é que nessas notícias o espaço enunciativo é também internacional, latino-americano.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho de análise semântico-enunciativa, pudemos observar o que designam as palavras *progresso* e *desenvolvimento* nos textos jornalísticos dos ministérios encarregados das políticas sociais dos países de Peru e Brasil. E, considerando que estes identificam a si mesmos como os órgãos responsáveis por promover o bem-estar da população, pode-se destacar que, através das notícias, foi possível conhecer o que os governos, em geral, entendem com essas palavras. Além disso, pudemos interpretar como se mobilizam os sentidos dessas palavras no interior desses textos específicos, entendidos como acontecimentos enunciativos (GUIMARÃES, 2005). Nesse sentido, partimos da premissa de que, em cada texto jornalístico, essas palavras designam uma ideia particular que está relacionada com as outras palavras desse mesmo texto.

Nessa lógica, no capítulo I, como passo prévio à análise, traçamos um percurso histórico-crítico dos conceitos de *progresso* e *desenvolvimento*. Assim, encontramos que o *progresso* era entendido de uma forma distinta, segundo a disciplina científica que o desenvolvia. Por exemplo, um percurso desde a filosofia, enfocado em Condorcet (1993), Kant (1994) e Marx (1997, 2008), determinou que o *progresso* mobiliza ideias, como “lei”, “felicidade”, “igualdade”, “confiança”, “aperfeiçoamento” e “integração”, mas também “conflito”, “dialética” e “descontinuidade”. A sociologia das primeiras décadas, com Spencer (1939) e Comte (1978), por sua vez, retoma o sentido de “lei”, “aperfeiçoamento” e “evolução”, mas amplia o conceito com ideias, como “modernidade”, “necessidade”, “verdade”, “bem-estar” e, precisamente, “desenvolvimento”. Por outro lado, a economia incorpora, por meio de autores, como Turgot (1991), Smith (1996) e Hayek (1983), outros conceitos a essa palavra, como “liberdade”, “produção”, “especialização”, “desejo individual”, “cooperação”, “educação”, “desigualdade” e “transformação”. Finalmente, a história das ideias, dentro da proposta de Le Goff (2003) e Starobinski (2002), somam a esse conceito as palavras “Ocidente”, “reação”, “tecnologia”, “crescimento”, “vontade” e “percurso para algo melhor”.

Nessa perspectiva histórico-crítica, propusemos que, tal como assinala Le Goff (2003), o conceito de *desenvolvimento* é resultado da queda da crença no progresso. Assim, observamos que, diferente de sua palavra predecessora, o

desenvolvimento surge como parte de um sistema internacional, isto é, do que Bourdieu (1989) chamava a *voz autorizada*, que se exerce por meio do poder simbólico. Assim, vimos que, devido a este “poder de transformar a visão do mundo” (BORDIEU, 1989, p.14), o desenvolvimento deixa de ser entendido, a partir da Carta da ONU (1945), como similar às ideias de “crescimento econômico”, “progresso” ou “modernização”, para mobilizar outras ideias, como “liberdade”, “cooperação”, “paz”, “direitos humanos” e “bem-estar”. Essa mudança passou a configurar um novo cenário de conflito entre os teóricos da modernização, como Schumpeter (1997) e Rostow (1960), que associarão desenvolvimento a “mudança econômica”, “maturidade do país” ou “maior tecnologia”, e os teóricos da dependência, que o viam como “sujeição colonial”, “subdesenvolvimento” e “estrutura desigual” (FURTADO, 1983). Finalmente, conforme desenvolvemos no capítulo I, o poder de legitimação dos órgãos internacionais silencia, em certa medida, esse conflito e propõe o desenvolvimento como “liberdade” ou “capacidade humana” (SEN, 2009), ou “instrumento mensurável” (PNUD, 1990).

Demonstramos, assim, que, com base nas posições científicas e, evidentemente, das políticas, as palavras *progresso* e *desenvolvimento* são concebidas com significações muito distintas. No entanto, embora as diferentes áreas de estudo mobilizem muitos sentidos do que se entende por elas, isso não quer dizer que assumamos que estes sejam retomados nos textos jornalísticos de nosso corpus. Ao contrário, partimos da premissa de que essas palavras designam coisas diferentes em cada texto, que não necessariamente se vão identificar com os conceitos que uma disciplina concebeu na história. No entanto, embora em alguns casos tenhamos comentado as coincidências existentes entre os sentidos de nosso percurso histórico-crítico e a análise dos textos jornalísticos, em nossa análise não procuramos encontrar quais sentidos do percurso feito são reproduzidos nas notícias. Para esta dissertação, tal como afirma Guimarães (2005), um texto é um acontecimento, ou seja, envolve a língua, o sujeito, a temporalidade e o real. Isto é, as palavras designam no texto, mas também remetem a um passado enunciativo, que não é simplesmente histórico, é de historicidade.

Dessa maneira, a partir dessa distinção, esclarecemos que nossa análise das notícias peruanas e brasileiras se realizou em seu funcionamento no interior de cada texto, mas não somente no interior do texto. Como diz Guimarães (2005), assumimos que o enunciado, ao ser entendido como acontecimento, inclui um

presente do tempo em que se enuncia, um passado das enunciações que rememora e um futuro possível ao que se remete para poder ser interpretado. Precisamente, tomando como referência esse passado, que não é linear, mas, como propõe Henry (2010), é marcado pela linguagem e pelo social. Nessa lógica, levamos em conta que as palavras *desenvolvimento* e *progresso* em cada texto jornalístico não puseram um nome a uma realidade exterior a elas. Essas palavras designaram, isto é, situaram-se num espaço de confronto discursivo (GUIMARÃES, 2002). Assim, consideramos nesta análise que as palavras se enunciam nos textos jornalísticos desde um espaço marcado pelo político, ou seja, pelo conflito.

Com base nessas importantes considerações, iniciamos a análise de cada texto em separado, como um acontecimento enunciativo independente. Por isso, a primeira parte na revisão de cada notícia foi a configuração do que Guimarães (2005) chama de *cena enunciativa*, os lugares onde se produz a assunção da palavra. Assim, fizemos um estudo do locutor em cada texto jornalístico. Mas, não assumimos o locutor como o sujeito que põe a língua em funcionamento, como diria Benveniste (1989). O locutor, dentro da lógica desta pesquisa, é considerado como um lugar de dizer significado pelo político (GUIMARÃES, 2005).

Dessa maneira, a análise do locutor em cada notícia do corpus mostrou que nelas existe uma polifonia de enunciadores, como afirmaria Ducrot (2001), mas essa pluralidade não é harmônica, é motivada pelo político, pelo poder. Assim, nas notícias do Brasil, pudemos ver que não é o locutor-jornalista quem constrói sozinho o texto que apresenta. Em torno dele, configura-se um segundo sujeito, em hierarquia superior, que é o locutor-governo, quem assume a palavra como *voz autorizada* (BOURDIEU, 1989) do Estado-nação do Brasil. Mas, este segundo locutor toma a palavra sob a hierarquia de um terceiro que está em nível mais alto que ele, que é o locutor-órgão internacional. Dessa forma, o que Guimarães (2005) chama de deslocamento do locutor gera um espaço de enunciação onde o político se manifesta na subordinação de um locutor que fala através de outro que se situa em hierarquia inferior.

Por sua parte, considerando que tanto para Benveniste (1989) como para Ducrot (2001) e Guimarães (2005) todo locutor fala para um alocutário, pudemos perceber que o político também traça uma divisão e um deslocamento dos alocutários das notícias do Brasil. Dessa maneira, observamos que existem divisões entre um primeiro alocutário, que é “o Brasil em geral”, mas que, em concreto, é o

“Estado-nação brasileiro”, ou seja, os que se consideram “cidadãos do Brasil”. E, numa profundidade maior, vimos que o locutário é, principalmente, os brasileiros que leram as notícias dos portais web, ou seja, “os brasileiros informados” ou “os brasileiros digitais”. O político, assim, demarcou, tal como afirma Guimarães (2005), um cenário de disputas em que os lugares de enunciação, isto é, os locutores dispõem de seu *agenciamento enunciativo*.

Por outro lado, nas notícias do Peru, observamos que, além da distinção demarcada entre o “locutor-jornalista”, o “locutor-governo” e o “locutor órgão-internacional”, existem algumas variantes particulares. Assim, apareceu a figura de um “locutor-área de imprensa”, que é quem organiza o conteúdo produzido pelo locutor-jornalista, como modo de filtro. Isso se pôde evidenciar no fato de que as notícias são assinadas pelo “escritório de comunicações” do MIDIS, ou seja, em torno do locutor-jornalista destaca-se uma voz institucional que o respalda, o legitima. Mesmo numa disputa hierárquica com o locutor-governo aparece um novo sujeito ou lugar de enunciação, que é o “locutor-técnico”. A partir dele, cria-se a aparência de que o que se diz é real não pelo que representa o governo, mas pelo caráter científico de quem enuncia. Isto é, exerce-se o poder simbólico (BOURDIEU, 1989).

Finalmente, quanto às palavras em si, embora nosso corpus não seja muito extenso, a análise realizada deixa claro que, em cada texto observado, acontecem estreitas relações entre as designações de *progresso* e *desenvolvimento*. Com base nos procedimentos de articulação (GUIMARÃES, 2009) e reescrituração (GUIMARÃES, 2005), além do estudo das designações, pudemos chegar a reflexões muito significativas. Assim, nos textos do Brasil, as duas palavras evidenciam, nos textos específicos, uma relação de reescrituração contínua. Na primeira notícia, por exemplo, se *progresso* designa um “avanço na redução da pobreza, promovido por um órgão internacional”, *desenvolvimento* designa “avanço na redução da pobreza, segundo os órgãos internacionais”. Ou seja, o *progresso* reescreve *desenvolvimento* e, também, vice-versa.

No caso da segunda notícia, por outro lado, a designação de *progresso* é, fazendo uma paráfrase, “uma conquista econômica das políticas públicas do governo”, e o *desenvolvimento* não designa uma expressão equivalente, mas sim estreitamente ligada a ela, pois articula o sentido de “processo para a obtenção das metas estabelecidas pelos órgãos internacionais”. Logo, o *desenvolvimento* é o

processo pelo qual é possível alcançar um *progresso*, que, por sua vez, nos remete ao econômico. Por último, na terceira notícia, a reescrituração é também visível. *Progresso* designa “a trajetória positiva pela qual as pessoas conseguem melhorias educativas” e *desenvolvimento* é designado como “o processo pelo qual as pessoas são tiradas da vulnerabilidade por meio da cultura”. Isto é, as palavras *progresso* e *desenvolvimento* são, considerando que ambas se mobilizam em espaços enunciativos específicos, sentidos intercambiáveis.

No caso do Peru, a situação não é muito distinta. As duas palavras estão articuladas em cada acontecimento enunciativo e, por sua vez, se reescrevem entre si. Assim, por exemplo, na primeira notícia peruana analisada, pudemos ver que a palavra *progresso* designa os “resultados quantificáveis da ação conjunta entre o governo e setor privado no âmbito nutricional”. É, devido ao acontecimento em que está inserida, uma palavra cuja designação é mais restrita que em outros casos. *Desenvolvimento* designa, então, “resultados dos programas sociais coordenados pelo governo e as empresas privadas com a finalidade de ampliar as capacidades dos indivíduos”. Isto é, as duas palavras, aparentemente, são substituíveis, mas têm certas diferenças. O *progresso* se mostra como específico, mas o *desenvolvimento* abrange “as capacidades individuais”. É, portanto, não só um sinônimo, mas um hiperônimo de *progresso*.

Na segunda notícia, por outro lado, a correspondência entre as duas palavras é praticamente literal. O *progresso* reescreve, substitui e designa *desenvolvimento*, sendo que esta última palavra também reescreve, substitui e designa o *progresso*. Dessa forma, as duas palavras se articulam no seguinte sentido, parafraseando: “Efeito do crescimento econômico em todos os peruanos, conseguido pelas ações estatais”. Esse resultado, nesse acontecimento, é designado como *progresso* ou *desenvolvimento*, indistintamente. Na terceira notícia, a palavra *progresso* designa a um avanço linear, ascendente e mensurável estatisticamente, que se remete ao âmbito da nutrição infantil e saúde materna. A designação de *desenvolvimento* é muito semelhante, pois se entende como um avanço num setor específico referido à nutrição infantil, mas visto desde uma perspectiva integradora. Isto é, as duas palavras se reescrevem reciprocamente no interior do texto, mas o *desenvolvimento* mobiliza uma especificidade maior, que pressupõe um “olhar integral” das necessidades do país.

Nesse sentido, a análise enunciativa que realizamos, dentro do quadro da Semântica do Acontecimento proposta por Guimarães (2005), nos mostra que as duas palavras desta pesquisa apresentam coincidências significativas em suas designações em cada país. No Brasil, *progresso* é, para sintetizar, um sinônimo e um efeito do *desenvolvimento*, que é uma palavra que o reescreve constantemente nos textos. Com isso, pode-se dizer que, nas notícias institucionais publicadas pelo escritório de comunicações do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), não há *progresso* sem *desenvolvimento* e não há *desenvolvimento* sem *progresso*. São equivalentes, complementares e articuladas de maneira contínua. No caso do Peru, *progresso* e *desenvolvimento* também se reescrevem constantemente entre si. No entanto, o *desenvolvimento* designa, comumente, especificações que não estão inseridas na designação de *progresso*.

Além disso, uma característica fundamental das duas palavras é que o nome *progresso* acontece, geralmente, em um cenário econômico, e *desenvolvimento*, por sua vez, remete sempre ao marco dos órgãos internacionais, que também se associa ao econômico. Nesse sentido, em comum, as duas palavras não se distanciam da economia desde um olhar liberal, isto é, capitalista. Poder-se-ia dizer, então, que as duas palavras são substituíveis, complementares, mas nem sempre sinônimas e muito menos iguais, embora o econômico seja sempre parte de suas designações. Pode-se dizer, ainda, que, assim como o político, para Guimarães (2005), delimita um espaço de divisão, o econômico transforma-se em um lugar de integração que oculta as divisões existentes. É, portanto, um efeito do capitalismo que atravessa as enunciações jornalísticas quando nelas se fala do *progresso* ou do *desenvolvimento*.

É necessário, para finalizar o presente trabalho, esclarecer que não tivemos a pretensão de realizar comparações entre as designações dessas palavras em ambos os países. Fazê-las suporia negar que cada texto constitui um acontecimento com temporalidade própria, inserido num espaço de enunciação movido pelas condições sociais e políticas próprias de um lugar na história, tal como afirma Guimarães (2005). No entanto, se consideramos que nesses acontecimentos os “locutores órgãos-internacionais” participam na luta pela assunção da palavra, não seria precipitado estabelecer certas relações entre o *progresso* e *desenvolvimento* para o Peru e para o Brasil. Poder-se-ia, mesmo, configurar um espaço enunciativo maior, onde os governos e Estados-nação dos dois países disputariam, através de

suas enunciações, um agenciamento enunciativo. Assim, o político, como pensado por Guimarães (1999, 2002, 2005, 2009, 2011), significaria uma divisão em que Brasil e Peru poderiam ser países “que chegaram ao progresso” ou que “ainda estão a caminho do progresso”, ou países “desenvolvidos” ou “que ainda não se desenvolveram”. Esse espaço, que seria motivo de futuras indagações, poderia ser, sem exagerar, a *cena enunciativa* latino-americana.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Suelen; RODELLA, Cibele. A comunicação institucional e o conteúdo gerado pelos usuários no Facebook envolvendo a companhia TIM. In: **Revista de Estudos de Comunicação**. v. 13, n. 32. Curitiba, 2012

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARBISAN, Leci. Benveniste e Ducrot. In: **Letras**, N° 33. Pontifícia Universidade Católica de Rio Grande do Sul, 2005.

BARBOSA, Susana. **A informação de proximidade no jornalismo online**. 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-proximidade-online.pdf>>. Acesso em: 15 mar. de 2016.

BECK, Ulrich; Giddens, Anthony; Lash, Scott. **Modernização reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. Oeiras: Celta Editora Ltda, 2000.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1989a.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989b.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35 ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei n. 10869 de 13 de maio de 2004**. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.869.htm>. Acesso em: 4 mai. 2016.

BRASIL. **Medida Provisória n. 163 de 23 de janeiro de 2004**. Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Mpv/163.htm>. Acesso em: 2 mai. 2016.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BURY, John. **La idea de progreso**. Madrid: Alianza Editores, 1971.

COMTE, Auguste. **Os pensadores**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1978.

CONDORCET, Nicolas de. **Ensaio de um quadro histórico do espírito humano**. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

CONTERATO, Marcelo Antonio; FILLIPI, Eduardo Ernesto. **Teorias do Desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DUCROT, Oswald. **El decir y lo dicho**. Buenos Aires: Edicial S.A., 2001.

EISENSTADT, Shmuel N. Múltiplas modernidades na era da globalização. In: **GEPOLIS: Revista de filosofia e cidadania**. Lisboa: Departamento de Filosofia da FCH da Universidade Católica Portuguesa, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à lingüística da enunciação: uma introdução**. São. Paulo: Editora Contexto, 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Madrid: Alianza Editores, 2010.

GUIMARÃES, Eduardo. **Análise de Texto**. Procedimentos, Análises, Ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

_____. A enumeração: funcionamento enunciativo e sentido. In: **Cadernos de Estudos Linguísticos**, N° 51, v. 1. Campinas, 2009.

_____. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, Eduardo e MOLLICA, Maria Cecília (orgs.). **A palavra forma e sentido**. Campinas, SP: Pontes Editores, RG Editores, 2007.

_____. **Semântica do Acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.

_____. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 2002.

_____. Textualidade e enunciação. In: **Escritos**, N° 2. Campinas: Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB, 1999.

HAYEK, Friedrich von. **Os fundamentos da liberdade**. São Paulo: Editorial Visão, 1983.

HENRY, Paul. A história não existe? In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010, p. 29-55.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

KANT, Immanuel. Replanteamiento de la cuestión sobre si el género humano se halla en continuo progreso hacia lo mejor. En: **Ideas para una historia universal en clave cosmopolita**. Madrid: Editorial Tecnos, 1994.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Editora Ática, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

LIPOVETSKY, Giles. **Los tiempos hipermodernos**. Barcelona: Ed. Anagrama, 2006.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Lisboa: Editorial Avante, 1997.

NASCIMENTO, Ana Claudia. **Designação e referência: a identificação social em expressões que referem o presidente Lula**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2004.

NISBET, Robert. **Historia de la idea del progreso**. Barcelona: Editorial Gedisa, 1996.

NOGUEIRA, Luciana. **A “integração” e “progresso” em documentos de constituição da ALCA**. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Versão para Internet. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersolInternet.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7 ed. Campinas, SP: Pontes, 2013.

PERU. Lei n. 29792 de 10 de outubro de 2011. **Lei de criação, organização e funções do Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS)**. Disponível em: <http://www.midis.gob.pe/dmdocuments/Ley_29792_CreacionMIDIS.pdf>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

PERU. Constitución (1993). **Constitución Política del Perú**. Portal del Jurado Nacional de Elecciones. Disponível em: <http://portal.jne.gob.pe/informacionlegal/Constitucin%20y%20Leyes1/CONSTITUCION%20POLITICA%20DEL%20PERU.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). **Desarrollo Humano, Informe 1990**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990.

RODRIGUES DE OLIVEIRA, Rosimar Regina. **O progresso na “Marcha para o oeste”**: uma análise enunciativa da imprensa mato-grossense. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Campinas. Campinas, SP, 2007.

ROSTOW, Walt Whitman. **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2009.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997.

SHISHITO, Fabio Akira. **Os relatórios do desenvolvimento humano das nações unidas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2012.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: Investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SPENCER, Herbert. **Do progresso**: sua lei e sua causa. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939.

STAROBINSKI, Jean. Chances e obstáculos do progresso. In: **Ação e reação**: vida e aventuras de um casal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TURGOT, Anne-Robert-Jacques. **Discursos sobre el progreso humano**. Madrid: Editorial Tecnos, 1991.

URIBE, Consuelo. **Un modelo para armar**: Teorías y conceptos de desarrollo. Lima: Fondo Editorial de la PUCP, 2008.

ANEXO A - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 1 Brasil

BRASIL | Acesso à informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

ACESSIBILIDADE | ALTO CONTRASTE | MAPA DO SITE

MINISTÉRIO DO

Desenvolvimento Social e Agrário

Perguntas frequentes | SIC | Sistemas | Área de imprensa | Fale com o MDS | Webmail | 0800 707 2003

NOTÍCIAS

Brasil dá exemplo ao mundo de como reduzir a pobreza de forma sustentável, diz diretora do Banco Mundial

INCLUSÃO SOCIAL

Sri Mulyani Indrawati disse que o enorme progresso alcançado pelo país na redução da pobreza na última década é motivo de satisfação para o banco, que trabalhou em conjunto com o governo federal

Publicado em 05/03/2015 18h30

G+1 0

Recomendar 0

Tweetar

Brasília, 5 – A diretora-gerente e chefe de operações do Banco Mundial, Sri Mulyani Indrawati, esteve no Brasil nesta semana visitando projetos sociais e conversando com autoridades no Rio de Janeiro, Amazonas e Distrito Federal. Em Brasília, ela se reuniu com parlamentares e ministros do governo, incluindo Tereza Campello, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Nessa quarta (4), Indrawati conversou com jornalistas e afirmou que uma de suas mais fortes impressões durante a visita foi o quanto as metas do Brasil e do Banco Mundial estão alinhadas. Segundo ela, o banco “vê com satisfação os esforços desse governo para erradicar a pobreza, garantir que a prosperidade seja compartilhada, estimular o investimento e o crescimento para criar empregos e serviços para todos os brasileiros”.

ANEXO A – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 1 Brasil (continuação)

Ela reiterou que o Banco Mundial estará sempre pronto para dar apoio à agenda de desenvolvimento e inclusão social do governo brasileiro e que a impressionante experiência do país, que tirou 22 milhões de pessoas da miséria, está servindo de exemplo para o mundo.

Ao comentar os ajustes fiscais e monetários que o governo federal está fazendo na economia, afirmou que essas medidas não são peculiaridade do Brasil. “Vários países passaram ou passam por isso, mas desde que feitos com o compromisso de proteger os mais pobres, como é o caso do governo brasileiro, o país sairá mais fortalecido”, afirmou Indrawati, a segunda na linha hierárquica do Banco Mundial.

registrado em:

Combate à Fome

Desenvolvimento Social

Banco Mundial

Redução da extrema pobreza

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ANEXO B - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 2 Brasil

Brasil conquistou progresso na redução da pobreza e das desigualdades, diz Pnud

BRASIL | Acesso à informação | Participe | Serviços | Legislação | Canais

ACESSIBILIDADE | ALTO CONTRASTE | MAPA DO SITE

MINISTÉRIO DO

Desenvolvimento Social e Agrário

Perguntas frequentes | SIC | Sistemas | Área de imprensa | Fale com o MDS | Webmail | 0800 707 2003

MENU

NOTÍCIAS

Brasil conquistou progresso na redução da pobreza e das desigualdades, diz Pnud

[COMBATE À POBREZA](#)

Ministra Tereza Campello recebeu o coordenador do Sistema ONU no Brasil para tratar da continuidade das parcerias técnicas e acompanhamento das políticas públicas nacionais

Publicado em 11/02/2016 16h42

G+ 1 | **Recomendar** 4 | **Tweetar**

Foto: Ana Nascimento/MDS



Brasília – “O Brasil incorporou a agenda dos Objetivos do Milênio às suas políticas públicas nos últimos 10, 15 anos, e, por isso, conquistou progressos muito significativos na redução da pobreza e das desigualdades”, afirmou Niky Fabianic, coordenador-residente do Sistema Nações Unidas (ONU) no Brasil.

Fabianic, que também é representante-residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, reuniu-se, nesta quinta-feira (11), com a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para discutir a continuidade de parcerias técnicas e o acompanhamento das políticas públicas executadas pelo governo federal. Ele ressaltou a vontade

ANEXO B - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 2 Brasil (continuação)

política do governo brasileiro para o sucesso das políticas sociais.

O representante do Pnud destacou ainda a importância do protagonismo do Brasil na discussão dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos para serem alcançados até 2030. “Os Objetivos do Milênio foram uma agenda para países em desenvolvimento. O Brasil contribuiu para que a agenda de discussão dos ODS fosse uma agenda universal”, disse. “O país mostrou uma liderança ao discutir a intersetorialidade, a integralidade dos objetivos. Temos que trabalhar em avanços em todas as frentes para obter um desenvolvimento”, completou Fabianic.

Ele também exaltou a trajetória brasileira e se recordou de uma parceria com o governo brasileiro ainda quando era coordenador residente do Sistema das Nações Unidas na República Dominicana para a construção de programas sociais semelhantes ao Bolsa Família naquele país. “O Brasil, com a sua experiência, já está contribuindo com outros países para alcançarem seus objetivos”, afirmou.

A Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) é composta por 17 objetivos e 169 metas para países desenvolvidos e em desenvolvimento. Entre as propostas estão erradicar a fome e a pobreza, reduzir a desigualdade, promover a agricultura sustentável, saúde, educação e igualdade de gênero, além de garantir a todos o acesso à água, ao saneamento e à energia sustentável.

Informações sobre os programas do MDS:

0800-707-2003

mdspravoce.mds.gov.br

Informações para a imprensa:

Ascom/MDS

(61) 2030-1021

www.mds.gov.br/area-de-imprensa

ANEXO C - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 3 Brasil

NOTÍCIAS

Crianças e jovens de baixa renda da Bahia aprendem música gratuitamente

INCLUSÃO SOCIAL

Criado em 2007, programa Neojiba é porta de entrada para programas sociais do governo federal

Publicado em 30/09/2015 19h08

G+1 0

Recomendar 54

Tweetar

Foto: Ana Nascimento/MDS



Ministra se reúne com a diretora do Instituto de Ação Social pela Música, Elizabeth Ponte

Brasília – Crianças, adolescentes e jovens de baixa renda do estado da Bahia estão tendo a oportunidade de aprender música gratuitamente. O incentivo vem do programa Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia (Neojiba). A iniciativa foi criada em 2007 pelo governo do estado em parceria com a sociedade civil.

O Neojiba atende 1.340 alunos diretamente, na faixa etária entre 6 e 29 anos. Destes, 81% são do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e 87% são negros ou pardos. O programa conta com um setor de desenvolvimento social, onde técnicos da Secretaria de Justiça, Direitos

Humanos e Desenvolvimento Social da Bahia atuam como ponte entre as famílias dos beneficiários, os programas sociais do governo federal e a rede de proteção social.

ANEXO C – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Texto 3 Brasil (continuação)

Desde 2014, 757 famílias foram encaminhadas para inscrição no Cadastro Único, 320 cadastradas no Bolsa Família e 311 foram encaminhadas à rede de proteção social. “O Neojiba é uma porta de entrada para programas sociais”, destaca Elizabeth Ponte, diretora institucional do Instituto de Ação Social pela Música, organização social responsável pela gestão do programa em parceria com o governo.

Segundo a diretora, o programa trabalha com a atividade cultural como meio. A finalidade é promover o desenvolvimento e a integração social dessas crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade.

O Neojiba é composto por sete núcleos distribuídos em quatro municípios baianos. Em Salvador encontra-se o Núcleo de Gestão e Formação Profissional, que conta com três orquestras. Nesse local, os jovens ingressam com algum conhecimento musical e recebem uma bolsa mensal para permanecerem no programa. Também atuam como monitores nos demais núcleos. “São multiplicadores do conhecimento”, acrescenta Elizabeth.

As apresentações públicas fazem parte da metodologia. É uma forma de fortalecer a autoestima dos jovens e o vínculo familiar. A diretora explica que o objetivo não é formar músicos e orquestras sinfônicas ou estimular novos talentos. “Esse é efeito colateral do Neojiba”, diz ela, acrescentando que cerca de 60% dos jovens que compõem a orquestra juvenil ingressaram na universidade.

“Por meio da música, mostramos que o jovem pode construir uma trajetória positiva em qualquer área. A música acaba sendo um caminho para que eles possam alcançar seus objetivos”, destaca Elizabeth.

Segundo ela, esse progresso se deve ao acompanhamento constante dos técnicos da secretaria junto às famílias e aos integrantes do programa. “A permanência na escola é pré-requisito para continuar no Neojiba e a conclusão do ensino médio também”.

Informações sobre os programas do MDS:

0800-707-2003

mdspravoce.mds.gov.br

Informações para a imprensa:

Ascom/MDS

(61) 2030-1021

www.mds.gov.br/area-de-imprensa

registrado em: [Cadastro único](#)

ANEXO D - Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 1 Perú

Comedores populares de X

www.midis.gob.pe/accesible/index.php/es/centro-de-informacion/1257-comedores-populares-de-lima-y-callao-tendran-un-mayor-progreso-gracias-a-alianza-e

PERÚ Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social

Web Accesible Correo MIDIS Contáctenos

MIDIS - Sitio Web Accesible

Inicio Nuestra Institución Centro de Información Atención a la ciudadanía Portal de Transparencia

A A A

Comedores populares de Lima y Callao tendrán un mayor progreso gracias a alianza estratégica entre el MIDIS, Cálidda y Apega

Compartir 0 Tweet G+1 0 Share 0 Pint



En el marco de la voluntad política del Gobierno de reconocer el trabajo comprometido y permanente que realizan las organizaciones sociales de base, la ministra de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS), Paola Bustamante, resaltó la alianza estratégica que su sector viene impulsando junto a la empresa Cálidda y la Sociedad Peruana de Gastronomía (Apega).

La ministra Bustamante aseveró que el objetivo de esta alianza es contribuir con el trabajo social de más de 3.000 comedores populares de Lima Metropolitana.

Cabe recordar que, en julio de 2014, el presidente de la República, Ollanta Humala, anunció la implementación con cocinas y kits de utensilios a los más de 13 mil comedores populares del país, que forman parte del Programa de Complementación Alimentaria. "En el 2014 se implementaran más de 3.000 y el próximo año se continuará con los más de 10.000 comedores en el interior del país", anotó.

Por medio de esta alianza estratégica, el MIDIS entregará a las líderes de todos los comedores, cocinas semi-industriales completamente operativas en gas GLP que, en la medida que avance la cobertura del gas natural, serán instaladas por Cálidda, de manera gratuita.

ANEXO D – Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 1 Perú (continuação)

“Con la conexión al gas natural, tenemos testimonios de las líderes de los comedores populares que han reducido sus gastos mensuales de S/. 320 a S/. 160 nuevos soles, logrando un ahorro importante, el cual debe revertir en beneficio de los usuarios”, indicó la titular del MIDIS.

Es importante señalar que, para una mejor administración de las finanzas de los comedores populares, el MIDIS viene brindando talleres de Educación Financiera y Emprendimiento en los cuales se capacita a las madres de los comedores populares en temas relacionados al manejo del presupuesto de sus comedores, el de sus hogares, flujo de caja, ahorro y crédito.

Adolfo Hereen, gerente general de Cálidda, sostuvo que esta alianza estratégica permitirá continuar con el trabajo de promoción de esta energía limpia, que contribuye a mitigar el impacto del calentamiento global y que además constituye un ahorro aproximado de S/. 160 mensual para los usuarios de los comedores populares.

El directivo explicó que Cálidda también se compromete a brindar capacitaciones que promuevan el desarrollo de capacidades de las líderes de los comedores populares.

A su turno, el presidente de Apega, Bernardo Roca Rey, manifestó que este tipo de acciones sirven para revalorar el trabajo de las líderes de los comedores populares.

“Este alianza es un reconocimiento a las mujeres luchadoras que, en base a su sazón y esfuerzo, sacan adelante a sus familias; así como lo han hecho durante años las líderes de los comedores populares”, puntualizó el directivo.

Reconocimiento:

Es importante resaltar que, en el marco de la alianza estratégica MIDIS-Cálidda-Apega, durante el 2015 se implementarán acciones para valorar el trabajo de estas organizaciones sociales valorando su esfuerzo e integridad, con el fin que se considere su participación en Mistura 2015.

<<<Ver imágenes

Lima, 11 de diciembre de 2014

Oficina General de Comunicaciones
Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social
www.midis.gob.pe

Tags Relacionados:

Comedores populares

Desarrollo

Inclusión social

Educación financiera

ANEXO E - Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 2 Perú

Ministra Paola Bustamante: X

www.midis.gob.pe/accesible/index.php/es/direccion-general-de-politicas-y-estrategias/consultorias-fonie/108-transparencia/noticias/1701-ministra-paola-bustamante


 Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social

[Web Accesible](#)
[Correo MIDIS](#)
[Contáctenos](#)

MIDIS - Sitio Web Accesible

[Inicio](#)
[Nuestra Institución](#)
[Centro de Información](#)
[Atención a la ciudadanía](#)
[Portal de Transparencia](#)

A A A

Dirección General de Políticas y Estrategias

Ministra Paola Bustamante: Estamos convencidos que vamos a seguir reduciendo la pobreza

Categoría: NOTICIAS
Fecha de publicación

[Compartir](#) 0
 [Tweet](#)
[G+1](#) 0
 [Share](#) 0
 [Pinit](#)



La ministra de Desarrollo e Inclusión Social (MIDIS), Paola Bustamante Suárez, manifestó que desde su sector y el gobierno nacional “estamos convencidos que vamos a seguir bajando la pobreza, y con mayor razón, la pobreza extrema” en nuestro país.

Tras asistir a las reuniones y sesiones de la Junta de Gobernadores del Banco Mundial y el Fondo Monetario Internacional, la titular del MIDIS agregó que “es importante que el país siga creciendo”, pues se debe contar con recursos para la inclusión social.

ANEXO E – Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 2 Perú (continuação)

Enfatizó que el gobierno nacional trabaja de manera permanente por el crecimiento en el país y al mismo tiempo para que el desarrollo y el progreso lleguen a las personas que más lo necesitan, “como parte de los derechos que tenemos todos los peruanos y peruanas” desde el nacimiento.

Por ello, señaló que se viene trabajando en dos niveles: primero llegando a la población en extrema pobreza atendiéndola con los programas sociales, como Juntos y Pensión 65 que evitan que las personas sigan cayendo en una situación más vulnerable.

En segundo lugar -mencionó la ministra Bustamante- se está realizando la tarea de trabajar con programas de generación de oportunidades económicas, buscando el desarrollo del capital humano, para que tengan la posibilidad de iniciar emprendimientos que les permitan salir sostenidamente de la pobreza.

En tal sentido, consideró que se debe hacer énfasis en las personas que están saliendo de la pobreza y pobreza extrema para que no retornen a esta situación, y para ello, se está brindando mayor acompañamiento del Estado.

Mencionó que debido a la reducción de la pobreza en nuestro país y siendo consecuentes con estos logros, no tiene mayor sentido incrementar más usuarios en los programas sociales como Juntos y Pensión 65, señalando que se ha superado la meta de 6% en pobreza extrema pues se ha llegado a reducirla a 4.3%. También recordó que los programas sociales son temporales y focalizados.

Lima, 07 de octubre de 2015

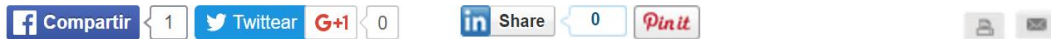
Oficina General de Comunicaciones

Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social

ANEXO F - Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 3 Perú



MIDIS valora aportes para mejorar políticas públicas



La viceministra de Políticas y Evaluación Social del Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social, Ariela Luna Florez, manifestó que para el MIDIS son importantes todos los aportes para mejorar las políticas públicas del sector.

ANEXO F – Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social – Texto 3 Perú (continuação)

Durante su participación en la presentación de los resultados del estudio Countdown Perú sobre los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) en la sede de la Organización Mundial de la Salud en el Perú (OMS), la funcionaria señaló que es interesante ver a través del mencionado estudio cómo hemos avanzado en los últimos años en temas como la reducción de la mortalidad de niños menores de 5 años y la mejora en la salud materna en nuestro país.

Destacó que en los últimos años el Perú tiene una mirada de resultados y que el Estado viene trabajando para atender las necesidades de sus ciudadanos de una manera multisectorial e integral, indicando como ejemplo que al construir una carretera se puede hacer la diferencia cuando una madre gestante es trasladada para dar a luz o un niño está enfermo, lo cual puede salvar una vida.

Al respecto, se refirió a la experiencia para llegar a los lineamientos del desarrollo infantil temprano en el que participaron 10 sectores del Estado. “La articulación se hace en las personas, en la gente”, enfatizó la viceministra, al tiempo de resaltar que uno de los retos que actualmente tiene el gobierno nacional es atender de manera integral y mejorar la calidad de vida de la población que habita en la Amazonía.

A la cita acudieron el representante de la OPS/OMS en el Perú, Fernando Leanes; el representante de UNICEF en el Perú, Paul Martin; el presidente de la Mesa de Concertación para la Lucha Contra la Pobreza, Federico Arnillas, entre otros invitados.

Presentó el estudio Countdown al 2015: Lecciones Aprendidas para los Objetivos de Desarrollo Sustentable (ODS), el representante de la Universidad Federal de Pelotas, César Victora. El encargado de presentar el estudio sobre La historia tras el progreso de la salud reproductiva, materna, neonatal e infantil en el Perú: Resultados de un Estudio de Caso, fue el investigador de la Universidad Peruana Cayetano Heredia, Luis Huicho.

El informe señala que el Perú logró remarcados progresos en salud reproductiva materna, y en la salud neonatal e infantil durante las dos últimas décadas. La investigación, promovida por OPS/OMS, da cuenta de que la mortalidad materna se redujo en 67% entre 1990- 2012, mientras que la neonatal disminuyó de 26.4 por 1,000 nacidos vivos a 8.3 por 1,000 nacidos vivos en ese mismo periodo. Asimismo, la mortalidad en menores de 5 años decreció de 37% en 1992 a 18% el 2012.

Lima, 26 de noviembre de 2014

Oficina General de Comunicaciones

Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social

www.midis.gob.pe